

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**CLAUDIA SOMBRIO FRONZA**

**AS FORÇAS DO TRABALHO NO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO:  
A FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA**

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

**CLAUDIA SOMBRIO FRONZA**

**AS FORÇAS DO TRABALHO NO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO:  
A FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Prof. Dra. Bernardete Wrublesvski Aued. - Orientadora

FLORIANÓPOLIS  
2006



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

---

Ata da Sessão de Julgamento apresentada pela Mestranda **CLAUDIA SOMBRIO FRONZA**. Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, às 09:30 horas, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora, designada pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, através da Portaria nº 027/PPGSP/2006, de vinte e três de agosto de dois mil e seis, composta pela Professora Doutora Bernardete Wrublevski Aued, como presidente, bem como pelos Professores Doutores Maria Soledade Etcheverry Orchard e Valmor Schiochet, como membros, para julgamento da dissertação apresentada pela Mestranda **Claudia Sombrio Fronza** intitulada: "AS FORÇAS DO TRABALHO NO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO: A FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA". Aberta a sessão, a Sra. Presidente da Banca apresentou os demais membros, passando em seguida a palavra à Mestranda, dizendo que a mesma teria o tempo de até trinta minutos para expor seu trabalho. Terminada a exposição, passou-se a arguição. Os professores Membros da Banca fizeram suas críticas e observações pelo tempo de até vinte (20) minutos cada, na seguinte ordem: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Valmor Schiochet, Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Soledad Etcheverry Orchard e por último, a Sra. Presidente Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bernardete Wrublevski Aued, tendo em seguida, a mestranda, igual período de tempo para respondê-los. Após a mestranda concluir a arguição do último examinador, a Sra. Presidente da Banca suspendeu a sessão para que fosse efetivado o julgamento. Os membros da banca reunidos, atribuíram a seguinte menção: aprovada c/ distinção, fazendo jus ao título de **Mestre em Sociologia Política**.

Recomendações da Banca:

a banca sugeriu uma revisão  
nas fontes, tabelas e origem do  
material. Sugere também a incorporação,  
na Introdução, da explicitação dos pressupostos



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

---

metodológicos.

---

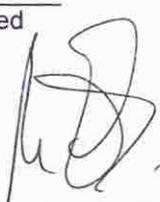
---

---

---

  
Profª. Drª. Bernardete Wrublevski Aued  
Presidente

  
Profª. Drª. Valmor Schiochet  
Membro

  
Profª. Drª. Maria Soledad Etcheverry  
Orchard  
Membro

  
Claudia Sombrio Froza  
Candidata

Dedico este trabalho ao Sindicato Têxtil e Vestuário, aos integrantes da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí e os cooperados e ex-cooperados da Fino Toque Têxtil Cooperativa. Para instrumentalizá-lo à análise das mudanças na relação capital-trabalho e fortalecer as forças do trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, professores e administrativos pela oportunidade, incentivo e cooperação.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos e Transformações no Mundo do Trabalho – TMT, pelo estímulo e momentos de aprendizado coletivo.

À Professora Bernadete pela orientação teórico-metodológica, atenção, acolhimento e afeto.

À Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/FURB, Sindicatos e cooperados e ex-cooperados da Fino Toque pelas contribuições, disponibilidade de informações e a confiança.

À ONG São Roque pela valorização profissional e flexibilidade de negociações na trajetória do mestrado, enquanto aluna-trabalhadora, que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa e elaboração do trabalho final.

À minha família, em especial, meus pais e companheiro Victor, pelo apoio, carinho e compreensão.

À minhas amigas Fabíola e Nilce pelos bons momentos de aprendizagem e trocas.

## RESUMO

Esta dissertação consiste num estudo sociológico sobre as mudanças na relação capital-trabalho no setor têxtil e vestuário blumenauense e a constituição da Fino Toque Têxtil Cooperativa. Desde 1990, os reflexos da crise do capital ampliam o desemprego e favorecem o desmonte do trabalho coletivo, a intensificação da jornada de trabalho e o processo de informalização do trabalho. As cooperativas têxteis e vestuaristas emergem no cenário citadino, como uma possibilidade de resolver essas crises, mas também como alternativa aos trabalhadores de gerar trabalho e renda, de forma não assalariada. A Fino Toque foi fundada nesta perspectiva e num momento de expressivo aumento das experiências autogestionárias. Para compreendê-la analisou-se a expansão da industrialização no setor têxtil e vestuário em Blumenau e as estratégias de acumulação de capital, assim como, o seu contrário, os conflitos de classe e a constituição das forças do trabalho. Na viabilização deste estudo utilizou-se o método qualitativo associado às técnicas de estudo de caso e análise de trajetórias ocupacionais. A pesquisa viabilizou-se por meio das contribuições dos cooperados e ex-cooperados da Fino Toque, o presidente do Sindicato Têxtil e do Vestuário e um representante da assessoria técnica da ITCP/FURB. Os resultados da pesquisa apontaram que o processo de expansão industrial no setor têxtil e vestuário blumenauense foi acompanhado pelos conflitos de classe. Ampliação do trabalho não significa o aumento do assalariamento. Os sindicatos do setor atuam dentro das possibilidades históricas, incentivando os trabalhadores a buscarem alternativas ao desemprego, especialmente, na perspectiva da defesa das relações assalariadas. A Fino Toque desponta como uma possibilidade de organização das forças de trabalho. Entretanto, a Cooperativa encontra inúmeras dificuldades estruturais e históricas para viabilização econômica e fortalecimento dos valores autogestionários. Essas experiências demonstram aspectos relevantes para análise de um processo de transição que se evidencia, mas está metamorfoseado.

Palavras chaves: expansão da industrial, forças do trabalho, Sindicato Têxtil e do Vestuário, Fino Toque Têxtil Cooperativa.

## ABSTRACT

This dissertation consists of a sociologic study about the change in the relationship capital-work of the Blumenau textile and clothing sector and the 'Fino Toque' Cooperative Textile's constitution. Since 1990, the reflexes of capital's crisis project the unemployment, the take of collectives work, increase and intensify of the working day and an enlargement of the informal process from work. The textile and clothing Cooperatives emerge like possibility to solve those crises, but also like alternative from workers to generate job and income, of form not salaried employee. The 'Fino Toque' was found in this perspective and at a moment from increase expressive of auto management experience. To understand it, was analyze the expansion of production in the textile and clothing sector in Blumenau and the strategies of capital accumulated, like so, its other-wise, the classes' conflicts and the constitutions of the working forces. In the feasible of this study was use the qualification method associated to techniques of study and analyses of occupy trajectory. The research was feasible through of the 'Fino's cooperatives' and ex-cooperatives contributions, the Textile and of the Clothing Union's President and a ITCP/FURB access technique's representative. The research's results show that the process of industrial expansion in the Blumenau Textile and Clothing sector was accompanied for the class' conflicts. The enlargement of working doesn't mean the increase of salaried. The institutions that represent the working class act with the historic possible, incentive the workers to get alternatives for job. The 'Fino Toque' rises like a possibility of organization of the working forces and frailest capitalist presupposes. However, the Cooperative finds many structure and historic difficulty economic feasible and strengthen of the auto managements values. This experiences show importance aspects for analysis of a process of transition that evidence itself, but is in metamorphose.

Keywords: expansion industrial, working forces, Textile and Clothing Union, Cooperative 'Fino Toque' Textile.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1 – Condição da precarização no trabalho.....	94
Quadro 2 – Identificação das formas de organização administrativa.....	99

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Movimentação do emprego formal em Blumenau.....	61
Tabela 2 – Total de empregos e de empresas em 31/12 de cada ano, segundo o setor de atividade econômica de Blumenau.....	62
Tabela 3 – Empresas constituída e extintas segundo classificação jurídica, de 1997 a 30/07/2002 em Blumenau.....	62
Tabela 4 - Empresas constituída e extintas por tipo jurídico de 1997 a 30/07/2002 em Blumenau (valores em porcentagem - %)......	63
Tabela 5 – Inscrições de empresas e autônomos, abertas e encerradas por atividade em Blumenau entre 1998-2002.....	63

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

CCQs - Círculos de Controle da Qualidade.

CQT - Controle de Qualidade Total.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPS/FURB – Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Regional de Blumenau.

ITCP/FURB – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau.

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

SETREDE - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômica, Trabalho e Renda de Blumenau.

SINDIVEST - Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Blumenau.

SINE – Sistema Nacional de Emprego.

SINTRAFITE - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau.

## **LISTA DE SIGLAS DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES:**

ABART – Associação Blumenauense de Artesãos.

BLU FEIRA – Associação dos Feirantes da Rua Humberto de Campos.

BLUMEN-APIS – Associação Blumenauense de Apicultores.

BLUSOL – Instituição Comercial Crédito Blumenau Solidariedade.

COHAVALE – Cooperativa Mista Habitacional e do Trabalho na Construção Civil do Vale.

COOHESP – Cooperativa Habitacional Esperança.

COOPEBB – Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil R. Ltda.

COOPERBLU – Cooperativa de Trabalhos por Ofícios.

COOPERCRISTAL – Cooperativa de Produção de Vidros e Cristais de Blumenau Ltda.

COOPERHERING – Cooperativa de Consumo dos Empregados do Grupo Hering Ltda.

COOPERHERMANN – Cooperativa dos Alunos da Escola Técnica Hermann Hering.

COOPERMEC – Cooperativa de Mecânicos Ltda.

COOPERMUSIC - Cooperativa de Música

COOPERNUTRI – Cooperativa dos Nutricionistas de Santa Catarina.

COOPERPROVE – Associação dos produtores do PROVE de Blumenau.

COOPERSITA – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos e Serviços Itapema.

COOPERTAXI – Cooperativa dos taxistas

COOPERTEKA – Cooperativa de Consumo dos Assalariados Teka Ltda.

COOPERSITA – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos e Serviços Itapema.

COOPERVIAGEM – Cooperativa de Turismo de Blumenau.

COOPEVAL – Cooperativa Educacional do Vale do Itajaí Ltda.

COOTRAN – Cooperativa de Trabalho Autônomo Multiprofissional do Estado de Santa Catarina.

COPSEG – Cooperativa de Serviços de Seguros

CREDICOR – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Corretores de Seguro de Blumenau.

CREDIHERING – Cooperativa de Crédito Organizações Hering Ltda.

ECO BLU – Associação de Agricultores Ecológicos de Blumenau.

ESTRELA AZUL – Associação de Costureiras Estrela Azul.

FECODONTO – Federação das Cooperativas Odontológicas das Regiões Centro e Sul do Brasil.

INTERMED – Cooperativa de Administradores Médicos e Serviços de Saúde de Blumenau.

NUTRICOOPER – Cooperativa de Produtos Alimentícios.

RETICOOPER – Cooperativa de Retifica de Motores Ltda.

SÁBADO FEIRA

UNICRED – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos de Blumenau Ltda.

UNIENF – Cooperativa de Trabalho de Enfermeiros Ltda.

UNIMED – UNIMED Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico.

UNIODONTO - UNIODONTO de Santa Catarina Cooperativa de Trabalho Odontológico.

UNIODONTO – Cooperativa Administradora de Contratos.

UNISC – Cooperativa Central de EC e Crédito Mútuo da UNICRED's do Estado de SC Ltda.

UNISERVI – Cooperativa de Serviços Gerais.

UNIWORKS – Cooperativa União dos Instrumentadores Cirúrgicos do Médio vale do Itajaí.

USIMED – Cooperativa de Usuários do Sistema UNIMED.

VALE GERMANIA – Associação dos Produtores de Leite Vale Germânia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I – O PROCESSO DE EXPANSÃO TÊXTIL E VESTUÁRIO EM BLUMENAU .....</b>	<b>20</b>
1.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA EUROPA ÀS AMÉRICAS .....	21
1.2 ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DAS CRISES E DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DA EUROPA À CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO VALE DO ITAJAÍ.....	23
1.3 OS PRESSUPOSTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPAÇO BLUMENAUENSE.	27
1.4 HERING: UM EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO QUE REPRESENTA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	31
1.5 O MUNDO EM GUERRA E A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E VESTUARISTA.....	34
1.6 OS EFEITOS DO “MILAGRE ECONÔMICO” E A ERA “OURO” DA INDÚSTRIA TÊXTIL E VESTUÁRIO .....	38
<b>CAPÍTULO II – AS FORÇAS DO TRABALHO .....</b>	<b>42</b>
2.1 O MUNICÍPIO DE BLUMENAU COMO ESPAÇO DE TRABALHO E DE RESISTÊNCIA.....	43
2.2 O SETOR TÊXTIL E DO VESTUÁRIO E SUAS ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO:O SINTRAFITE E SINDIVEST .....	48
2.3 AS RELAÇÕES DE COMPLEMENTARIDADE E INTERDEPENDÊNCIA DO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO .....	52
2.4 O SETOR DO VESTUÁRIO E O PROCESSO DE INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO: O MODO MAIS AVANÇADO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA ... ..	54
<b>CAPÍTULO III - A MATERIALIDADE DA CRISE .....</b>	<b>59</b>
3.1 A CRISE DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO BLUMENAUENSE E O DESEMPREGO .....	60
3.2 A INDÚSTRIA TÊXTIL E DO VESTUÁRIO: NO FORDISMO A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL .....	67
<b>CAPÍTULO IV – AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO.....</b>	<b>74</b>
4.1 O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA SOB O CAPITAL: O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA FORMA DE PROVER A SOBREVIVÊNCIA .....	76

4.2 A CONSTITUIÇÃO DA FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA: OUTRA FORMA DE LUTA .....	81
4.3 A AUTOGESTÃO E A EXPERIÊNCIA DA FINO TOQUE .....	84
4.4 AS DIFICULDADES DE VIABILIZAÇÃO DA FINO TOQUE (O VELHO DENTRO DO NOVO) .....	88
4.5 TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS COOPERADOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DESTE GRUPO DE TRABALHADORES .....	91
4.6 A MATERIALIDADE DAS DIFICULDADES DA FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA E O DESENCANTO COM A PROPOSTA DA AUTOGESTÃO.....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado expõe uma análise sociológica da realidade dos trabalhadores vinculados ao setor têxtil e vestuário, no município de Blumenau, desde 1990, enfatizando as mudanças na relação capital-trabalho. Esse período foi marcado por inúmeras transformações, nas quais constata-se a desconstrução da relação salarial, projeção do desemprego, desmonte do trabalho coletivo, aumento da informalização do processo de trabalho, (re) territorialização da produção e a constituição de vários empreendimentos na perspectiva da autogestão. Os empreendimentos autogestionários são idealizados e organizados com vista à geração trabalho e renda e como uma forma de resistência ao processo de reestruturação produtiva.

As cooperativas têxteis e vestuaristas, que emergiram desde 1990, formam-se sob o manto da discussão da economia solidária, apresentando-se como uma possibilidade de amenização das crises do setor, de flexibilização dos direitos trabalhistas, ou ainda, de precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores. Mas também, essas cooperativas surgem como uma possibilidade de organização dos trabalhadores e de prover a subsistência. Diante dessa realidade e destas contradições, indaga-se: quais são os limites e possibilidade à vivência da autogestão?

Optou-se analisar a Fino Toque Têxtil Cooperativa, pois foi constituída por trabalhadores demitidos da Empresa Maju, apoiada pela sociedade civil e poder público local como uma possibilidade de fuga ao desemprego e de garantia da sobrevivência. Essa Cooperativa constitui-se como uma experiência particular e singular, pois permite a compreensão da complexidade do processo de trabalho e de produção no setor têxtil e vestuário e uma análise crítica do processo de precarização das relações de trabalho e vida na atualidade.

O objetivo geral deste trabalho é compreender a dialética das relações capital-trabalho, estabelecidas no setor têxtil e vestuário e a constituição da Fino Toque Têxtil Cooperativa. Os objetivos específicos são: estudar as diferentes perspectivas, abordagens e discussões teórico-metodológicas sobre o processo de industrialização no setor têxtil e vestuário, o trabalho, o desemprego e a autogestão; caracterizar o processo de trabalho e de produção no setor têxtil e vestuário em Blumenau, o Sindicato Têxtil e o Sindicato do Vestuário; identificar as relações existentes entre o processo de informalização no setor têxtil

e vestuário e o fechamento da unidade de produção da empresa MAJU; caracterizar as imbricações e as diferenças na relação capital-trabalho no setor têxtil e vestuário, por meio da compreensão do processo de estruturação da Fino Toque; identificar as novas relações capital-trabalho estabelecidas no setor têxtil e vestuário e as estratégias de enfrentamento ao desemprego utilizadas pelos trabalhadores que se vincularam a Fino Toque; situar as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores vinculados a Fino Toque, no período de 1990 a 2003, verificando as formas em que eles estavam inseridos, antes e depois de trabalhar na Cooperativa.

Esse estudo utilizou-se do método qualitativo associado às técnicas de estudo de caso e de análise das trajetórias ocupacionais. O desvelamento dessa realidade e a efetivação dos objetivos propostos por esta pesquisa foram concretizados por meio da apropriação de diversos procedimentos metodológicos e instrumentais de forma dialética, entre eles: revisão teórica; levantamento de dados secundários; estudo e análise documental; visitas e observação direta; questionários e entrevistas. A coleta de dados realizada por meio da aplicação de 15 questionários e oito entrevistas.

A primeira etapa da investigação restringiu-se a caracterização dos cooperados da Fino Toque e realizou-se em outubro e novembro de 2005, através da aplicação de questionários com 13 ex-cooperados e duas cooperadas. A localização destes trabalhadores foi realizada por meio de lista de endereço disponíveis na ITCP/FURB e as fichas cadastrais disponíveis na Cooperativa. Após a aplicação dos questionários, estes trabalhadores foram subdivididos em dois grupos de pesquisa: um com trajetória ocupacional no setor têxtil e vestuário e outro que não atua mais no setor. Na escolha dos entrevistados priorizou-se o grupo dos trabalhadores com trajetória ocupacional no setor. A seleção recaiu sobre as duas cooperadas que continuam vinculadas a Fino Toque e os três últimos cooperados que se desligaram do empreendimento. Esse critério foi definido objetivando aprofundar informações sobre a experiência autogestionária na Fino Toque.

Na etapa de entrevistas foram enfocadas informações sobre relação capital-trabalho, processo de produção, reconhecimento da trajetória ocupacional deste grupo de trabalhadores, de 1990 a 2003, entre outras. Ao todo foram realizadas cinco entrevistas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas.

Outras pessoas que contribuíram para qualificação deste trabalho foram os presidentes do SINTRAFITE e do SINDIVEST e um assessor técnico da ITCP/FURB (engenheiro de produção). Na entrevista direcionada aos presidentes dos Sindicatos explorou-se informações sobre o histórico do SINTRAFITE e do SINDIVEST, a gestão atual, serviços

disponíveis, movimentos de resistência operária, diferenciações/relações entre o setor têxtil e vestuário, as transformações no mundo do trabalho, entre outros. A entrevista com o assessor técnico, focalizou-se no levantamento de dados sobre o modo de produção utilizado na Fino Toque, dificuldades de viabilização do empreendimento e sobre o processo de autogestão. Selecionaram-se estes sujeitos a serem entrevistados, devido os trabalhadores relatarem nos questionários, como preocupações centrais: a dificuldade de viabilização econômica do empreendimento, os limites de organização e garantia da produção e da produtividade, bem como a preocupação com o processo de informalização do trabalho e as transformações em curso no mundo do trabalho. Este estudo privilegiou a visão destes cooperados e ex-cooperados acerca do fenômeno que estão implicados. Salientou-se o que sujeitos percebem e ou perceberam em relação as suas vivências e experiências profissionais (fabril – autogestionária).

Essa dissertação está dividida em quatro capítulos.

No primeiro, contextualizou-se a expansão industrial têxtil e vestuário no espaço blumenauense. Ressaltaram-se o processo de industrialização no setor desde a colonização até a década de 80, seus condicionantes e principais elementos estruturais, com vista a compreender o desenvolvimento da industrialização e organização do parque fabril.

No segundo, buscou-se desconstruir a imagem de município “ordeiro” e “trabalhador” que acompanha Blumenau e reconstruí-la também, como um espaço de luta de classe, na qual estiveram presentes movimentos de resistência e instituições de representação dos direitos dos trabalhadores. Ressalva-se que o trabalho cria o seu contrário que são as contradições deste sistema capitalistas e os conflitos de classe. Para efetivar essa proposição resgatou-se o histórico das greves no setor têxtil e vestuário e do Sindicato Têxtil e Vestuário, assim como, ambicionou-se entender as relações de complementaridade e interdependência entre os setores, particularmente, no curso da “informalização do processo de trabalho” (OLIVEIRA, 2003).

No terceiro, aprofundaram-se aspectos estruturais e conjunturais da crise do setor têxtil e vestuário, desde 1990, algumas mudanças vivenciadas pelos trabalhadores na relação capital-trabalho no processo de “acumulação flexível” (HARVEY,1992) e desconstrução da relação salarial (OLIVEIRA, 2003). Na atualidade, vivencia-se a ampliação do trabalho e sua intensificação, porém não o alargamento do assalariamento, mas sim, o seu oposto, o retorno às experiências e formas de trabalho tidas como ultrapassadas no século XX, de trabalho autônomo, por conta própria.

No quarto, apresentou-se a emergência da economia solidária como nova forma de resistência e de pulverização das forças do trabalho. A economia solidária pode ser entendida como uma experiência de transição e alternativa de gerar trabalho e renda aos trabalhadores desempregados, de forma não assalariada. Para compreender a importância destas estratégias de sobrevivência e de luta, analisou-se a experiência da Fino Toque Têxtil Cooperativa. Destacou-se o histórico do empreendimento, as trajetórias profissionais de seus cooperados, as dificuldades de consolidar-se economicamente e estabelecer relações autogestionárias e solidárias num espaço capitalista.

Para ilustrar a compreensão sobre o mundo do trabalho e a relação capital-trabalho, sob a ótica dos trabalhadores do setor, utilizou-se no decorrer da dissertação, poemas e redações escritas por empregados sindicalizados ao SINTRAFITE. Esses poemas e redações são resultados de duas amostras culturais e literárias promovidas pelo SINTRAFITE, em Comemoração ao Dia da Mulher e ao Dia do Trabalhador, que expressam aspectos do cotidiano e relações estabelecidas nas indústrias têxteis em Blumenau.

Esta dissertação desenvolveu-se vinculada institucionalmente ao Núcleo de Estudos em Transformações no Mundo do Trabalho – TMT, que integra as linhas de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

## CAPÍTULO I – O PROCESSO DE EXPANSÃO TÊXTIL E VESTUÁRIO EM BLUMENAU

### MÃOS DIGNAS

Os fardos de algodão vão chegando e, empilhados, logo enchem o galpão.

Mãos firmes os enfileiram na fiação para dar início ao processo de industrialização.

Mãos sábias que controlam as grandes máquinas e consertam aquelas que não precisam de controle, mas precisam das sábias mãos.

O fio começa a se formar. Mãos ágeis vão repondo a maçarocqueira, atentas no processo exaustivo.

As mãos não param, a passadeira precisa ser preparada e mãos habilidosas o farão.

Mãos que passam pelo rosto para secar o suor.

O fio logo já é urdume, trama, tecido, e a máquina rápida não pára.

E não param as mãos rápidas, cuidadosas a emendar o fio que rompeu.

Hábéis mãos que cortam o pano, mãos profissionais que o costuram, repetem o processo da produção.

Mãos que escolheram fiar, tecer, tingir, costurar...

Ou mãos que a vida escolheu para este trabalho realizar.

Mãos calejadas empilham as caixas, carregam, descarregam...

E lá se vai o algodão que veio em fardo

E se vai produto acabado, em outras mãos parar.

Mãos cansadas que agora esperam o salário, merecido, digno...

Mãos que sobem ao rosto, não mais para secar o suor...

Mãos cansadas que agora esperam o salário,

O reconhecimento do seu trabalho,

Para continuar secando do rosto, apenas o suor...

M. Z. C. (Teka).

## 1.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA EUROPA ÀS AMÉRICAS

O processo de industrialização e a expansão capitalista reproduziram-se historicamente permeados de antagonismos e de contradições. A revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Segundo Hobsbawm (1991, p. 45), o “período inicial de industrialização teve partida na década de 1780, pode-se dizer com certa acuidade que terminou com a construção de ferrovias e da indústria pesada na Inglaterra na década de 1840”.

Os séculos XVIII e XIX, na Europa, estiveram marcados pelas expressões emergentes deste sistema capitalista que foram suas crises e a necessidade de postergar uma sobrevida ao capital. Segundo Marx, o capitalismo mal nasceu e já se encontrou em crise. “A indústria acaba de sair da infância e a prova disso é ter iniciado com a crise de 1825, o ciclo de sua vida moderna” (MARX, 1985, p.11). Hobsbawm situou “três falhas mais óbvias no processo de industrialização que ascendeu na Europa, o ciclo comercial de *boom* (em 1825-6; em 1836-7, em 1846-8) e a depressão, a tendência de diminuição da taxa de lucro e a escassez de oportunidades de investimentos lucrativos” (1991, p. 56).

Neste contexto, o pensador político francês Alexis de Tocqueville tomou a palavra na Câmara dos Deputados, em 1848 e exortou à burguesia que a França “*dormia sobre um vulcão*”, ou melhor, não só a França, mas toda a Europa, considerando a efervescência das relações sociais. Alguns conflitos que ilustram o fervor das lutas de classe na Europa nesse momento são: a Revolução Industrial e a crise de superprodução de 1825<sup>1</sup> – na Inglaterra; a Revolução Francesa – na França, e a Primavera dos Povos – insurreições camponesas na Itália, na Alemanha e na França (MOTA & BRAICK, 1997, p. 253-287). Esses movimentos anunciaram a extinção do feudalismo e indicaram a projeção do modo de produção capitalista, centrado na posse dos meios de produção e capital. Segundo Marx, a lei de acumulação capitalista centrou-se na expansão de capital a partir da apropriação da força de trabalho e da geração de trabalho não pago, assim como na reprodução de relações materiais e individuais.

Entre essas revoluções em processo na Europa, a mais importante no período foi a Revolução Industrial, pois trouxe consigo, de forma latente, mudanças na relação capital-trabalho, tais como: destruição das formas artesanais e individuais de produção; separação do

---

<sup>1</sup> Após a crise de 1825, que assolou a Europa é constatada a fragilidade da sociedade capitalista. Vários foram os movimentos de resistência e de contra reforma, entre eles os liderados pelos “*socialistas utópicos*” Saint-Simon, Fourier, Owen, Proudhon e Blanc e pelos “*socialistas científicos*” Marx e Engels.

trabalhador dos meios de produção; necessidade de venda da força de trabalho aos capitalistas; fragmentação do trabalho; assalariamento; personificação do capital, e disciplinarização.

A principal potência econômica mundial que se constituiu no processo de industrialização foi à Inglaterra, que viveu seu apogeu entre 1850-1870, no período denominado de *laissez faire*. A década de 1870 foi também marcada pela “introdução da eletricidade como força motriz nas fábricas e da iluminação elétrica” (AUED, 1999, p. 72). A entrada da eletricidade configurou-se como pressuposto do desenvolvimento da indústria e de expansão do capital, alterando o processo de trabalho e de produção, por meio do aprimoramento de máquinas e técnicas, a expansão da jornada de trabalho, assim como pela influência de grandes invenções, por exemplo, as máquinas das indústrias têxteis de fiar e tecer.

A industrialização resultou em ampliação do capital, com ela emergiu a era dos superlativos e em contraponto a expansão das desigualdades sociais que assinalaram o empobrecimento da população, a expulsão dos camponeses, a necessidade de demarcação dos territórios de forma privada, a fuga de revolucionários e a imigração de europeus para outros continentes em processo de colonização, como: as Américas e a Índia. Alguns exemplos que ilustraram a crise do modo de produção capitalista foram: falta de produtos de primeira necessidade em decorrência das epidemias e das secas; alto custo da alimentação; desaceleração no crescimento e da renda britânica; superprodução de mercadorias; elevação de impostos e a existência de exército de reserva. Cabe ressaltar que a crise citada referiu-se à condição da classe trabalhadora no capitalismo.

Para superar a crise que assolava a Europa de superprodução e de crescente desemprego, para diminuir a população urbana, os países europeus passaram a incentivar a imigração para outros países como um meio de propagar o modelo capitalista emergente. Segundo Aued (2004, p. 178), “o movimento imigratório é uma solução histórica, no qual (...) a ‘América’ passa a ser o espaço privilegiado de medidas governamentais que impelem a imigração, se amortece a pressão da crise social existente em alguns países do continente europeu”.

No entanto, o advento da revolução industrial ocorreu quando o Brasil ainda se encontrava sob a dependência colonial de Portugal. Durante o período colonial toda a política econômica era ditada pela Metrópole que criava estímulos ou restrições de acordo com seus interesses. Dentre as restrições sobressaiu-se o decreto de D. Maria I, que determinou a extinção de fiações e tecelagens, com exceção daquelas que fabricavam roupas para escravos

e tecidos para embalagens. Esta atitude foi tomada em decorrência do receio de que os trabalhadores agrícolas e extrativistas minerais fossem desviados à indústria manufatureira. Com a chegada de Dom João VI ao Brasil foi revogada essa restrição, porém a indústria têxtil pouco se expandiu, devido ao tratado de aliança com a Inglaterra que instituiu privilégios alfandegários para os produtos ingleses, minimizando as condições de competição do Brasil. Esta situação perdurou até meados do século XIX.

Conforme Mendonça & Fontes (1994, p. 08), a industrialização brasileira,

processou-se num quadro conflitivo entre o setor urbano-industrial e setor agroexportador. Daí, entretanto não surgiram “dois Brasis”, ou uma estrutura dual, mas um *compromisso* (Oliveira, 1976) segundo o qual a exportação de produtos agrícolas garantiria a entrada de divisas estrangeira com as quais se poderiam adquirir máquinas e equipamentos no exterior para a implantação e manutenção do parque industrial. Conservar a produção agroexportadora era uma das condições para a industrialização, porém sem estimulá-la como núcleo central da economia, desviando os recursos nela gerados para o setor urbano-industrial (via confisco cambial). Em contrapartida, o fortalecimento do parque industrial traria ao setor agroexportador a construção e modernização de vias de acesso, do sistema de transporte e de comunicação, em suma, facilidades para o escoamento de sua produção. Além disso, as oligarquias rurais contavam com o apoio industrial no sentido de manter intocada a estrutura da terra e do trabalho no meio rural (grifos do autor).

Logo depois da independência do Brasil, em 1822, o Imperador D. Pedro I expôs ao Parlamento a necessidade de povoar novas regiões. O modelo de ocupação visava à implementação de um sistema fundiário que privilegiava a pequena propriedade familiar, recebida por compra a prazo, em terras públicas, sob controle da legislação e do Ministério da Agricultura. O objetivo principal era o povoamento do território com pequenos produtores rurais, preferencialmente por imigrantes europeus.

## 1.2 ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DAS CRISES E DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: DA EUROPA À CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO DO VALE DO ITAJAÍ

As crises cíclicas do sistema capitalista emergente e a necessidade de expandir capital conectaram os espaços europeus com o Vale do Itajaí. Na Europa, os estados de língua alemã passavam por dificuldades financeiras em conseqüências da desunião política, o atraso no desenvolvimento industrial, o crescimento excessivo da população urbana e as propriedades rurais serem insuficientes.

O atraso econômico da Alemanha, no século XIX, tem suas raízes nas conseqüências desastrosas da Guerra dos Trinta Anos (séc. XVII), das quais o país não se conseguiria recuperar nos dois séculos seguintes. A pior destas conseqüências, do ponto de vista mediato, foi a desunião política. Num período em que o capitalismo comercial se consolida na Inglaterra e na França, em função do mercado nacional que se unifica e se articula à base da unidade nacional e do centralismo político, a Alemanha permanece retalhada em numerosos reinos, principados, ducados, etc., independentes e fracos demais para se integrar no caudal do desenvolvimento. A Revolução Industrial, vitoriosa na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, mal tocou a Alemanha. O Tratado de Viena, que, em 1815, pôs termo à guerras napoleônicas, manteve a divisão da Alemanha em dezenas de “países” independentes, com dois pólos de atração: a Prússia, ao Norte, e o Império Austro-húngaro, ao Sul. A Revolução Industrial se deu na Alemanha com atraso, mas com redobrada intensidade (SINGER, 1968, p. 87).

Uma solução para amortizar os efeitos desta crise de desenvolvimento européia, em particular alemã, foi o estímulo à imigração. “Na Alemanha, entre os anos de 1844 e 1897, mais de cinco milhões de pessoas abandonaram o país com destino às Américas do Sul (Brasil, Chile, Uruguai e Argentina), do Norte (Estados Unidos) e à Austrália” (SANTIAGO, 2001, p. 12). Entre os imigrantes estavam filhos de camponeses, cujas propriedades haviam atingido a condição de minifúndio e não poderiam mais ser divididas e artesãos incapazes de encontrar ocupação nos estreitos mercados locais.

As razões que levaram milhões de alemães a imigrar foram, basicamente, as mesmas que induziram irlandeses, italianos e outros povos marginalizados pelo menos transitoriamente, pelo processo de industrialização, a adotar atitude idêntica. Qualquer grupo humano em crescimento, cuja técnica de produção não se desenvolve, acaba esgotando os recursos naturais do território em que vive. O aumento demográfico tem que, mais cedo ou mais tarde, esbarrar com a disponibilidade limitada destes recursos, disponibilidade esta que só pode ser ampliada através do uso de técnicas novas, o que geralmente implica uma mudança do modo de produção vigente. (...) As ondas imigratórias de antes de 1880 foram fruto da ausência de desenvolvimento (SINGER, 1968, p. 86-87).

Portanto, foram esses fatores que atraíram a vinda de imigrantes europeus para o Brasil em busca de melhores condições sócio-econômicas. Neste mesmo período, vários núcleos importantes de imigração foram instalados no espaço de Santa Catarina, especialmente no Vale do Itajaí, entre eles: Joinville, Blumenau e Brusque.

Entretanto, o processo de estruturação das colônias expunha esses migrantes alguns desafios, como por exemplo, dificuldades para a compra de terras e instalação nas colônias. Para auxiliar a adaptação destes imigrantes foi criada a Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães.

Em 1846, foi enviado ao Brasil o jovem Armam Bruno Otto Blumenau, como procurador da sociedade Protetora dos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil, com sede em Hamburgo. Blumenau permaneceu no Rio alguns meses, submeteu seu plano de colonização ao governo imperial, visitou colônias alemãs no Rio Grande do Sul e Desterro (Florianópolis) capital da Província de Santa Catarina. Em fins de 1847 associou-se a outro alemão, Ferdinand do Hackradt, a quem conhecera no Rio, e resolveu explorar pessoalmente a Região do Vale do Itajaí, para verificar a possibilidade de ali localizar o projeto de colonização que tinha em mira (SINGER, 1968, p. 94).

Para constituir seu empreendimento e fomentar a imigração, Dr. Blumenau publicou um livro com o título de “Suedbrasilien Auswanderung und Kolonisation” (1850), na Europa, no qual afirmava: “no sul do Brasil descortina-se um futuro promissor para o trabalhador alemão, seja ele agricultor ou artífice”. Quanto ao perfil ideal para o imigrante, recomendava-se: “somente devem migrar para Santa Catarina pessoas que entendam de um ofício, pois nesta faixa de terras, percebem-se uma reduzida população com estas características, indispensáveis para a construção de um país” (PETRY, 2000, p. 46). A sugestão pretendia não apenas destacar a importância do domínio de uma profissão, fator que possibilitou a industrialização da região, mas acima de tudo, enfatizar a necessidade de conhecimentos em relação ao cultivo da terra para garantir a sobrevivência.

Os primeiros colonos chegaram à região poucos dias antes da promulgação da Lei de Terras<sup>2</sup>. A referida lei estabeleceu a compra como única forma legal de acesso a terra e, na prática, abriu espaço à privatização do sistema de colonização em terras devolutas, com a conseqüente expulsão de ocupantes que não possuíam títulos de propriedade. A passagem do controle das terras devolutas para as províncias teve o mesmo efeito. Os governos provinciais criaram algumas colônias oficiais, mas a maior parte do território do sul foi colonizada por companhias particulares (a maioria controlada por imigrante-descendentes) que recebiam grandes concessões com o compromisso de dividi-las em lotes para venda a colonos estrangeiros.

Neste mesmo período, no Vale do Itajaí, uma colônia fundada foi Blumenau, em 2 de setembro de 1850, tendo como seus primeiros imigrantes pessoas originárias da Saxônia, norte da Alemanha, que exerciam as mais diversas profissões. Entre eles estavam

---

<sup>2</sup> Lei 601, de 18/9/1850.

17 imigrantes. Havia 11 homens adultos. Destes, apenas 3 eram lavradores, 1 era veterinário, 1 agrimensor e 6 eram artesãos: ferreiros, carpinteiros, funileiros, etc. Em 1852 havia na colônia 80 homens entre 20 e 60 anos de idade. Destes, pelo menos 17 eram artesãos. No entanto, todos trabalhavam na lavoura, dedicando-se a seus ofícios, eventualmente, como ocupação secundária. Este fato mostra que a divisão de trabalho era extremamente incipiente (SINGER, 1968, p. 98).

A vida econômica da colônia nos seus primeiros dez anos de existência baseou-se na produção para o autoconsumo. Porém, a predominância dos artesãos sobre os lavradores firmou a base econômica da colônia de Blumenau. Segundo Petry (2000, p. 70), “a formação do pólo têxtil em Blumenau está relacionada ao caráter profissional dos colonizadores. Entre os imigrantes, a colônia acolheu alguns, com experiência em tecelagem, atividade que oferecia vastas possibilidades de desenvolvimento no Brasil”.

Com o estímulo do governo imperial que procurava expandir e diversificar as atividades econômicas, Blumenau (núcleos fundados entre 1850-60) tornou-se uma grande potência econômica e uma região de ocupação estratégica, por situar-se na via de passagem entre o extremo-sul e os centros econômicos vitais do país (HERING, 1987).

Desde 1860, Blumenau passou a ser administrada pelo Império. O governo imperial assumiu o empreendimento mantendo o fundador Hermann Blumenau na direção, na condição de diretor remunerado. A ocupação de terras estendia-se até Timbó, Rio dos Cedros, Indaial e Gaspar sendo povoados os dois lados do Rio Itajaí-Açu, abrangendo uma área de 1.034 quilômetros quadrados (SANTIAGO, 2001).

O rápido crescimento populacional fez com que o Dr. Blumenau perdesse o controle sobre o número total de habitantes da colônia, “por isso se promoveu um novo censo demográfico em 1876 contando 10.701 pessoas, sendo 8.228 alemães ou seus descendentes diretos” (SANTIAGO, 2001, p. 23).

Os primeiros imigrantes freqüentemente eram “capitalistas sem capital”, pois dispunham de poucos recursos financeiros para aplicar na produção, porém tinham experiência e conhecimento sobre o processo de desenvolvimento capitalista. A figura do “vendedor” é marcante no período econômico predecessor ao início da industrialização (1850-1880). Os colonos colocavam no mercado o excedente de sua produção de subsistência e o comerciante “funcionava como um banco primário (acumulando as mercadorias e exportando-as para fora da colônia) numa relação não monetária” (TOMIO, 2000, p. 69).

O vendeiro não apenas ditava os preços aos colonos isolados nessas comunidades, por assim dizer no meio da floresta, mas era também o ‘facheiro da civilização’, com as novidades que trazia de fora, verdadeiras preciosidades do mundo moderno, que tornavam difícil avaliar uma troca justa, sem falar que a noção de capital e dinheiro, clara aos vendeiros, era muito abstrata para quem estava envolvido na luta primitiva pela sobrevivência, frente à natureza (BUGGENHAGEN, 1941 *apud* GOMES, 2001, p. 16)

Assim, após 30 anos de colonização, Blumenau conseguiu formar seu comércio, o qual vendia produtos importados aos consumidores da região. O vendedor fazia também o caminho inverso revendendo, os excedentes comprados dos colonos, para diversas partes do país e países europeus.

### 1.3 OS PRESSUPOSTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPAÇO BLUMENAUENSE

O processo de industrialização blumenauense desenvolveu-se seguindo os preceitos capitalistas, que previu o amadurecimento das forças produtivas materiais e a transição das formas artesanais individuais “valor de uso” para as formas de produção social “valor de troca”<sup>3</sup>.

Em Blumenau o amadurecimento da industrialização ocorreu desde 1880, com desenvolvimento da economia de subsistência, adensamento populacional, intensificação da divisão social do trabalho e o fortalecimento das relações de troca.

De acordo com Singer (1968, p. 114), a industrialização blumenauense consagrou-se por meio de dois processos inter-relacionados, ou seja, a inserção crescente da economia local no mercado nacional e a divisão de trabalho entre cidade e campo, ensejado na formação de um mercado local à indústria.

---

<sup>3</sup> Conforme Marx (1983, p. 45-47) cada coisa útil, como ferro, papel, etc deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo a qualidade e a quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto ser útil, sob diversos aspectos e, portanto os múltiplos modos de usar as coisas são um ato histórico. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro, etc. Ainda referendando o autor “o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo, um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria. Por conseguinte, primeiros os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Porém, o valor de troca pode ser o modo de expressão, a forma de manifestação, de um conteúdo dele distinguível. Por outro lado, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias”. A característica fundamental da economia mercantil-capitalista é a produção isolada, privada e autônoma de produtos destinados à troca, isto é, ao mercado.

Os dois processos se inter-relacionam estreitamente, pois a indústria aproveita tanto o mercado das pequenas unidades camponesas do Setor de Subsistência, como o mercado gerado pelo poder de compra da receita das exportações e das “entradas invisíveis” e, na primeira oportunidade, procura participar do mercado nacional, exportando para o Rio, São Paulo ou Porto Alegre. O crescimento da indústria, por sua vez, vai proporcionar um mercado melhor para os produtos de subsistência do campo (SINGER, 1968, p. 115).

Segundo Singer (1968), o mercado urbano em crescimento estimulava a expansão industrial. Uma iniciativa que pode ser citada como exemplo de amadurecimento industrial foi a firma Salinger & Cia, que

desenvolveu uma série de atividades voltadas ao beneficiamento dos produtos regionais, visando uma produção mais homogênea que assegurasse melhores condições de conservação e exportação. Instalou moinhos de farinha, descascadores de arroz, serrarias e melhorou a cultura do fumo, selecionando sete diferentes qualidades, exportadas para o mercado alemão. Para a embalagem dos produtos desenvolveu fábricas de caixas, de arame farpado e latoaria. Paralelamente prestou assistência aos colonos, fornecendo-lhes técnicas mais aprimoradas de produção ao substituir, por exemplo, os antiquados cilindros de madeira, na moagem da cana, de pouco rendimento, por moendas de ferro, e introduziu também tachos de cobre, grandes e rasos, para o cozimento da garapa, assim como alambiques para o fabrico da cachaça. A firma foi ao mesmo tempo responsável pela introdução de centrífugas de leite e máquinas de cortar forragens, aprimoramentos técnicos que se espalharam por toda a região (HERING, 1987, p. 66).

Além de Blumenau importar produtos também exportava uma variedade de produtos coloniais.

Na exportação, os nomes mais tradicionais foram os de Victor Gaertner, (manteiga, ovos, lingüiça); Jens Jensen (manteiga, banha, ovos, lingüiça e alguns produtos coloniais); Fridenreich (cerveja); Hosang (cerveja); Rischbieter (cerveja, fumo, charutos, vinagre, ovos, manteiga, lingüiça, banha); Bayer (idem); Krueger (galinhas, manteiga, ovos, toucinho, peles de caça, araruta, milho, farinha de milho); Probst (fumo etc.); Lange (galinhas, manteiga, banha, arroz, lingüiça, toucinho, carne salgada, e milho); Peters e Wille; Hartwig Baumgarten (galinha, ovos, lingüiça, toucinho, manteiga, araruta); Schrader (arroz) e Holetz (HERING, 1987, p. 65)

Os produtos de Blumenau são exportados por uma companhia de navegação de Itajaí.

Em 1877, Guilherme Asseburg, cônsul alemão em Itajaí e proprietário da firma Asseburg, à qual mais tarde associou-se Willerding, também de Itajaí, criou a primeira empresa de transportes fluviais. Lanchas a vapor passaram a ligar, duas vezes por semana, o porto marítimo à Blumenau, em substituição às balsas, barcaças e canoas (HERING, 1987, p. 66).

A facilidade em criar empresas para exportar produtos de Blumenau e de outras colônias da Região do Médio Vale do Itajaí, como Brusque, devia-se à localização geográfica estratégica de Itajaí que possuía, já naquela época, um dos melhores portos do Estado.

Outros fatores importantes ao desenvolvimento industrial blumenauense foram: a criação de instituições de crédito (Sociedade de Consumo e Caixa Agrícola), a introdução da energia elétrica, aprimoramento dos meios transportes e a relação estabelecida com os países europeus.

Em 1880, pela lei provincial nº. 860, Blumenau foi desmembrado de Itajaí e elevada à categoria de Vila. Pela lei estadual nº. 197, de 28-07-1894, foi elevada à condição de cidade.

A criação das primeiras indústrias têxteis esteve alicerçada no alto preço das roupas e tecidos, na garantia de mercado para comercialização dos produtos, disponibilidade de força de trabalho, na sua qualificação para o trabalho fabril e na importação de técnicas e tecnologias da Alemanha.

O aparecimento da indústria têxtil e do vestuário foi marcado pela organização da primeira manufatura em 1880. Neste momento, favoreceu-se a emergência da atividade industrial e a necessidade da presença da eletricidade. De acordo com Aued (1999, p. 74),

a energia elétrica é, assim, o pressuposto e o resultado da era fabril no Brasil. É pressuposto porque, sem ela, as fábricas dos imigrantes não poderiam ser ativadas. É resultado porque a fábrica já havia sido concebida em outros quadrantes do planeta. Quando o imigrante alemão, lavrador e deputado estadual Peter Christian Feddersen, sonhava com a construção de uma usina de energia elétrica no sul do Brasil, mais propriamente em Blumenau (a primeira), ele tinha uma fábrica em sua mente. (...) A primeira usina hidrelétrica de Blumenau, e também do estado de Santa Catarina, é de 1909 e contribuiu decisivamente para instaurar a industrialização. Muda a feição do espaço local e, em Blumenau, surgem outros personagens profissionais e sociais, os operários fabris, principalmente os têxteis.

Em 1901 surgiu à necessidade de associação e representação dos interesses burgueses, por meio da Associação Comercial e Industrial de Blumenau – ACIB. A Associação é fundada com a finalidade de incentivar o desenvolvimento e o crescimento local e de potencializar o espírito associativo para vencer as dificuldades que não conseguiam suplantar individualmente.

A energia elétrica constituiu-se como um determinante para o desenvolvimento e estruturação de Blumenau como pólo industrial. A construção das usinas hidrelétricas Busch (1909) – Usina de Gaspar Alto e Feddersen, Jensen & Zimmermann – Usina do Salto (1915) demarcaram o interesse no desenvolvimento industrial. Em 1909 ficou pronta a construção da

Estrada de Ferro Santa Catarina que desempenhou um papel de destaque na interligação de Blumenau com Itajaí.

Várias medidas foram tomadas para facilitar a industrialização no Vale de Itajaí como a vinda de recursos financeiros e de tecnologia da Alemanha, a importação de máquinas, equipamentos, matéria-prima e novas técnicas de trabalho. “Portanto, a constituição de uma região industrial não é algo autônomo, desvinculado de um contexto maior. Ela recebe impulso do exterior e reage a ele” (GOULARTI Fº, 2001, p. 27).

Os contatos com a Alemanha foram fundamentais para a aquisição de matérias-primas semi-elaboradas (fios de algodão, placas de ferro cromado, latão, soda cáustica etc.), máquinas e o fornecimento de técnicas e de novos conhecimentos industriais (know-how). Além disso, a Alemanha figura, ainda, como um dos maiores importadores de produtos blumenauenses (KRZIZANOWSKI, 1992, p. 16).

Segundo Singer (1968) sintetizou, a indústria de Blumenau desenvolveu-se inicialmente em função do mercado local, passando por diferentes etapas de evolução.

Ultrapassada a do *artesanato* (1850-1880) se inicia a da *pequena indústria* (1880-1914). Na medida em que as empresas se desenvolvem, no entanto, elas começam a procurar economias de escala, lançando os olhos para o mercado nacional. [...] Em 1900, ainda em plena etapa da pequena indústria, a empresa Hering envia seu primeiro agente para fora do Estado (Porto Alegre), transformando-se pouco a pouco em grande indústria. Outras empresas seguem seu exemplo, embora não possamos precisar as datas que o fizeram. Tudo leva a crer que o período da Primeira Guerra (1914-1918) e a década seguinte constituem um período de transição, ao cabo do qual, um número apreciável de empresas de Blumenau não somente passa a abastecer o mercado nacional como vêm nele o *alvo principal de sua atividade produtiva*. Inicia-se deste modo o que denominamos de etapa da *grande indústria*, que prossegue até agora. Nesta etapa a expansão das empresas adquire nova dimensão, pois ela se integra no processo de industrialização do país. (p. 129).

Segundo o autor, é importante perceber que a indústria blumenauense não concorreu, via de regra, com a de São Paulo e a do Rio, pois atuou em ramos virgens ou quase virgens no Brasil. “A condição de ‘sucesso’ da penetração no mercado nacional parece ter sido ‘abrir’ mercados com estrutura monopolística ou oligopolística (oferta concentrada em uma ou poucas empresas)” (SINGER, 1968, p. 130).

#### 1.4 HERING: UM EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO QUE REPRESENTA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Entre os pioneiros na indústria têxtil estão os irmãos Hermann e Bruno Hering que, em setembro de 1880, fundaram uma fábrica de artigos de malha, na cidade de Blumenau. “Os irmãos Hering, descendentes de uma família com tradição secular em tecelagem e malharia, trouxeram da Saxônia, tradicional centro da indústria têxtil, experiência suficiente para implantar em Blumenau a indústria têxtil” (COLOMBI, 1979, p.13).

As economias trazidas e guardadas por Hermann possibilitaram a aquisição do primeiro tear, bem diferente das simples máquinas de tecer usadas anteriormente na Saxônia, das quais a mercadoria saía pronta, enquanto no tear circular que adquiriram no Brasil, a malha era produzida em metros, precisando ser cortada e costurada.

Os irmãos Hermann e Bruno Hering se instalaram na principal rua da colônia e com o auxílio do tear redondo de malharia iniciaram a produção de camisetas. A força de trabalho é eminentemente doméstica, já que os dois irmãos saxões contavam, além da tradição ancestral e experiência pessoal no ramo têxtil, com o trabalho dos filhos de Hermann na produção (HERING, 1987, p. 98).

Com a aquisição de equipamentos e ampliação das instalações, a família passou a produzir cada vez mais, atendendo as solicitações dos moradores da região. Em 1905 “deu-se início ao plano de verticalização de uma alvejaria e de uma tinturaria bastante rudimentar, mas aperfeiçoada em 1906 com a utilização de corantes e anilina importados de Baden, Alemanha” (PETRY, 2000, p. 97). Para que ocorresse o desenvolvimento das indústrias era necessário importar mais maquinários e equipamentos. Estas máquinas foram adquiridas em empresas da Alemanha, trazendo inovações tecnológicas para Blumenau. Também na medida em que as fábricas os transformavam em operários, estes passavam a absorver e reproduzir componentes institucionais e ideológicos do capitalismo, alterando suas relações e seu modo de ser.

De 1893 a 1915, a Indústria Têxtil Cia. Hering aumentou seu patrimônio, investindo em imóveis e máquinas, oportunizando com isto uma melhoria na qualidade de seu produto para conquistar novos mercados.

Em 1913 o grupo [Hering] ingressa no mercado financeiro explorando a atividade bancária, a qual destinava-se a captar poupanças e comissões de serviços de locais para empréstimo à indústria. Então contando o grupo com uma indústria de malhas, uma loja e um banco, em 1915 o grupo recebe a comenda nacional de “Maior Malharia do Brasil” (LOMBARDI, 2001, p. 48).

Em 1940 o parque de máquinas da Cia. Hering abrangia 325 teares circulares, 280 máquinas de costura e, como complemento à modernização do processo de malharia, uma pequena instalação para mercerizar. “Ressalta-se, de acordo com a observação deixada por Curt Hering, que ‘metade das máquinas foi adquirida à época de bom câmbio’, caso evidente de que a alta da moeda funcionou indiretamente em benefício da indústria” (HERING, 1987, p. 208).

Os investimentos da Cia Hering também fluíram para outras áreas, tanto na esfera político-institucional (criação da primeira Central Telefônica do Estado e da primeira Usina Hidrelétrica) como também para o campo cultural e sócio-assistencial, com a criação da Fundação “Hermann Hering” (1935), cuja função social é de arrecadar recursos junto à comunidade para auxiliar operários doentes, acidentados e inválidos. Em 1941 é acrescentado um refeitório às dependências de trabalho e, em 1943, um sistema de seguro de vida coletivo. Em 1945 são construídos um ambulatório e uma creche (HERING, 1987).

Além da malharia Hering, da fundação e administração da Caixa Agrícola, os Hering possuíam o controle acionário da Indústria Garcia e tinham participação acionária na Força e Luz Catarinense (1915). A família Hering empreendeu outras iniciativas empresariais, muitas vezes com participação de outros empresários, como o auxílio financeiro a Paul Werner, Curt Hering, Otto Renaux e Otto Rohkohl para a fundação da Electro Aço Altona (1933); a compra da Fábrica de Chocolates Saturno por Max Hering (1928); a criação da Fábrica de Gaitas Alfredo Hering (1923); a criação da Fábrica de Cristais Hering e outra de brinquedo (Hering-Rasti); a fundação da Malharia Blumenau (MAFISA), em 1929; a participação acionária na Fábrica de Gases Medicinais Cremer (1935); a constituição da Sociedade Madeireira Rio do Sul; a participação, a formação e direção do Banco Inco, que incorporou a Caixa Agrícola (Blumenau) e o Banco de Crédito Agrícola de Bella Aliança (Rio do Sul); a aquisição da Malharia Eckardt, de Indaial (um pequeno concorrente que confeccionava camisas de malha), a abertura de Filiais da Cia Hering no interior do Vale do Itajaí e malharia paulista Hering Malhas (1943) em São Paulo, e a fundação da Fábrica de Tintas Hering (HERING, 1987, p. 187-214).

Na trajetória histórica blumenauense, apesar da família Hering, concentrar sua atividade econômica no setor têxtil, participou como investidora pessoa física, em

vários outros empreendimentos comerciais e financeiros. Outra estratégia de acumulação capitalista utilizada pela Família Hering foi à constituição da cooperativa de consumo Cooperhering (1944) e da cooperativa de crédito Credihering (1951), inspiradas nas experiências cooperativas alemãs.

Durante a segunda metade do século XX, a Cia Hering realizou diversos investimentos como a aquisição da Fábrica de Meias Fröschlin (1953) que culminou com a abertura de sua segunda unidade fabril, denominada “Meias Hering Ltda.”; integrou um investimento comum juntamente com outras empresas formando a Têxtil Catarinense do Nordeste – TECANOR (1966), visando à produção auto-suficiente de algodão; e, em 1970 realiza outro investimento congênere que resulta na criação da Ceval Agroindustrial S.A. Durante este período a empresa vivenciou uma fase de expansão com programas de reorganização, modernização e ampliação de todo o parque fabril industrial, tornando-se a segunda maior malharia do mundo e maior malharia da América Latina.

De acordo com Maria Spezia, funcionária do Departamento de Relações com Investidores da Cia Hering deste complexo empresarial acima citado, a empresa Cia Hering incorporou a Hering Malhas S/A (1983) e a Mafisa (1991). A família Hering mantém participação acionária na Eletro Aço Altona, Fábrica de Gaitas e Brinquedos Hering, que é uma junção da Fábrica de Gaitas com a de Brinquedos, Fábrica de Cristais Hering e a Fábrica de Gases Medicinais Cremer. As demais empresas e instituições financeiras mencionadas tiveram suas atividades encerradas ou foram incorporadas e vendidas, como é o caso do Banco Inco que foi incorporado ao complexo econômico-financeiro Bradesco em junho de 2006.

Além das Empresas Hering, outras empresas impulsionaram o fortalecimento do complexo industrial têxtil e vestuarista em Blumenau. Elas são: Karsten (1880); Garcia (1884); Acolchoados Altenburg (1922); Bordados e Cadarços Haco (1924); Fábrica de chapéus Clesen & Weege (1925); Teka (1926); Malhas Thilmann (1927); Mafisa (1929); Cremer (1935); Artex (1936); Sulfabril (1947); Maju (1953); Dudalina (1957), entre outras. Destacaram-se esses empreendimentos por constituírem-se como as indústrias com maior capital apropriado e reconhecimento no mercado econômico. Muitas destas empresas atuaram no setor têxtil e vestuário. Entre as empresas citadas, algumas foram incorporadas (Garcia; Mafisa; Artex; Maju) a outros grupos econômicos (Coteminas; Hering; Marisol) e outras se extinguíram (Fábrica de Chapéus Clesen & Weege; Malhas Thilmann).

## 1.5. O MUNDO EM GUERRA E A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E VESTUARISTA

A indústria têxtil e do vestuário blumenauense, até 1914, sofreu com a dura concorrência dos fios de algodão importados europeus, que eram mais barato. No período da primeira guerra (1914-1918) Blumenau encontrou as condições ideais para fortalecer as indústrias deste setor com a retração do comércio internacional, a substituição de manufaturados produzidos e a redução do abastecimento de fios e produtos europeus. Esse segmento industrial foi impulsionado pela aquisição de maquinários de fiação, a expansão da produção, fortalecimento do mercado local e do Estado, assim como o pioneirismo em alguns ramos de produção, por exemplo: cama, mesa e banho, gazes medicinais e em alguns artigos de vestuário – camisa masculina e pijamas.

Após a I Guerra Mundial, vivenciou-se a Grande Depressão e a crise da Bolsa de Nova Iorque<sup>4</sup>, em 1929. A Europa e os Estados Unidos vivenciaram momentos de desequilíbrio econômico, especulação do mercado norte americano, modificações no padrão de consumo e conseqüentemente aumento da inflação, redução salarial e o crescente desemprego.

Em Blumenau esse período beneficiou o processo de expansão industrial, pois a crise européia, que abateu especialmente a Alemanha, incentivou a imigração de alemães com experiência fabril para o município. Com a vinda de nova onda migratória houve um aumento na disponibilidade de força de trabalho às indústrias blumenauenses, incrementando a produção de produtos, como também o barateamento dos custos do trabalho. Neste contexto, o município de Blumenau desenvolveu-se economicamente e aumentou suas exportações.

Segundo Barroso (1989, p.116), em 1914, Blumenau exportava US\$ 1.175.856,8 e importava US\$ 1.156.871,9, em 1920 exportava US\$ 3.426.345,00 e importava US\$ 2.725.268,1 e em 1928 exportava US\$ 4.543.063,8 e importava US\$ 3.461.031,0, ou seja, ampliou gradativamente suas exportações. Neste sentido, sugere-se que as relações estabelecidas com os países europeus garantiram esse processo e o desenvolvimento local. O processo de exportação foi favorecido pelo posicionamento político pragmático do presidente Getúlio Vargas aos países do eixo. Porém, depois dos EUA despontar como uma nova potência econômica mundial e ocorrer à dolarização do mundo, as fortes pressões internas de

---

<sup>4</sup> Queda de 80% no valor das ações das 30 maiores empresas americanas.

grupos políticos contrários ao nazi-fascismo fez Vargas aliar-se aos americanos. O posicionamento favorável aos norte-americanos rendeu ao país investimentos de multinacionais e a consultoria à elaboração de planos econômicos. Esta definição repercutiu internamente por meio de um conjunto de medidas restritivas aos imigrantes, sobretudo os alemães de abasileiramento.

Entre os anos 1937 e 1945, internamente, uma parcela significativa da população brasileira sofreu interferências na vida cotidiana produzida pela “*campanha de nacionalização*”. Essa campanha visava à integração étnica e cultural dos imigrantes e de seus descendentes classificados como “não-assimilados” portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade.

Em 1937 a região do Vale do Itajaí possuía o maior número de eleitores do estado, seu parque industrial desenvolvia-se rapidamente e sua população era majoritariamente composta de descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses, portadores de identidades étnicas fundamentadas em práticas culturais específicas e no pertencimento primordial às nacionalidades de origem, com base no direito de sangue.

A campanha da nacionalização tinha por finalidade impor o “espírito nacional” aos concidadãos que formavam “quistos étnicos” erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha, seus idealizadores criticavam, sobretudo, a política de colonização com imigrantes, mantida durante a Primeira República, argumentando que a elite não corrigiu os “erros” cometidos no Império, permitindo que estrangeiros formassem núcleos isolados, quase imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira (SEYFERTH, 1982).

O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas “escolas estrangeiras” a modificar seus currículos e dispensar os professores “desnacionalizados”. As escolas que não conseguiram (ou não quiseram) cumprir a lei foram fechadas. Entretanto, segundo Seyferth (1982, p. 84),

a reação contra a nacionalização ganhou força principalmente no Blumenauer Zeitung. A nacionalização foi vista como uma ameaça à integridade do grupo étnico. Os argumentos contra essa nacionalização do ensino tomaram várias formas. Um exemplo é dado pelo artigo que transcrevo a seguir: “os grandes pedagogos de todas as épocas e povos ensinam que a criança deve aprender aquilo que ela entende e que pode entender. O moloch da nacionalização rápida e à força afirma: a criança deve aprender aquilo que não entende. Esta é a pedagogia escravocrata, isto é, as crianças de colonos estrangeiros, tal como os filhos dos escravos, devem inculcar a língua dos senhores. Os colonos estrangeiros vieram para esta terra como ‘substitutos de escravos’... e quando a liberdade física consegue ser preservada, tentam a escravidão espiritual” (Blumenauer Zeitung, ano 40).

Desde 1939, a intervenção direta aumentou de forma exacerbada e a exigência de "abrasileiramento" através da assimilação tornou-se impositiva criando entraves para toda a organização comunitária étnica de diversos grupos imigrados. Assim, progressivamente, desapareceram as publicações em língua estrangeira, principalmente a imprensa étnica, e algumas sociedades recreativas, esportivas e culturais que não aceitaram as mudanças, tiveram como consequência que fechar e/ou mudar sua razão social. Foi proibido o uso de línguas estrangeiras em público, inclusive nas atividades religiosas. A ação direta do Exército impôs normas de civismo, o uso da língua portuguesa e o recrutamento dos jovens para o serviço militar num contexto genuinamente brasileiro. A participação do Brasil na guerra, desde 1942, acirrou as animosidades, pois a ação nacionalizadora se intensificou junto aos imigrantes (e descendentes) alemães, italianos e japoneses transformados em potenciais "inimigos da pátria" (SEYFETH, 1982).

Esse período é marcado por dois movimentos internacionais: a ascensão do nazi-fascismo e a II Guerra Mundial. O nazi-fascismo constitui-se como um movimento político ditatorial, antidemocrático e racista propagado, pela Alemanha e Itália, no período entre guerras, por dois motivos principais: o combate do comunismo e dos movimentos grevistas, assim como a insatisfação frente imposições predefinidas no Tratado de Versalhes<sup>5</sup> pelos Estados Unidos, França e Inglaterra aos países perdedores da Primeira Guerra Mundial. A ofensiva bélica alemã, em 1936, deu rumo e força há um grande conflito mundial.

A Alemanha, descontente com as medidas de controle impostas pelo Tratado, iniciou seu plano de conquista dos países circunvizinhos invadindo a Austrália, Polônia, Dinamarca, Noruega, entre outros. Em 1940 suas intenções de conquista do mundo foram apoiadas pela Itália, Japão e posteriormente, a Hungria. Neste contexto, em 1941, os Estados Unidos da América declarou guerra contra o Japão após o ataque à base militar de *Pearl Harbor*. O EUA implicou-se no conflito para reconquista dos territórios, até sair vitorioso.

No cenário brasileiro, o anúncio da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo a dificuldade de importar petróleo e a necessidade de racionamento de alimentos e gás. Blumenau também vivenciou estas dificuldades. Entretanto, as maiores dificuldades dos habitantes blumenauenses foram às perseguições, as exigências e imposições da campanha de nacionalização.

---

<sup>5</sup> Algumas medidas estabelecidas neste tratado eram: as antigas colônias alemãs que seriam cedidas à Grã-Bretanha e à França. O exército alemão seria reduzido a cem mil homens. Os navios mercantes alemães com mais 1.600 toneladas de capacidade passariam a pertencer aos países aliados, assim como a Alemanha teria que pagar indenizações pelos prejuízos causados pela guerra.

Em contraponto, o segundo conflito mundial (1939-1945) abriu um espaço ainda maior à indústria têxtil. A política do governo passou a estimular a exportação como forma de resolver a superprodução dos têxteis. Começou-se a exportar à América Latina, Europa, África do Sul e Oriente Médio, sem resolver o problema dos trabalhadores que eram mal remunerados e realizavam longas jornadas de trabalho. A economia blumenauense aumentou sua média anual de exportações em 1934 a 1937, de 11 mil contos para, em 1941, de 64 mil contos. Esse período foi marcado pela substituição das importações e o grande êxodo rural, em Blumenau.

Nos períodos de conflito mundial, constatou-se o aumento da produção têxtil,

evoluindo sua produção de 9.382.935 metros de tecidos, em 1937, para 14.441.570 metros, em 1946, o que equivale a uma taxa anual de crescimento de 4,9%. Em 1947 houve queda, com recuperação no ano seguinte (15,7 milhões de metros). O crescimento da produção decorreu primordialmente da intensificação do uso do fator trabalho, pois o acréscimo no número de fusos foi da ordem de 5%, registrando-se variação negativa no parque de teares (CUNHA, 1982, p.144).

Em 1946 a euforia por exportar chega ao máximo, mas o fim da guerra leva os países da Europa e América a retomarem ao mercado aonde o Brasil vinham fornecendo seus produtos desde 1939. O empresariado blumenauense ao perder o mercado externo voltou-se para o mercado interno sem, contudo, modernizar seus equipamentos e mantendo uma política de retenção de produtos.

Outra marca deste período foram às inúmeras ações sociais desenvolvidas pelas indústrias blumenauenses, que construíram na década 1940 casas em vila de operários (Artex e Garcia), creches, ambulatórios, a instalação do Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem - SENAI, entre outras.

O desmembramento do Município de Maçaranduba do território de Blumenau, em 1949, acentuou-se o caráter urbano e industrial do município (SINGER, 1968). Assim, Blumenau despontou, na década de 1950, como um dos centros urbanos e industriais mais importantes do Estado. Seu parque fabril era formado por,

Doze grandes empresas, treze médias empresas e sessenta e quatro pequenas empresas. Dentre elas merecem destaque o setor têxtil, assim representado: nove grandes empresas, três médias e dezenove pequenas empresas. Ainda, segundo dados de 1958, as empresas têxteis absorvem 66,6% da força de trabalho disponível na região (KRZIZANOWSKI, 1992, p. 20).

Na década de 50, o Brasil adotou uma política expansionista e nacionalista, que favorece o processo de industrialização por intermédio de investimento público em infraestrutura e na criação de instituições de financiamento e crédito, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a instalação de inúmeras multinacionais.

Desde 1950, o crescimento da economia passa a ser planejada com incentivo do poder público. Em Santa Catarina, o governo estadual adotou a política nacional e estruturou meios de transporte e escoamento da produção, criou instituições de financiamento e crédito, como o Banco do Estado de Santa Catarina - BESC e o Fundo para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – FUNDESC.

## 1.6 OS EFEITOS DO “MILAGRE ECONÔMICO” E A ERA “OURO” DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DO VESTUÁRIO

A década de 60 trouxe o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes, emolduradas pelo golpe de 1964. Foi um período de decadência do ciclo econômico, mas não de uma crise econômica de maior proporção, que pudesse por em risco a continuação da acumulação capitalista.

A acumulação capitalista no Brasil operava uma crescente concentração de capitais, pois a introdução de indústrias de duráveis incorporando tecnologias cada vez mais sofisticadas impunha ‘barreiras técnicas e financeiras a entrada de capitais de menor porte, possibilitando a estruturação monopolista do setor’. Em decorrência direta, favorecia a concentração de renda, criando novos empregos relacionados a esferas técnicas e administrativas, com salários mais elevados, mantendo-se o salário mínimo sob maior controle (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 09).

Neste período, no cenário nacional, manteve-se, na indústria têxtil, a marca do atraso tecnológico, persistindo a presença de equipamentos obsoletos. Houve redução da produtividade e queda da competitividade. O golpe militar de 1964 envolveu medidas econômicas recessivas que acentuou o desemprego. Em 1965 o governo militar passou a incentivar o setor têxtil e vestuário fornecendo crédito subsidiado para modernizar seus equipamentos. A entrada das fibras sintéticas, de preço mais baixo, acentuou a ociosidade do setor (BARRETO, 2000).

Na década de 70, o 'milagre brasileiro' deu novo fôlego à indústria têxtil e do vestuário e mais uma vez os benefícios desse 'milagre' não foram repassados para o salário dos trabalhadores. A indústria têxtil brasileira cresceu 19,51%. A política econômica sustentava-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento, cujo objetivo era manter a taxa de crescimento em altos níveis, transformar e modernizar a indústria pesada. Os militares recorreram ao Fundo Monetário Internacional, como forma de manter "elevados níveis de investimentos produtivos", o que favoreceu ao aumento da dívida externa e desequilíbrio na balança de pagamentos. Verificou-se o fenômeno da industrialização e o crescimento no número de empresas que quadruplicou em duas décadas (BARRETO, 2000).

Entre 1968 e 1973, o PIB brasileiro evoluiu a velocidade de 13,6% ano e em Santa Catarina o crescimento do PIB nesse mesmo período foi ainda maior, de 17,6% ano (SANTIAGO, 2001).

O setor do vestuário saltou de 1,9% empregos gerados em 1959 para 10,5% em 1980. Entre os anos 1970 a 1975, o setor do vestuário aumentou o número de vagas a uma velocidade de 51,4% ano. As indústrias têxteis verticalizaram sua produção e passaram a atender o mercado externo, exportando seus produtos para América, Europa e África (TOMIO, 1995).

Em 1974, em Blumenau, foi criada a Fiovale, reunindo investimento de cinco empresas: Maju, Haco, Diana, Karsten e Resima, com a finalidade de produzir fios para suas controladoras.

A rápida expansão da indústria em geral, da têxtil e vestuarista em particular, criou uma nova classe trabalhadora: em termos de tamanho e de experiências. Em 1970 a indústria catarinense contava com 8.895 estabelecimentos, sendo que na década de 50, apenas 2.000. A crescente industrialização trouxe como reflexo uma maior urbanização do estado. A população fixada nas cidades aumentou de 32,37% em 1960 para 42,9% em 1970 e chegou a 59,4% em 1980 (SANTIAGO, 2001). Na década de 1970, aprovaram-se mudanças na legislação trabalhista que possibilitou o trabalho noturno.

De 1970-90 o emprego nas fábricas praticamente dobrou. Em 1970, a indústria têxtil e do vestuário, empregavam 16.292 trabalhadores e em 1994 mantinham 29.462 empregados. Essa nova classe, de modo geral, concentrava-se nas grandes fábricas, tais como: Hering, que empregava 10.092 trabalhadores, Sulfabril 4.645, Teka 4.762, Artex 2.917, Cremer 2.105, Karsten 1.826, Maju 1.078, Haco 972 e Malharia Cristina 455 (TOMIO, 1995, p. 46-49).

O ramo têxtil e vestuário consolidaram-se no plano mundial e o Vale do Itajaí passou a ser reconhecido como 2º maior pólo de concentração do setor. A Região do Médio Vale do

Itajaí passou a ser responsável por 80% das exportações neste setor em Santa Catarina. No estado, a produção industrial no setor têxtil e vestuário blumenauense representavam 65,8% dos fabricados.

Na década de 1980, o PIB do Brasil teve crescimento negativo. Em 1981 de 9,2 e em 1983 de menos 6,6% (SANTIAGO, 2001). Os juros internacionais dispararam e conseqüentemente ampliou-se a dívida externa.

Na década de 1980, no cenário nacional, houve uma retração do mercado interno, devido à taxa de consumo dos produtos têxteis terem permanecido na faixa negativa de 9,56% ano. Os salários mais uma vez caíram com o aumento do desemprego. Em 1985 houve recuperação do setor que projetou um crescimento de 13,53% chegando em 1986 a atingir a taxa de 15,76%. O 'plano cruzado' aumentou o número de falências e concordatas de pequenas e médias empresas. Enquanto as exportações contraíam-se, o consumo interno tomava novo impulso. O setor têxtil e vestuário estavam vivendo o "boom" do mercado interno. Entre 1987/1989 as exportações voltaram a crescer, caracterizando uma "saída de emergência" para o setor, representado pelas grandes empresas. O pico da exportação coincide com o declínio da atividade econômica interna. Assim, em 1989, aproximadamente 800 pequenas e médias empresas encerraram suas atividades, enquanto os setores dominantes mantinham seus ganhos pelo caminho defensivo, sem crescimento econômico (BARRETO, 2000).

Na década de 80, o aumento da pobreza e das desigualdades de distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas foi atribuído ao baixo crescimento do PIB brasileiro, devido à taxa de inflação. Ainda neste momento histórico, havia enormes saldos nas exportações e intensa geração de riqueza financeira pelo aumento da dívida pública e a ampliação da distribuição de facilidades públicas aos setores menos competitivos desse novo mercado. Com o governo Sarney, a crise brasileira acentou-se com um quadro de hiperinflação associado ao impasse político-administrativo do governo federal (FONTES; ARBEX, 2000).

As condições do mercado financeiro internacional modificaram-se novamente, no início da década de 1990. A política de comércio internacional do país sofreu profundas alterações com a liberalização comercial acompanhada por incentivos à entrada de capitais estrangeiros, desregulamentação do mercado e privatização das empresas estatais, além de medidas de estabilização. A nova orientação política do país provocou transformações no mercado de trabalho, sobretudo em termos de emprego e salário (RAPOSO; MACHADO, 2002).

O governo Collor ‘jogou pesado’ na chamada ‘modernização’, integrada e submetida aos interesses da economia internacional. Predominou a inflação, o autoritarismo, a política recessiva que produziu índices recordes de desemprego, perdas salariais, queda de produção, aumento da miséria urbana, aumento de concordatas e falências de empresas do setor. O ônus da crise, mais uma vez, recaiu sobre os trabalhadores (BARRETO, 2000).

A abertura econômica nos anos 1990 estimulou a redução de tarifas, rompendo o modelo de desenvolvimento que visava proteção da indústria nacional. A presença de concorrentes estrangeiros e a necessidade de competir internacionalmente fizeram o setor produtivo nacional investir maciçamente em tecnologia para aumentar a produtividade. A maior consequência dessas transformações foi à alta taxa de desemprego, principalmente no setor industrial (FONTES; ARBEX, 2000).

No cenário citadino, na segunda metade dos anos 1990, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência em 1994, o investimento estrangeiro voltou à indústria têxtil e vestuário brasileira. Mas as expansões das empresas estrangeiras deram-se fora do reduto tradicional do setor. Em meados de 1990 foram comuns os anúncios de novos investimentos no Estado do Nordeste, que dividiram espaço com notícias de demissões nas fábricas de Blumenau e a transferência definitiva de indústrias têxteis e vestuaristas.

## CAPÍTULO II – AS FORÇAS DO TRABALHO

### ORAÇÃO DE UM TRABALHADOR

Diretores e dirigentes deste Sindicato  
Abençoado seja o nosso trabalho  
Dêem a nós os nossos direitos  
Seja aceita a nossa igualdade  
Assim na fábrica como no lar.

O aumento nosso de cada ano, dai-nos agora.  
Aumentai-nos nas nossas empresas  
Assim como nós confiamos no nosso Sindicato  
E não nos deixei cair nas garras do patrão  
E livrai-nos de uma demissão fatal.

Abençoado dia, cheio de graças.  
O amor esteja conosco  
E a paz entre homens e mulheres  
Patrões, empregados e chefes.  
Neste dia de homenagem ao trabalho  
Olhai por nós trabalhadores

Para que ganhamos um salário digno  
Que nossos trabalhos sejam feitos com amor  
Recompensados com valor  
Seja um trabalho de confiança  
De lutas e esperanças  
Que nunca falte a comida  
Na mesa desta gente sofrida  
Que é o trabalhador!

E. L. R. (Isapa Têxtil).

## 2.1 O MUNICÍPIO DE BLUMENAU COMO ESPAÇO DE TRABALHO E DE RESISTÊNCIA.

Ao longo do século XX e XXI e do processo de industrialização, verificou-se que “onde o capital vai o conflito vai a atrás” (SILVER, 2004, p.53). As dimensões essenciais para mensuração das contradições deste sistema foram e são os movimentos grevistas e as expressões de insatisfação trabalhista, como por exemplo: os protestos, ocupações de fábricas e revoltas por subsistência. O progresso da indústria e as transformações no mundo do trabalho estavam e continuam relacionados diretamente ao fortalecimento da capacidade dos trabalhadores reivindicarem e resistirem às desigualdades impostas no sistema capitalista.

O município de Blumenau, não diferente do que foi retratado em escala mundial, viveu e vive o processo de expansão industrial e alterações na relação capital-trabalho com vista à acumulação de capital, mas concomitantemente reforçaram a capacidade do trabalhador de questionar sua condição e criar estratégias de sobrevivência. O avanço do capitalismo trouxe consigo a ampliação da miséria, a degradação e opressão da força de trabalho, que instiga os trabalhadores a lutarem e resistirem ao processo de exploração. O retrato da agitação trabalhista pode ser visto, ao longo da história, na qual ainda registram-se inúmeros conflitos entre os capitalistas e os trabalhadores. Essa realidade de questionamento e organização trabalhista no município de Blumenau, particularmente no setor têxtil e vestuário, oportunizaram materializar uma outra imagem das relações capital-trabalho e de seus trabalhadores. Para mensurar a insatisfação trabalhista resgatou-se o histórico dos movimentos grevistas em Blumenau, assim como, a organização do Sindicato Têxtil e do Vestuário.

Enfatizam-se os movimentos grevistas de maior destaque e dos quais há registros, que foram as greves de 1920, 1945, 1949, 1950 e 1989. A primeira manifestação grevista, registrada em Blumenau e organizada por trabalhadores deste setor, ocorreu após 40 anos do surgimento da primeira fábrica, em 08/05/1920, na qual os trabalhadores da empresa Garcia reivindicaram aumento de salários. Porém, cabe salientar, que esse movimento grevista, diferenciou-se dos outros, pois foi marcado pelo confronto e a intervenção política, na qual

dois de seus líderes, os operários alemães Fritz Koch e Georg Sterneck, apontados como perigosos comunistas, são expulsos do país. A decisão é comunicada através da portaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de 13 de julho de 1920. Os imigrantes são expulsos, o primeiro sob a acusação de ter insuflado os companheiros à greve e o segundo, por ter publicado um artigo no Jornal Die Zeit, de Curitiba, contra o movimento pangermanista (AUED, 1999, p. 76).

Já nesta época, mas ainda de forma tímida, surgem evidências de confronto e de resistência. Os capitalistas, por sua vez, não aceitaram essas manifestações e ameaçaram de demissão e/ou demitiram os operários envolvidos nos movimentos grevistas, instituindo medo e um sentimento de “insegurança”.

Após essa manifestação grevista em Blumenau, ocorreu a difusão do movimento sindical e a organização de sindicatos, com a aprovação da Constituição de 1937, apoiado pelas diretrizes da Política do Estado Novo. Diante desse movimento em 1941, no município, constituiu-se a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. A Associação foi fundada com a finalidade de atender as demandas governamentais do Plano Desenvolvimentista de Getúlio Vargas e com o objetivo de executar as legislações sociais estatais que induziam à fiscalização do trabalho e à prestação de serviços assistenciais. Neste período também foi decretada a Lei 5.821, de 16 de setembro de 1943, que rege sobre os dissídios coletivos.

Em 1945, passados quatro anos da fundação da Associação, Blumenau voltou a vivenciar momentos de fervorosa resistência e luta. Neste ano eclodiu um novo movimento grevista envolvendo os funcionários da Empresa Industrial Garcia, que perdurou oito dias, reivindicando “aumento salarial, o questionamento da disciplina fabril e das condições de trabalho” (AUED, 1999, p. 77).

Para desmobilizar os movimentos grevistas e garantir a “ordem”, o governo federal, sancionou o decreto nº. 9.070, de 16 de julho de 1946, proibindo a organização de greves e impondo várias punições aos funcionários que abandonassem o trabalho sem autorização prévia do Tribunal competente.

Em 1948 a Associação foi reconhecida pela Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho como Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. Quatro anos depois, em 1949, realizou-se outra greve, desta vez na Fábrica de Gases Medicinais Cremer S.A., por aumento salarial, apoiada pelo Sindicato.

Neste mesmo período, outra greve é organizada em fevereiro de 1950, que durou 29 dias, envolvendo trabalhadores da Empresa Industrial Garcia, Fábrica de Gases Medicinais Cremer S.A., Fábrica de Chapéus Nelsa e Algotex. O motivo da greve foi a discordância

existente entre o movimento sindical e operário, o aumento dos produtos de consumo, devido à II Guerra Mundial, a necessidade de recuperação salarial, bem como a retenção do salário para pagamento das despesas nas cooperativas de consumo. Esta greve de 1950 iniciou-se na fábrica Garcia e envolveu outras empresas e trabalhadores. Foi duramente combatida pelas forças policiais e não teve apoio do sindicato. Ela foi considerada subversiva pelas autoridades judiciais. Os empresários mostravam-se irredutíveis e os 1.170 grevistas sofreram todas as formas de pressão e repressão para aceitarem uma proposta, cujo intermediário era o Ministério do Trabalho que condicionava à volta ao trabalho com a garantia de que não haveria represálias aos participantes do movimento. Entretanto,

logo após a volta ao trabalho, as promessas foram esquecidas e as repressões desencadeadas: a polícia abriu inquérito para apurar os responsáveis pelo movimento; nas fábricas os grevistas eram demitidos, suspensos ou punidos. Essas medidas repercutiram negativamente no meio operário, legitimando ainda mais as práticas autoritárias dos empresários, fazendo com que os trabalhadores fossem reduzidos a uma condição de impotência e solidão, o que piorava totalmente as chances de uma possível reação dos trabalhadores (KRZIZANOWSKI, 1992, p. 40).

Em contrapartida, o empresariado local e da Região do Médio Vale do Itajaí, organizaram, em fevereiro de 1952, o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário, para representar os interesses da classe patronal e celebrar convenções e contratos coletivos, assim como preparar cursos, palestras e seminários para os empresários da área.

No período entre 1953 e 1988 não houve registros de movimentos grevistas, apesar de existirem várias consignações de reivindicações trabalhistas individuais e de denúncias sobre as condições de trabalho no setor têxtil. Estas consignações culminaram na fiscalização e intervenção do Ministério do Trabalho em algumas empresas do setor.

Conforme KRZIZANOWSKI (1992) verificou-se que, por muitas vezes, o Sindicato não defendeu os interesses da classe trabalhadora, pois sua formação é influenciada pelo trabalhismo e mantiveram uma relação de submissão as diretrizes estatais. De acordo com o autor nesta situação,

os operários não podiam contar com ninguém, pois os sindicatos estavam atrelados ao Estado e, este, aos interesses dos capitalistas. As leis eram feitas não para proteger os trabalhadores, mas sim para manipulá-los e controlá-los. E essa situação perdurou por quatro décadas, quando por fim, o Sindicato conseguiu libertar-se do controle dos pelegos e os operários perderam o medo dos patrões e partiram para o enfrentamento direto na maior greve já realizada na história da cidade: a greve de 1989 (p. 40).

Após quase quatro décadas de silêncio, o movimento operário ressurgiu em Blumenau com a greve que persistiu por 10 dias e envolveu aproximadamente 40.000 operários têxteis. No dia 10 de fevereiro de 1989, a oposição sindical venceu com 41% dos votos e foi deflagrada a greve.

Segundo Schiochet (2004), a greve de 1989, possuiu um caráter espontâneo. “Não foi dirigida por organização externa. Foi acompanhada, não dirigida, pelo sindicato, de forma democrática e participativa” (SCHIOCHET, 2004, p.32)

O movimento grevista desta fase adquiriu um duplo significado. “Expressou um momento de rebeldia do trabalho frente à dominação do capital e um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases trabalhistas, colocando em xeque-mate a estrutura oficial e ‘pelega’ dos sindicatos” (KRZIZANOWSKI, 1992, p. 77).

Esse processo de organização dos trabalhadores foi apoiado pela movimentação nacional, realizada pelas Centrais Sindicais CUT e CGT, que tentavam mobilizar as pessoas para uma greve geral, em março de 1989, com o objetivo de protestar contra o “Plano Verão”. Os desacertos da política econômica resultaram em elevados índices inflacionários, cujas conseqüências para os trabalhadores, refletiram-se no arrocho salarial e no aumento considerável da cesta básica, que corroíam mensalmente os salários.

Naquele período, as “perdas salariais ficavam entre 41,27% e 49,91%, a maior defasagem salarial já imposta aos trabalhadores brasileiros” (KRZIZANOWSKI, 1992, p. 63). O estopim para paralisação foi o achatamento salarial, as dívidas nas cooperativas de consumo, o autoritarismo de algumas chefias e a intensificação da exploração, por meio da implantação do sistema de rodízio, vivenciado no setor têxtil.

Os escravos trabalhavam de segunda a segunda. O trabalhador tem o rodízio. Os escravos não tinham direito à saúde. O trabalhador também não tem, muitos morrem esperando um exame ou na fila dos hospitais. Os escravos não tinham direito à educação. O trabalhador também não, quem pode pagar uma universidade? Os escravos viviam acorrentados. Os trabalhadores por uma corrente formada por patrões e governo. Os escravos quando reclamavam seus direitos, eram oprimidos e surrados. Os trabalhadores quando reclamam seus direitos são surrados pela polícia e chamados de baderneiros. Nas fazendas, as peças mais caras eram os escravos. Nas fábricas a peça de menor valor é o trabalhador, que é comparado a uma laranja, que se suga até o bagaço depois joga fora. Quando se aposenta e não pode mais produzir, vive na miséria e é chamado de vagabundo (V. P., Redação: *Escravos Brancos*, Coteminas).

Neste contexto existiu uma intensa mobilização e muitos trabalhadores assumiram uma postura crítica e coletiva de luta para minimizar a exploração e as desigualdades sociais, que estavam submetidos. Algumas das reivindicações dos trabalhadores eram: a recuperação

das perdas salariais, o congelamento dos preços dos produtos e melhores condições de trabalho. O movimento grevista generalizou-se e não se produziu mais nas fábricas, não se ministravam aulas, não havia transporte coletivo, entre outros. Essa greve fez com que vários serviços, comércios e indústrias parassem em Blumenau.

Neste cenário, muitas foram as tentativas de desmobilização das greves utilizadas pelo empresariado, como ofertas de vantagens a quem retornasse ao trabalho, (des) caracterização do movimento, recursos de marketing, repressão política, ameaças de desconto dos dias não trabalhados, (des) associação da Cooperativa de Consumo e de demissão (KRZIZANOWSKI, 1992, p. 86).

Após 11 dias de paralisação, a greve findou com a intervenção do Ministério do Trabalho. Foram realizados acordos entre a classe empresarial e trabalhadora, mediado pelo Sindicato. Os trabalhadores conquistaram 41% de aumento salarial, o adiantamento de uma parcela do décimo terceiro, parcelamento das despesas nas cooperativas e o direito de compensação dos dias não trabalhados até setembro de 1989. O percentual alcançado dimensiona a força da classe trabalhadora no momento.

De acordo com o Presidente do SINTRAFITE, apesar de não existir registros de manifestações grevistas após 1989, os trabalhadores continuaram a questionar suas condições de trabalho e a pensaram formas de resistência ao processo de exploração vivenciado, contando ou não com o apoio do Sindicato. Entre as estratégias de enfrentamento utilizadas estão os boicotes aos acordos de produção, operação tartaruga (não atingem/impedem o alcance da produção diária), paralisações/mobilizações relâmpagos (Encano, Hering Tororó, Cremer, Coteminas) e manifestações de rua (Sulfabril). Segundo o Presidente, apesar de inexistir registro de novas greves, observou-se que hoje “as empresas se tornaram uma panela de pressão que pode eclodir a qualquer momento”.

A década de 80 do século XX foi um período de mudanças significativas para os trabalhadores deste setor, no que tange ao fortalecimento de classe e de luta contra as desigualdades sociais. Inclusive emergiu no município, em 1989, mais uma organização de representação sindical, o Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Blumenau – SINDIVEST.

## 2.2 O SETOR TÊXTIL E DO VESTUÁRIO E SUAS ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO: O SINTRAFITE E SINDIVEST

O SINTRAFITE, constituído em 1941, representou todos trabalhadores vinculados à cadeia produtiva têxtil até 1989. Esta cadeia dividiu-se em cinco segmentos: fibras e filamentos (produz fibras naturais e sintéticas); manufaturados têxteis (executam a fiação, tecelagem plana, malharia circular, retilínea e o beneficiamento); confeccionados têxteis (confeções de vestuário, acessórios, produtos e artigos técnicos, insumos químicos e, máquinas e equipamentos) (SILVA, 2002, p. 03-04).

Em Blumenau foi fundado o SINDIVEST, em 05 de fevereiro de 1989, por associados que pleiteavam a reeleição para gestão do SINTRAFITE e não foram eleitos. Segundo presidente do SINDIVEST, este sindicato foi fundado em contraproposição à eleição da oposição sindical, pela chapa derrotada no SINTRAFITE devido à existência de divergências políticas e ideológicas e à frágil representação sindical dos interesses dos trabalhadores do vestuário. Ainda referendando o presidente, o SINDIVEST, foi fundado após

perdermos uma eleição, daí pensei: não vou colocar tudo isso fora (conhecimento adquirido e apropriado no movimento sindical). Eu olhei e vi uma categoria desamparada. O vestuário. Não tinha um sindicato próprio. Aí, fui um pouco egoísta [...] e fundei o Sindicato do Vestuário<sup>6</sup>.

O SINDIVEST emergiu com a finalidade de representar, organizar e orientar os trabalhadores do vestuário sobre os direitos trabalhistas e mediar à relação capital-trabalho para esta categoria. Segundo o Presidente<sup>7</sup>, os principais conflitos e reclamações trabalhistas registradas neste novo Sindicato foram: “*não registro profissional; (des) respeito<sup>8</sup>; não depósito do fundo de garantia; não recebimento de carta rescisória, de salário, vale-transporte, entre outros*”.

Entre as principais ações desenvolvidas pelo SINDIVEST estavam/estão: realização de convenções coletivas; negociação das decisões com o Sindicato Patronal; orientação aos trabalhadores sobre seus direitos e referente à saúde do trabalhador. Essas orientações foram disponibilizadas por meio de atendimento jurídico e distribuição de *folders* confeccionados pelo Sindicato e Federação.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 31/01/2006.

<sup>7</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 31/01/2006.

<sup>8</sup> Assédio moral.

Para socializar as informações sobre a gestão do sindicato e os direitos trabalhistas, o SINDIVEST, ainda confecciona um jornal informativo trimestral e mantém um Programa do Sindicato na Rádio Nereu Ramos.

O setor vestuário<sup>9</sup> em Blumenau, segundo IPS (2003), agrega as seguintes atividades: confecção de peças do vestuário, de roupas profissionais, fabricação de acessórios do vestuário, de acessórios de segurança industrial, de preparação em couro, de produção de malas e bolsas, de artefatos de couro, de calçados em couro, de tênis, de calçados de plástico e de calçados de outros materiais.

Porém, conforme o Presidente, apesar da quantidade e variedade de atividades vinculadas ao setor, os trabalhadores associados ao SINDIVEST, eram de apenas 15 empresas associadas. Ao Sindicato estavam associados os trabalhadores das empresas: Dudalina, Pacífico Sul, Vêneto Bordados, Tecnoblu e Real Bordados.

Hoje, no município de Blumenau, estima-se que existam 8.000 trabalhadores que atuam no setor do vestuário, porém apenas 200 trabalhadores encontram-se associados ao SINDIVEST. Esses trabalhadores estão inseridos nas empresas do setor vestuário e também em facções domiciliares, atuando como trabalhadores autônomos e prestadores de serviços terceirizados (bordadeiras, tintureiros, estampadores).

Ainda, segundo o Presidente, o SINDIVEST representa principalmente os trabalhadores vinculados

as facçõezinhas, que estão na beira do barranco, que não registram, não são sócios do sindicato, não têm um departamento de salário, não têm um departamento pessoal, vivem atrelados as contabilidades. [...] Não é sócio do sindicato, não é registrado na empresa, trabalha no seguro desemprego. A empresa não tem nada regularizado. São os 'testa de ferro' das grandes empresas de Blumenau (Hering, Artex, Coteminas, Karsten).

A trajetória histórica do SINDIVEST foi marcada pela não alternância de poder. O presidente está na direção há 17 anos. Essa situação é sustentada em decorrência da desorganização representativa dos trabalhadores do vestuário, a centralização do poder no presidente e a pouca expressividade das ações de contraposição à elite capitalista da cadeia produtiva têxtil.

---

<sup>9</sup> Segundo a CLT (1943, artigo 577), que dispõe sobre o enquadramento sindical, o setor do vestuário agrega as indústrias de fabricação: calçados; solados palmilhados; camisas para homens e roupas brancas; alfaiataria e de confecção de roupas de homem; guarda-chuvas e bengalas; luvas, bolsas, peles de resguardo; pentes, botões e similares; chapéus; roupas e chapéus de senhoras. Os profissionais que integram este setor são trabalhadores das indústrias acima citadas, além dos alfaiates e das costureiras.

O setor têxtil<sup>10</sup>, segundo dados do IPS (2003), desenvolve as atividades de: “beneficiamento de fibras têxteis; fiação; tecelagem; inclusive fiação e tecelagem; fabricação de artefatos têxteis inclusive tecelagem; serviços de acabamento em fios e tecidos; fabricação de artefatos têxteis a partir de tecido – inclusive vestuário e; fabricação de tecidos e artigos de malha” (p.08).

A organização de representação de classe é o SINTRAFITE, fundado em 1941, para fins de

estudos, coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem, na base territorial nos municípios de Blumenau, Gaspar, Indaial, conforme as disposições da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e com intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade profissional e de sua subordinação aos interesses nacionais (DIAS, 1985).

Segundo o Presidente, o objetivo atual da gestão do SINTRAFITE é instituir piso salarial, elevar os salários, qualificar a condição de trabalho e de vida do trabalhador, a formação política destes empregados e a garantia dos direitos sociais.

Entre as ações desenvolvidas pelo Sindicato estão: orientação sobre os direitos trabalhistas; fiscalização das condições de trabalho; denúncia ao Ministério de Trabalho sobre as irregularidades nas condições de trabalho e violação dos direitos individuais e coletivos; panfletagem de jornais e boletins informativos sobre a gestão sindical; negociações coletivas; realização de convenções coletivas; organização de manifestações, de eventos e de amostras culturais e artísticas. Além de disponibilizar uma variedade de serviços e benefícios assistenciais aos associados, tais como: serviço odontológico, atendimento médico, farmácia, corte de cabelo, manutenção do serviço de colônia de férias e orientação jurídica.

Ao SINTRAFITE, encontram-se atualmente filiados trabalhadores de 178 empresas, entre as quais estão: Coteminas, Hering, Teka, Karsten, Altenburg, Sulfabril e Cremer. No setor têxtil, estima-se que existam 27.000 trabalhadores. Destes, 17.000 são sócios ativos e 3.900 sócios aposentados do SINTRAFITE. Entre as principais reclamações trabalhistas registradas estão: assédio moral; danos morais; não cumprimento dos direitos trabalhistas;

---

<sup>10</sup>Segundo a CLT (1943, artigo 577), o setor têxtil agrega as seguintes indústrias e seus trabalhadores: cordoalha e estopa, malharia e meias, fiação e tecelagem em geral especialidades têxteis (passamanaria, renda, tapetes). Os trabalhadores que integram este setor são: mestres, contramestres, operários da indústria de fiação e tecelagem (CLT, 1943, art.577) sintetizar e incluir no texto.

descasos com a saúde do trabalhador; má condição do ambiente de trabalho, entre outros. Atualmente, de acordo presidente do Sindicato, ‘as fábricas fabricam mutilados’.

Produtos agressivos, tintas com querosene, tingimentos com formol, jornada angustiante. [...] De toc toc em toc toc foram erguidos belos patrimônios. Fábricas cresceram escoradas com alicerce de tamanco de madeira e colunas tortas de costureiras (L.D. Redação: Saudades do tamanco, Sulfabril, grifos nossos).

A este Sindicato, encontram-se vinculados os empregados que mantêm contratos de trabalho regulamentados pela CLT e que trabalham em empresas têxteis legalizadas, consideradas “sólidas” e as quais, muitas destas atuam nos setor têxtil e vestuarista, sendo consideradas “verticalizadas e textualizadas<sup>11</sup>”. Contudo, apesar de muitas dessas empresas centrarem suas atividades no setor vestuarista ainda mantiveram-se filiadas ao SINTRAFITE.

A associação ou manutenção das filiações destas empresas ao sindicato têxtil pode ser explicada por algumas hipóteses, entre elas: o SINTRAFITE representa os trabalhadores de um setor expressivo economicamente, constituiu-se como o primeiro sindicato organizado da categoria e oferece um “leque” de benefícios assistenciais, diferente da realidade do SINDIVEST.

Então, analisando as relações estabelecidas entre ambos os setores, sua proximidade e a dialética das mudanças nas relações capital-trabalho, constatou-se que essas são algumas das razões do SINDIVEST encontrar dificuldades de atuar/mobilizarem os trabalhadores do vestuário. Ressalta-se essa situação por ela impossibilitar o fortalecimento representativo e organizacional dos trabalhadores do vestuário e por serem as grandes empresas e os trabalhadores formais que normalmente contribuem para a manutenção dos sindicatos.

Historicamente, visualizam-se algumas diferenças entre o setor têxtil e vestuário, como por exemplo, as atividades produtivas que agregam e o número de associados. Mas, os trabalhadores de ambos os setores vivenciam o desconforto causado pela crise do emprego, perdas salariais, precarização das condições de trabalho, a flexibilização dos direitos trabalhistas, mudanças na organização e gestão da produção (passagem do modelo de produção fordista para toyotista), aumento das exigências para contratação, no que tange escolarização, qualificação e experiência profissional, bem como, uma forte tendência à terceirização, apesar de ser predominante no setor do vestuário. Destaca-se que os principais intermediadores e contratantes do trabalho terceirizado são as grandes empresas têxteis.

---

<sup>11</sup> Conforme Silva (2006) são consideradas textualizadas e verticalizadas as empresas as que compram o fio, tecem, tingem, cortam e costuram, realizam quase todas as atividades da cadeia têxtil.

### 2.3 AS RELAÇÕES DE COMPLEMENTARIDADE E INTERDEPENDÊNCIA DO SETOR TÊXTIL E VESTUÁRIO

O setor têxtil e vestuário mantêm relações de complementaridade e de interdependência, porém, no cotidiano essas atividades e trabalhadores aparecem segmentados e individualizados; como autônomos e sem vínculo de subordinação.

De acordo com presidente do SINTRAFITE, o retorno ao trabalho em domicílio expande-se e difunde-se a partir da década de 90, quando as *“grandes empresas começam a ceder e pagar indenizações trabalhistas por meio da concessão de máquinas de costura, disponibilizando peças a serem costuradas, e ainda, incentivando os ex-funcionários à prestação de serviços e constituição de facções<sup>12</sup>”*.

Esta modalidade de trabalho não é nova, mas seu incremento ocorre desde 1980, quando a indústria têxtil e do vestuário reestruturaram a produção e fecharam centenas de postos de trabalho, demitindo preferencialmente as mulheres, os jovens e os portadores de baixa escolaridade. Essa política está em curso nos dias atuais.

A difusão das prestadoras de serviços e a redução significativa de trabalhadores vinculados às empresas têxteis de 40.000 para 27.000 trabalhadores após 1990, tornam-se um fator preponderante para organização do SINDIVEST, porém não se traduz em filiações.

A emergência do SINDIVEST foi resultado do processo de reestruturação produtiva e da desconstrução salarial, assim como das mudanças vivenciadas no setor, entre elas: redução expressiva no número de associados, a redução dos tamanhos das fábricas (grande/média para pequenas empresas) e enxugamento de alguns setores produtivos.

Essas observações foram reafirmadas no Seminário “Cadeia Produtiva, Trabalho a Domicílio e Organização Sindical<sup>13</sup>”, no qual refletiu-se sobre: as mudanças na cadeia produtiva e no modo de produção; a inserção de incremento tecnológico no processo de trabalho; a terceirização das atividades de produção industrial; a inexistência de produção de estoque; as dificuldades de dimensionamento do desemprego, com processo de terceirização e a fragilização da organização sindical.

Segundo os sindicalistas, o *“calcanhar de Aquiles”* do empresariado na produção têxtil e vestuarista *“é a costura, pois a máquina não substitui o trabalhador e a única saída é a*

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida a Cláudia Sombrio Fronza em 31/01/2006.

<sup>13</sup> O Seminário foi realizado pelo DIEESE em parceria com a OIT, em Jaraguá do Sul, entre 26 e 28 de agosto de 2003.

informalidade. [...] Os empresários terceirizam os problemas. Reduzem os problemas sindicais, trabalhistas e as lesões, na medida em que só compram o produto” (DIEESE, 2003, p. 06). Segundo os dirigentes sindicais, a “*proliferação das facções torna-se um câncer no setor*” (J. F)<sup>14</sup>.

A terceirização e a informalização do processo de trabalho no setor do vestuário ampliou-se possibilitando que as empresas não assumam a responsabilidade de

delinear a parte fabril, comprar máquinas, correr o risco de acidentes de trabalho, custear a energia elétrica, contratar gerente de produção, contratar encarregados, ter dependências ou banheiros, manter departamento pessoal, entre outros. Pois, elas mandam fazer tudo fora. A facção ou a pessoa compra máquina, faz o investimento e se dispõem a costurar para essa grande empresa. A empresa leva os produtos cortados, já como quer que seja feito e o trabalhador não aprende nada (J. R)<sup>15</sup>.

Além destas mudanças, as complexas divisões sociais do trabalho expõem os trabalhadores à perda do controle da produção e do resultado de seu trabalho. Atualmente trabalhar numa facção significa que,

dentro do processo de confecção, há costureiras que trabalham 30 anos em uma facção e se pedirem a ela para costurar uma camisa, ela não faz. Não faz porque só costura gola, só costura a parte de trás, só faz o bordado. Então a coisa esta muito esmiuçada, antigamente uma camisa era uma camisa, gola, peito, costas e nada mais, hoje tem bordado, uma porção de coisas, valores agregados que precisam ser feitos, estampas com tintas e emborrachadas. O mercado exige esse tipo de coisa e as empresas não querem mais fazer esse produto todo, então eles fazem o meio e depois mandam fazer fora, para os agregados (J. R)<sup>16</sup>.

Segundo o Presidente do SINDIVEST, no processo de trabalho, as grandes empresas têxteis selecionam um grupo de facções para prestação de serviços de vestuário a fim de manterem-se produtivas, reduzirem suas responsabilidades/custos e ampliem a mais-valia. Para manter a fidelidade das prestadoras de serviços e fortalecer essa relação de interdependência, as grandes empresas.

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 31/01/2006.

<sup>15</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 31/01/2006.

<sup>16</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 31/01/2006.

mantém, em média, 30 facções, produzindo para si. As empresas nunca têm uma só, se dá um tumulto em uma, eles tem 29, ainda, produzindo. E o que eles fazem para cativar a fidelidade desses faccionistas? Eles vão abastecendo num sistema que eu costumo chamar de conta gotas. Conta gotas, porque a empresa, vai botando pouco na facção A que fica 1000 peças para costurar, a facção B fica sem produto, a facção C é abastecida e assim sucessivamente. Amanhã eles vão abastecer aquelas empresas que não ganharam produto, para criar uma expectativa negativa, para que aqueles faccionistas, fiquem sempre achando que as coisas estão ruins. [...] Ontem não veio produto, eu tenho que me adequar, tenho que ser fiel à empresa, porque um dia sem produção, já me preocupa, imagina se eles me deixam dois dias. E é assim que as empresas fazem. Então, esse é o desafio, de quem se propõem a trabalhar com as grandes empresas, vai ter que carregar uma cruz muita pesada (J. R.)<sup>17</sup>.

Essa relação de fidelidade esta amparada no sentimento de insegurança e instabilidade mantido com as prestadoras de serviço, a qual faz com os trabalhadores submetam-se a essa situação e transformem-se em instrumentos produtivos e de acumulação de capital, ou melhor, tornem-se colaboradores, parceiros e investidores.

## 2.4 O SETOR DO VESTUÁRIO E O PROCESSO DE INFORMALIZAÇÃO DO TRABALHO: O MODO MAIS AVANÇADO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Lutas houveram, manifestações, negociações, lágrimas, expectativas, derrotas, vitórias e de degrau em degrau, de toc toc em toc toc fomos amadurecendo, aprendemos a negociar, a boicotar, ditadores foram caindo, humanizou-se os setores, extinguiram-se as hierarquias e logo conseguiu-se ouvir a voz do trabalhador lá na produção. Poderia ser o final feliz da história, mas o pior inimigo estava chegando, veio de fora, muito grande, assustador. Tinha formas de inflação, de modernização, de má administração e foi engolindo os empregos, não adiantou piso limpo, botina engraxada, roupa limpa, plano de saúde, pois o mal era grave e lá se foram as conquistas, se foram os sonhos, o sorriso desapareceu e o semblante ficou tão duro como a sola de madeira do tamanco. (L. D. Redação: *Saudades do Tamanco*, Sulfabril).

As atividades ultrapassadas no processo de industrialização são reinventadas como relações modernas e necessárias na sociedade. O processo do trabalho configura-se metamorfoseado e as relações trabalhistas, que têm se expandido são explicadas como indícios do fim do trabalho assalariado.

Na realidade atual, a venda da força de trabalho, de forma salarial, pressuposto da acumulação capitalista, está sendo substituída pela ocupação em tempo parcial ou sem jornada de trabalho definida e a descontração da relação salarial. Em contrapartida, as pessoas precisam continuar vivendo. Os homens e mulheres, quando dependem da venda da força de

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 31/01/2006.

trabalho para o capital e necessitam negociá-la para garantir a sobrevivência, muitas vezes, não têm escolha, mesmos que em desacordo com as proposições de trabalho ofertadas e com as mediações estabelecidas. Vêm-se obrigados a aceitar a proposta de trabalho, pois a necessidade imediata de sobrevivência não lhe oportuniza deliberar. Para sobreviverem, submetem-se a realizar atividades clandestinas em seus domicílios localizados nas periferias dos bairros, envolvendo toda a família e até mesmo a vizinhança. Os trabalhos são realizados em condições precárias, sem qualquer direito ou garantia legal. Os pagamentos são definidos pelas grandes empresas e intrinsecamente relacionados com uma meta pré-estabelecida. O preço da peça varia de acordo com a complexidade do trabalho a ser realizado (tempo gasto para confecção e métodos).

Neste contexto de transformações no mundo do trabalho, ainda predominam análises dualistas que apontam um processo de trabalho formal e outro “informal<sup>18</sup>”, ou seja, a existência de dois mercados antagônicos de trabalho, que não se relacionam e estão desvinculados. Um autor que compartilha desta compreensão é José Ferreira, que explicita que as novas formas de realização do trabalho configuram-se no âmbito da formalidade e “informalidade<sup>19</sup>”. Segundo Ferreira (2002, p. 222),

as atividades econômicas cindem-se em espaços de intervenção e de mobilidades sociais distintos: o mundo da economia formal dos trabalhadores assalariados qualificados, com contrato de trabalho a tempo indeterminado e emprego estável, direitos laborais, segurança social e pagamento de imposto ao Estado; o mundo da precariedade do emprego dos trabalhadores desqualificados da economia formal com vinculações contratuais precárias, trabalho a tempo determinado e tempo parcial; o mundo da economia informal, com contratos de trabalho atípicos, emprego e vinculação contratual instáveis, salários baixos, fuga ao pagamento de impostos ao Estado e inexistência de direitos laborais e benefícios da proteção social .

Essa compreensão dualista, partilhada por Francisco de Noronha (2003), entende que o mercado de trabalho possui formas “típicas” e “atípicas” de contratação do trabalho. De acordo com este autor, o Brasil possui três matrizes de abordagem do tema, que são: a economista (com oposição entre o formal e informal), a jurista (com oposição entre o legal e ilegal) e o senso comum (com a oposição entre o justo e injusto).

---

<sup>18</sup> Utiliza-se a categoria “informalidade”, entre aspas, por compreender que a formalidade e informalidade têm imbricações e se auto-sustentam. Concordamos com Francisco de Oliveira, a “informalização do trabalho” não é uma situação passageira e transitória, pois a “informalidade” constitui como a forma mais avançada de acumulação capitalista e dá o tom de modernidade (2003).

<sup>19</sup> Cabe salientar, que segundo Noronha (2003, p.112), o entendimento popular de trabalho “formal” e “informal” deriva da ordem jurídica. “São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada”.

Segundo o autor, os mercados e as relações contratuais, desde 1990, vivenciam rupturas no seu padrão contratual, sendo considerados como problemas econômicos e sociais.

Ainda referendando o autor, existem três tipos de informalidade: a velha, a neoclássica e a nova, todos respaldados na realidade nacional. “A velha informalidade é a abordagem desenvolvimentista do mercado de trabalho, típica no Brasil, nos anos de 1960 e 1970, que classifica o trabalho informal como sub-emprego” (NORONHA, 2003, p.119). Trata-se de uma abordagem econômica que torna o investimento como variável chave. “A informalidade neoclássica considera que o trabalho informal é resultado natural da maximização de lucros por empresas em países com extensivo código de trabalho e elevado custo indireto da folha salarial, sobretudo em momentos de aumento da competição internacional” (p.119). A nova informalidade é resultante “de mudanças no processo de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e os novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo e nem locais fixos” (p.118).

As interpretações destes autores apresentam limites, pois mantêm a segmentação do que é formal e informal sem perceber que esse esclarecimento não explica as relações de trabalho que são complementares e são interdependentes. Outra fragilidade apresentada, por Noronha, na compreensão deste fenômeno foi a não problematização sobre o que é que se compreende como mercado do trabalho e o que entende por informalidade. O processo de informalização do trabalho é compreendido pelos autores como dissociada da globalização da economia, da ofensiva neoliberal e da projeção da reestruturação produtiva.

Um autor que contrapõe-se à abordagem dualista é Francisco de Oliveira, o qual diz que a situação do trabalho informal não se constitui uma situação passageira e sim o modelo de transição de produção de mais-valor e de acumulação de capital. Isso porque, conforme Oliveira (2003, p.135-138),

avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento de mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. Em dupla constituição, as formas concretas e a ‘essência’ abstrata, o consumo das forças de trabalho vivas encontrava obstáculos, a porosidade entre o tempo do trabalho total e o tempo de trabalho de produção. Todo o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas. Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão. Aqui, fundem-se mais-valia absoluta e relativa: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores *hard* da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário, pela combinação das duas formas. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho e tempo de produção. Nesta realidade a (...) sua forma (trabalho abstrato virtual), uma fantasmagoria, um não-lugar, um não tempo, é igual a tempo total.

Outra importante contribuição do autor consiste em perceber que o fenômeno de expansão da “informalidade” não é retrógrado, mas sim um processo moderno de acumulação capitalista

a tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva assiste-se ao que Castel chama a “desfiliação”, isto é, a desconstrução da relação salarial, que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego a taxas de 20,6% na Grande São Paulo – dados para abril de 2003, pesquisa Seade-Dieese para São Paulo (*Folha de S. Paulo, 29 de maio de 2003*)-e, não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação, e não mais emprego: grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares; (...) exhibe o teatro de uma sociedade derrotada, um bazar multiforme onde a cópia pobre do bem de consumo de alto nível é horivelmente *kitsch*, milhares de vendedores de coca-cola, guaraná, cerveja, água mineral, nas portas dos estádios duas vezes por semana. Pasmemos teoricamente: trata-se de trabalho abstrato virtual. Políticas piedosas tentam ‘treinar’ e ‘qualificar’ essa mão-de-obra, num trabalho Sísifo, jogando água em cesto, acreditando que o velho e bom trabalho com carteira voltará quando o ciclo de trabalho se reativar (OLIVEIRA, 2003, p.142).

Compreendendo que o trabalho informal dá o tom da modernidade no processo de acumulação de capital é que visualiza-se a necessidade de compreender essa realidade e as transformações que projetam-se no mundo do trabalho.

Este curto capítulo visou enfatizar a constituição das forças do trabalho, pressuposto da acumulação capitalista. Blumenau não é somente “*Oktobefest*” nem, tampouco, o espaço de realização dos sonhos dos imigrantes tornarem-se pequenos proprietários independentes,

ou ainda, uma cidade ordeira e trabalhadora. Nessa trajetória, como propõe Silver, as forças do trabalho estão em todas as partes do globo. O espaço blumenauense não é exceção, o trabalhador, por inúmeras ocasiões, soube tirar vantagem de sua posição na complexa divisão do trabalho e de seu poder de barganha.

## CAPÍTULO III – A MATERIALIDADE DA CRISE

### SALÁRIO

O patrão com seu dilema  
O empregado sua razão  
Qual será o resultado  
No final da discussão

Quero aumento de salário  
Diz o pobre empregado  
Temos dívidas e honorários  
Se defende o patrão

Meus direitos onde ficam  
Questiona o funcionário  
Qualidade e produção  
É o que pede o patrão

Divisão de lucros  
Oferece o patrão  
Animando o funcionário  
Para possível solução

Passa dia, passa mês  
Continua a discussão  
E o pobre funcionário  
Nesta mesma situação

Como fazer nesta hora  
Qual será a solução  
Patrão o empregado  
Quem está com a razão?

M.C. S. (Círculo S.A.).

### 3.1 A CRISE DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO BLUMENAUENSE E O DESEMPREGO

Do que adianta lutar por uma vida mais digna na fábrica, se nem sabemos se teremos nosso emprego, quando chegarmos lá. Meu Deus, quem será demitido hoje? Serei eu? (F. M. Redação: *Por uma vida digna na fábrica*, Cia Hering).

Segundo o IBGE, em 2000, o município de Blumenau possuía 261.868 habitantes, sendo 51% (133.522) mulheres e 49% (128.286) homens. A expectativa de vida de seus habitantes é de 72 anos.

A área geográfica municipal é de 510,3 km<sup>2</sup>, das quais 192 km<sup>2</sup> pertencem à área urbana e 313,8 Km<sup>2</sup> à rural e a densidade demográfica é de 513,3 hab/km<sup>2</sup>. Essa área está dividida em 35 bairros e dois distritos. Entretanto, apesar da área rural ser superior à urbana, 92% da população total do município depende da geração de trabalho nos setores urbanos para sobreviver (BLUMENAU, 2002-2003) <sup>20</sup>.

A base econômica municipal está centrada nas áreas: têxtil-vestuário, metal-mecânica, turismo, comércio e setor de serviços. Em relação à distribuição da força de trabalho por setores, em 2000, estava assim subdividido: 6.600 trabalhadores rurais, 38.463 empregados na indústria, 39.062 empregados no comércio, 57.681 atuando no setor de serviços e 11.501 trabalhadores autônomos, totalizando 153.307 trabalhadores ativos. Os trabalhadores blumenauenses são responsáveis por aproximadamente 17% da arrecadação de ICMS em Santa Catarina, o que faz com que Blumenau encontre-se como 2º maior arrecadador de impostos do Estado (BLUMENAU, 2002-2003). Contudo, esses índices econômicos não qualificam informações referentes às condições de trabalho e vida dos habitantes.

Para ilustrar, após a década de 1990, as mudanças nas relações capital-trabalho, fizeram-se necessário apresentar alguns dados sobre essa dinâmica e suas contradições. A tabela a seguir mostra a movimentação do emprego formal, entre 1995-2004, no município de Blumenau, segundo o Ministério do Trabalho (1995-2005).

---

<sup>20</sup> Dados extraídos do site <http://www.blumenau.sc.gov.br/seplan/adm/uploads.pdf>, em 16/11/2005.

**TABELA 1 – MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM BLUMENAU**

Ano	Índices Populacionais*	População econômica ativa	Admissão	Demissão	Saldo	Varição (%)
1995	225.870	158.525	36.752	39.556	-2.804	
1996	231.401	154.275	26.661	30.911	-4.250	-2,68
1997	236.931	151.023	29.000	32.252	-3.252	-2,11
1998	242.594	149.299	28.473	30.197	-1.724	-1,14
1999	248.392	149.996	28.371	27.674	697	0,47
2000	261.868	153.307	34.931	31.620	3.311	2,21
2001	270.091	156.463	40.667	37.511	3.156	2,06
2002	278.572	157.200	38.275	37.538	737	0,47
2003	287.319	157.189	39.380	39.391	-11	-0,01
2004	296.341	163.022	43.976	38.143	5.833	3,71

\* Para compor o índice populacional utilizamos a taxa de crescimento médio de 3,14% para o município de Blumenau com base nos dados censitários (1996/2000) do IBGE, projetando este índice nos anos subsequentes ao ano de 2000. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE /SINE (Lei 4923-65).

O índice de crescimento populacional médio é de 3,14% a.a., considerando o período entre 1995 a 2004, no qual constata-se um aumento de 70.471 habitantes. Porém, este crescimento populacional não foi acompanhado de igual incremento na oferta de emprego, no qual criaram-se 4.497 novos postos de trabalho, correspondente a um crescimento na oferta de trabalho de 2,84% em oposição a um aumento populacional de 31,20%.

Quanto aos índices salariais, existem em média 10% do total da população que recebe menos de um salário mínimo e 20% de um salário a dois salários mínimos. Outro dado é do PIB *Capita* blumenauense que é de R\$ 13.619,00 e renda *per capita* anual de US\$ 7.000,00 (BLUMENAU, 2003). A renda per capta brasileira é de US\$ 2.789,00<sup>21</sup>.

Outra informação relevante para análise refere-se ao número de empresas registradas em Blumenau, entre 1995-2004, o qual tangencia que nos últimos anos ampliaram-se os números de empresas registradas no município, mesmo nos períodos de crise do emprego. A tabela a seguir mostra os números da atividade econômica de Blumenau.

<sup>21</sup>Fonte: Folha de São Paulo, Folha Opinião, de 13 jun. 2004, p. A2).

**TABELA 2 - TOTAL DE EMPREGADOS E DE EMPRESAS, EM 31/12 DE CADA ANO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA BLUMENAU – SC.**

ANO	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA					
	Ind. de transformação		Comércio		Serviços	
	Estabel.	Empregos	Estabel.	Empregos	Estabel.	Empregos
1995	1.017	36.190	2.096	11.383	2.126	18.130
1996	1.025	32.854	2.169	10.991	2.292	19.566
1997	1.152	28.381	2.199	11.783	2.465	20.430
1998	1.211	28.581	2.311	11.054	2.566	20.602
1999	1.326	29.562	2.373	11.814	2.654	22.036
2000	1.448	32.793	2.617	13.430	2.764	23.035
2001	1.583	34.517	2.780	14.259	2.867	24.235
2002	1.655	33.808	2.949	15.059	3.028	25.677

Fonte: MTE - Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 1994 (2002-Preliminar). Dados sistematizados pela Prefeitura Municipal de Blumenau, SETREDE, em 2004.

Quanto ao número de estabelecimentos registrados, no período compreendido de 1995-2002, verificou-se um aumento de registro de empresas. Todavia, no que refere-se ao número de trabalhadores empregados por setor, pode-se observar a diminuição de empregos na indústria de transformação e a ampliação no comércio e setor de serviços. Essas informações possibilitam sugerir que a diminuição de postos de trabalho na indústria e a oferta de trabalho no setor de serviços estão relacionadas à ampliação das relações de terceirização e aumento nas diferenciações de ocupações e renda.

Neste contexto, o município necessita adequar sua organização estrutural e econômica centrada na grande indústria, especialmente focalizada no setor têxtil-vestuário para outros setores de atividade e com outra formatação jurídica, adequando-se assim gradativamente as exigências do processo de reestruturação produtiva. As Tabelas 3 e 4 mostram o movimento de constituição e extinção de empresas em Blumenau.

**TABELA 3 – EMPRESAS CONSTITUÍDAS E EXTINTAS SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA, DE 1997 A 30/07/2002 – BLUMENAU.**

ANO	EMPRESAS CONSTITUÍDAS E EXTINTAS POR TIPO JURÍDICO									
	Individual		Ltda.		S.A.		Cooperativas		Total	
	Cons.	Ext.	Const.	Ext.	Const.	Ext.	Const.	Ext.	Const.	Ext.
1997	454	84	1972	276	24	20	16	2	2.466	382
1998	386	117	1602	362	16	22	9	2	2.013	503
1999	370	120	1516	404	24	10	6	1	1.916	535
2000	341	146	1461	469	23	15	7	1	1.832	631
2001	288	131	1402	378	31	23	6		1.727	532
2002	187	97	703	294	10	10	2	2	902	403

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul; Diretoria de Planejamento e Coordenação; Gerência de Estatística e Informática. Dados sistematizados pela Prefeitura Municipal de Blumenau, SETREDE, em 2004.

**TABELA 4 - EMPRESAS CONSTITUÍDAS E EXTINTAS POR TIPO JURÍDICO DE 1997 A 30/07/2002 – BLUMENAU (VALORES EM PORCENTAGEM - %).**

ANO	EMPRESAS CONSTITUÍDAS E EXTINTAS POR TIPO JURÍDICO									
	Individual		Ltda.		S.A.		Cooperativas		Total	
	Const.	Ext.	Const.	Ext.	Const.	Ext.	Const.	Ext.	Const.	Ext.
1997	18,41	22,00	80	72,25	0,97	5,24	0,65	0,52	100	100
1998	19,18	23,26	79,58	71,97	0,79	4,37	0,45	0,40	100	100
1999	19,31	22,43	79,12	75,51	1,25	1,87	0,31	0,19	100	100
2000	18,61	23,14	79,75	74,33	1,26	2,38	0,38	0,16	100	100
2001	16,68	24,62	81,18	71,05	1,79	4,32	0,35	0	100	100
2002	20,77	24,07	77,94	72,95	1,11	2,48	0,22	0,50	100	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul; Diretoria de Planejamento e Coordenação; Gerência de Estatística e Informática. Dados sistematizados pela Prefeitura Municipal de Blumenau, SETREDE, em 2004.

Conforme as Tabelas 3 e 4, no ano de 1997 houve a constituição de 2.466 empresas. Essa informação comparada com a Tabela 1 verifica-se que este ano foi o ano de maior crise para os trabalhadores em Blumenau e a maior taxa negativa no índice de empregos em dez anos (-4,77%). Observa-se, portanto, o crescimento da indústria e a expansão de capital que mesmo nos períodos de crise de emprego.

Em 2002, encontravam-se ativas em Blumenau 24.553 empresas. Destas 4.381 eram do tipo individual, 19.553 limitadas, 524 tinham formato jurídico de sociedade anônima e 75 eram cooperativas (BLUMENAU, 2003).

**TABELA 5 - INSCRIÇÕES DE EMPRESAS E AUTÔNOMOS, ABERTAS E ENCERRADAS POR ATIVIDADES EM BLUMENAU ENTRE 1998-2002.**

Ano	Industrial			Comercial			Prestação de Serviços		
	Novas	Encerr.	Subtotal	Novas	Encerr.	Subtotal	Novas	Encerr.	Subtotal
1998	171	54	117	606	322	284	695	278	417
1999	225	51	174	803	327	476	701	294	407
2000	261	74	187	816	338	478	812	298	514
2001	227	64	163	672	303	369	779	251	528
2002	128	71	57	706	301	405	704	308	396
Total	1012	314	698	3603	1591	2012	3691	1429	2262
Ano	Autônomos			Autônomos			Empresas abertas	Empresas encerradas	Total dos Saldos
	Novas	Encerr.	Subtotal	Novas	Encerr.	Subtotal			
1998	94	74	20	411	335	76	1977	1063	914
1999	215	72	143	443	360	83	2387	1104	1283
2000	116	68	48	441	286	155	2446	1064	1382
2001	103	71	32	337	240	97	2118	929	1189
2002	137	66	71	332	196	136	2007	942	1065
Total	665	351	314	1964	1417	547	10935	5102	5883

Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau - Secretaria Municipal da Fazenda - Div. de Fiscalização Tributária

A Tabela 5 demonstra o movimento de inscrições de empresas e autônomos no período compreendido entre os anos de 1998 e 2002. Observa-se um baixo crescimento do setor industrial e ampliação dos outros setores (comercial, serviços e autônomos). Entretanto, considerando a média entre o número de inscrições e encerramentos das empresas e autônomo, tem-se o seguinte panorama: no setor industrial entre 1998/2002 encerraram-se, em média, 27% das empresas abertas no período. No setor comercial a percentagem foi de 44%, em média. No setor de serviços 38%. Já, entre os autônomos a taxa de encerramento das atividades em comparação com as inscrições ficou acima de 50%. Os números indicam que, entre os autônomos com curso superior, a média de encerramento das atividades é de 57% e entre os autônomos sem curso superior é de 71%. Isso indica a grande dificuldade que os autônomos têm para manterem-se como empresa e formalizadas.

Há de se considerar também que as empresas de prestação de serviços e os autônomos nem sempre estão legalizados, contando no município com o serviço de nota fiscal avulsa. Esse serviço possibilita as pessoas físicas que realizem a prestação de serviços autônomo e apresente nota fiscal a pessoa jurídica. Esse recurso permite que os autônomos mantenham relações de trabalho e capital, sem necessariamente estarem legalizados ou formalizados juridicamente.

Em relação à diminuição do emprego na indústria existem inúmeras explicações, entre elas: a manifestação de uma crise de desenvolvimento em alguns setores produtivos, a concentração das atividades econômicas em único setor (têxtil-vestuário), (re) territorialização da produção e a abertura da economia nacional.

Em Santa Catarina, o município de Blumenau caracterizou-se historicamente como “parque industrial” e “pólo fabril”, ou ainda, grande empregadora da força de trabalho industrial. Nas décadas de 80 e 90, vivenciou a projeção de uma crise de desenvolvimento no setor têxtil e vestuário, revelada especialmente pelas contradições conjunturais e a fragilidade econômica deste setor.

Segundo o Relatório Econômico da Microrregião de Blumenau IPS/FURB (2002), o complexo têxtil/vestuário de 37,7% caiu para 32,4%, no total do emprego microrregional, no período entre 1995 e 1998. Essa redução justificada pela

supervalorização da moeda; a lenta renovação tecnológica; o endividamento com a compra de tecnologia em dólar por alguns empresários; a liberação das importações; o aumento da concorrência aos produtos têxteis e de vestuário no mercado interno, assim como, os baixos salários na indústria têxtil. Situação essa que fez com muitas indústrias fossem vendidas ao capital estrangeiro e com que muitas empresas transferissem seus investimentos para outras regiões do país, onde os salários são mais baixos e os incentivos foram mais elevados (IPS, 2002, p.01).

Ainda referendando dados do relatório, nos anos de 1999 e 2001, existe

uma forte desvalorização cambial facilitando as exportações, houve a necessidade de conter as importações e reduzir a concorrência dos importados, ocorreu a crise dos países asiáticos e o mercado interno voltou a se recuperar em função do crescimento da economia, então a indústria têxtil/vestuário conseguiu recuperar todo o nível de emprego anterior e chegou a elevar em 5.421 novos postos de trabalho, voltando a ter uma participação de 35,1% no conjunto do emprego microrregional, em dez/2001. Essa tendência parece estar terminando em 2002, desde as crises da Argentina e dos Estados Unidos, das barreiras tarifárias por parte desse país e do controle da desvalorização da moeda pelo Banco Central brasileiro para evitar a elevação da inflação (IPS, 2002, p.01).

Desde 2000, entre as dificuldades enfrentadas no país e na região, devido à disparidade de custos e incentivos fiscais fez com as indústrias têxteis e vestuaristas assumam o desafio de se prepararem para competir com os países asiáticos, especialmente com os produtos da China e da Índia que configuram na atualidade como os maiores empregadores e exportadores no setor (OIT, 2000).

Frente a essa conjuntura, uma tática adotada para diminuir os custos salariais e os encargos tributários foi a “interiorização de empresas, seu desmembramento e a terceirização de parte da produção para cooperativas de costureiras” (IPS, 2002, p.01). Além da adoção de política do “*downtrading*”, ou seja, a fabricação de produtos mais baratos; a transferência de unidades de produção para outras regiões do país, preferencialmente o nordeste por oferecer maiores incentivos fiscais e executarem salários mais baixos.

Essas transformações no mundo do trabalho foram sentidas especialmente pelos trabalhadores, por meio da expansão do desemprego, achatamento salarial, crescente processo de terceirização e a proliferação de cooperativas induzidas. A informalização do processo de trabalho e a constituição de cooperativas de produção e serviços tornaram-se uma das estratégias utilizadas pelos capitalistas, aliadas ao Estado, de buscar saídas as suas crises.

Todavia, nesse contexto, o trabalhador passa a conviver com a descontração da relação salarial e é tencionado a aceitar e submeter-se às novas exigências impostas pelo capitalismo. Perante essa situação, o trabalhador vive a insegurança de prover sua subsistência e, por muitas vezes, afasta-se dos valores de solidariedade e cooperação no trabalho.

É difícil escapar: o trabalho, nos dias de hoje tornou-se nossa obrigação mais imediata. Precisamos trabalhar para comer, vestir, morar, nos divertir, para viver dentro da sociedade. Vivemos numa sociedade competitiva, que transforma nosso semelhante em oponente, em desafiante (V.K., Redação: *Uma vida mais digna no trabalho*, Cremer).

Ressalta-se a problemática do desemprego no setor têxtil e vestuário, alguns números que equacionam a realidade dos trabalhadores nestes setores são os disponibilizados pelo IPS/FURB (2003), que apresentam a redução de empregos e as perdas salariais.

A “Análise do Mercado do Trabalho”, na Microrregião de Blumenau, realizada pelo IPS (2003), aponta que o comportamento do emprego no setor têxtil foi positivo entre 1995 a 2001. Verificou-se que o número de empregados têxteis cresceu de 14.443 para 16.185, sinalizando uma evolução de empregos de 0,8%, ampliando o número de empregos em 1.742 vagas. No setor vestuário, no mesmo período, esse comportamento foi negativo. Houve uma redução no número de empregados, de 11.074 para 7.700, apontando uma diminuição de 30,5% na evolução dos empregos (IPS, 2003). Imbricado a redução dos postos de trabalho, o trabalhador também presencia a redução salarial que varia entre (-24,8%<sup>22</sup>) no setor têxtil e (-42,4%) no setor do vestuário<sup>23</sup>.

Uma explicação apontada para o achatamento salarial dos trabalhadores têxteis e vestuaristas é a extinção do piso salarial instituído em 1997. Somente em 2002, “em convenção coletiva que reuniram mais de 4.000 trabalhadores têxteis no Galeão” (JSC, 5/08/2002), estabeleceu-se novamente um piso salarial mínimo no valor de “R\$ 350,00 + 14% de reajuste” (JSC, 5/08/2002). Em 2005 o piso salarial para quem atuava no setor têxtil, é de R\$ 411,00 e no setor do vestuário, é de R\$ 396,00.

Destacam-se essas informações, a fim de confrontá-las com estudos realizados que enfatizam análises mercadológicas e econômicas sobre o setor têxtil e vestuário, bem como generalizam a realidade vivenciada pelos trabalhadores.

---

<sup>22</sup>Segundo dados do IPS/FURB (2003), as perdas salariais do setor têxtil variaram entre R\$485,15 em 1995 para R\$365,84 em 2001. Destaca-se que as atividades do setor possuem variação de salário, sendo esse exemplo construído, a partir do valor base de um funcionário da produção.

<sup>23</sup>Ainda referendando dados do IPS/FURB (2003), a redução salarial do setor vestuário foi R\$ 796,24 recebido em média em 1995 para R\$459,00 em 2001. Neste sentido, lembra-se que as atividades do setor possuem variação de valor, sendo que esse é um exemplo ilustrativo e foi elaborado considerando o valor médio de renda de uma costureira.

### 3.2 A INDÚSTRIA TÊXTIL E DO VESTUÁRIO: NO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O trabalhador têxtil é um bobo apaixonado. Vive em situação precária: com baixo salário, calores insuportáveis, máquinas centenárias. Exceto algumas empresas que mudaram algumas de suas máquinas, mas não contentes que facilitariam o trabalho, lançaram o rodízio três por um, novamente. Então, além de apaixonado ele é artista, pois esperando seu reconhecimento, ele extrai o melhor de si, para que o produto final fique com a melhor qualidade possível. [...] Quem sabe antes de eu morrer veja os trabalhadores de nossa categoria, trabalhar não mais somente para sustentar as famílias, mas pelo verdadeiro amor que temos pela profissão e o orgulho de ver que o produto de nosso trabalho é consumido pelo mundo inteiro (E. O, Redação: *Apixonado Artista*, Círculo S.A)

Para entender como deu-se a relação capital-trabalho na sociedade capitalista e como se organizou a produção no setor têxtil e vestuário fez-se necessário conhecer as características desses processos e sua aplicação. Cabe ressaltar que a adoção de processos de produção não foi algo homogêneo, no qual os “novos” processos de produção superaram os “velhos”. Estes processos, mesmo os que receberam a tônica de ultrapassados e/ou foram tidos como “superados”, mesclaram-se com os novos processos de produção e gestão, ou ainda, foram aperfeiçoados. As indústrias têxteis e vestuaristas utilizaram-se de uma variedade de processos de produção em condições diferenciadas, na qual existiram empresas modernas que incorporaram altas tecnologias e outras que utilizaram tecnologias ultrapassadas e maquinários obsoletos. A introdução destas tecnologias não ocorreu de maneira pura, mas “híbrida” e esses processos complementaram-se com vista à garantia da lucratividade.

O trabalho é simultaneamente uma categoria abstrata e concreta. A abstração advém da produção de valores e o concreto do esforço físico ou mecânico realizado por seres humanos, animais e máquinas. Sua valorização corresponde à utilidade da ação realizada.

O trabalho humano, segundo Marx (1985, p. 148), “[...] é a atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana, individual e social”.

Este também afirma que “[...] o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias que fluem destas” (MARX, 1983, p.149). Para o autor, o trabalho é o centro das atividades especificamente humanas. Foi sob essa ótica que os homens relacionaram-se com a natureza por intermédio do trabalho. Considera-se,

ainda, que, “[...] ao submetê-la aos seus próprios fins, o homem realiza, neste sentido, uma humanização da natureza” (MARX, 1983, p.150).

O homem na sociedade capitalista vende sua força de trabalho, produzindo valores de troca e de uso, apropriando-se dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades humanas (MARX, 1985). Sob a relação capitalista, ocorre que a força de trabalho não é mais utilizada para satisfazer as suas necessidades, mas as necessidades dos outros.

Pode-se dizer que o trabalho é a categoria que fundamenta o desenvolvimento das pessoas como uma esfera distinta da natureza, não é apenas a relação das pessoas entre si no contexto da reprodução social, o seu desenvolvimento exige o desenvolvimento concomitante das relações sociais. Assim, o trabalho constitui a mediação objetiva dos homens e das mulheres, ou seja, uma forma de sociabilidade humana na sociedade capitalista.

Outros estudiosos argumentam que o trabalho<sup>24</sup>, como ato concreto, individual ou coletivo, é uma experiência social por definição e que constitui e explica grande parte da sociedade capitalista. Considera-se que “[...] as facetas essenciais do processo de socialização da construção identitária, das formas de dominação e de resistência, enfim a dinâmica contraditória da economia de mercado, têm sua origem nas situações laborais e nas relações sociais estruturadas na atividade produtiva” (CATTANI, 1996, p. 39).

Neste caso, conforme reflexão lukacsiana (1978), o trabalho vinculado imediatamente ao trabalhador, à sua força de trabalho, à matéria prima e aos meios de produção são elementos constitutivos do processo de trabalho capitalista, sendo esse conjunto de habilidades e de produtos os elementos oferecidos e vendidos ao mercado. Entretanto, quando acabam por concentrar-se na mão de uma minoria, tornam-se capital apropriado e os trabalhadores perdem o controle sobre os meios de produção, restando somente a sua própria mercadoria: a força de trabalho. Na compra da força de trabalho, os homens e as mulheres ficam inteiramente à mercê das relações de produção e de reprodução do capital.

Marx, em o “Manifesto Comunista”, sinalizava à humanidade que o capital, ao se impor como relação social, precisa incessantemente revolucionar seu modo de produção para sua manutenção e re-produção. Os capitalistas introduzem vários processos de produção, entre eles: o fordismo, o toyotismo, a reestruturação produtiva, bem como várias técnicas de planejamento e gestão a fim de organizar o processo de apropriação de riqueza.

---

<sup>24</sup> ALBORNOZ (1986); BRAVERMAN (1987); ANTUNES (1997).

Nos anos 1913 e 1914, uma das primeiras tecnologias adotadas para favorecer a acumulação de capital foi o processo de produção fordista/taylorista, possuindo fundamentalmente as seguintes características:

produção em massa, linhas de montagem e de produtos mais homogêneos, controle de tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução do processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário/massa, trabalho coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 1999, p.17).

Na viabilização deste modelo de produção faz-se necessário além de organizar a atividade produtiva, criar uma determinada estrutura social e um determinado Estado.

Neste sentido, criava-se a estrutura para o desenvolvimento do modo de produção fordista, o qual viveu seu apogeu na denominada “*era ouro*”, entre 1945 a 1973, “[...] tendo como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de ‘fordista-keynesiano’” (HARVEY, 1992, p.179).

O processo de produção fordista esteve apoiado no ideário de intervenção estatal do keynesianismo, configurado no chamado *Welfare State*<sup>25</sup>, pelo qual criou-se um padrão de regulação social da economia e das relações sociais consubstanciado a um sistema de proteção social por parte do Estado. Outra estratégia adotada culturalmente foi a *disciplinarização* e a *rotinização* da vida (SENNET, 2001) em favor da produção.

Neste contexto, cabe salientar, que os trabalhadores resistiram e questionaram o desenvolvimento deste processo, seus aspectos alienadores e, por muitas vezes, estrategicamente, organizaram-se e pleitearam a ampliação da cidadania, barganhando aumentos salariais e conquistando direitos trabalhistas. Assim como, questionaram intensamente suas condições de trabalho e lutaram por melhorias. Uma declaração que demonstra a compreensão dessas condições de trabalho é a redação escrita por uma trabalhadora, que discorre sobre a realidade da fábrica:

---

<sup>25</sup> Em 1945, a Inglaterra implantou o *Welfare State* (medidas estatais que se entrelaçam com o papel do mercado e com a sociedade garantindo a provisão social). Trata-se de um sistema capitalista implantado pós-guerra que promove concepções de políticas sociais controladas pelo Estado, que intervém arbitrariamente no conflito capital-trabalho e integram paulatinamente esses trabalhadores aos sistemas econômicos, através da provisão de direitos sociais. A implantação desse modelo não ocorreu de forma homogênea em todos os países, pois nem todos possuíam as condições objetivas para democratizar e redistribuir renda, bem como autonomia para desenvolver esse modelo estatal, devido à dependência ao capital estrangeiro, ou melhor, aos países desenvolvidos.

Um ambiente sem refrigeração, calor insuportável a ponto das pessoas passarem mal. E a tal da produção, cobrança em cima de cobrança. Stress, depressão, mas não interessa o que sinto, e, sim o que produzo. O pior é quando chega o fim do mês e não somos remunerados por tanto trabalho prestado (A.I. Redação: *Sentir-se bem*, Karsten).

No final dos anos 1960 e início de 1970, principiou a crise do fordismo e o fim do padrão monetário internacional definido por meio do acordo de *Bretton Woods*<sup>26</sup>. Segundo Harvey (1992), algumas razões do esfacelamento desse padrão produtivo foram a crise norte americana, a ampliação da concorrência internacional, o fortalecimento econômico da Europa, a “rigidez” deste modelo, a ampliação da pobreza e do desemprego, a resistência operária e os movimentos de contestação. Para superar essa crise desde 1970 e 1980, iniciou-se a substituição processual do fordismo pelo toyotismo, que representou uma alternativa à sua rigidez; fragmentado em todos os seus limites e criador de uma “[...] elite de trabalhadores destinada a dominarem toda a produção, a qual se fragmenta em uma série encargos temporalizados e repetitivos, que o operário deve desenvolver com eficiência e precisão” (SIMIONATO, 1995, p. 84). O toyotismo apresentou possibilidades de diminuir o gasto de energias desnecessárias no ato produtivo, potencializando todas as energias produtivas no processo de produção, o qual foi controlado e visto como responsabilidade do próprio trabalhador.

No toyotismo o trabalhador pouco qualificado foi substituído pelo trabalhador polivalente. A linha de produção individualizada deu espaço à composição em células. Organizaram-se equipes de trabalho e passou-se a produzir conforme a necessidade, por encomenda. Ocorreu então, a reestruturação produtiva que se processa compatibilizando mudanças organizacionais e institucionais nas relações de produção e trabalho, redefinindo as funções dos estados-nacionais e do mercado financeiro. Muitas dessas mudanças foram provenientes da adoção de novas tecnologias, como: automação, inovações tecnológicas, políticas de gestão pessoal, entre outras. Alguns programas de inovações na gestão do trabalho e da produção, utilizados foram: Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), Controle de Qualidade Total (CQT), Gestão Participativa, *Just in time*, *Kanban*, Controle

---

<sup>26</sup>O Acordo de Bretton Woods, nome pela qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, foi realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA), com representantes de 44 países, a fim de planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Entretanto, em agosto de 1971, os Estados Unidos adotaram a decisão unilateral de promover a ruptura com o acordo de Bretton Woods, levando à implosão do sistema monetário internacional e conduzindo à paulatina desregulamentação dos sistemas bancários e de mercado de capitais (CAMPOS & BLOIS apud CARVALHO & SILVA, 2000).

Estatístico de Processo, assim como, os modelos de gestão de fluxos, de materiais e informações, cooperação entre empresas e a terceirização.

Para viabilizar a reestruturação produtiva introduziu-se novas formas de organização do processo produtivo, que incorporaram a adoção de inovações tecnológicas, flexibilização e a globalização da economia. Estes processos foram alterados a fim de atender a finalidade da acumulação flexível na sociedade global. A acumulação flexível, segundo Harvey (1989, p. 140),

se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais tomados de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

Segundo Ianni (1996, p. 17), “a realidade é que no fim do século XX, quando já se anuncia o século XXI, a globalização do capitalismo carrega consigo a globalização do mundo do trabalho, compreendendo a questão social e o movimento operário”. Essa realidade projetou-se devido à conjuntura estar em processo de mudança e o trabalho apresentar novos significados e novas formas de realizá-lo. Essas alterações foram decorrentes da extinção dos postos de trabalho que eram ocupados pelos trabalhadores na operação das máquinas, as quais não existem mais com a automatização do processo, pois agora, as máquinas controlam-se e auto-regulam, exercendo a função prática daqueles trabalhadores.

Para ilustrar essa realidade, utilizar-se-á de trechos da redação de um trabalhador têxtil, sobre o processo de reestruturação produtiva, no qual ele escreve que

[...] as máquinas ficaram mais silenciosas, os prédios modernos, arejados, limpos, piso seco, drenado e quem perdeu a batalha foi o tamanco, não morreu mais foi trocado por majestosas botinas, revestidas de camurça. (...) e o trabalhador teve que se adaptar ao novo ambiente, digno de olhar do visitante, mas ele sabe que compete com a máquina, ela não falta, não tem filhos chorando de fome, então abre mão de sua dignidade, em favor do sustento da família e tristemente olha de longe as poucas manifestações, lideradas por quem já perdeu, além da dignidade também o emprego, a paz e até o conforto do lar (L. D. Redação: *Saudades do tamanco*, Sulfabril).

A reestruturação produtiva, sustentada por novas formas de gestão, passou a fazer parte do cotidiano fabril desde 1980, projetando-se no Japão e reafirmando-se na década seguinte, pulverizando-se por outros países e regiões, impondo novo ritmo de trabalho, produtividade, qualificação do produto, aumentando a tensão laboral, gerando incertezas e promovendo o aparecimento de ‘novas doenças’, principalmente na esfera mental, que coexistem com as ‘velhas doenças’, como, por exemplo, lesões por esforços repetitivos, estresse e depressão.

Essas doenças psicossociais foram desencadeadas e acentuadas na dialética da produção pela intensificação na utilização da força produtiva, o aumento da responsabilidade com o processo de trabalho, assim como, a exigência cognitiva e mental exercida e mantida na relação com os trabalhadores. Conforme entrevista concedida discorrendo sobre a relação e o pagamento de adicionais por meta de produção, a trabalhadora diz: “[...] *eles cobram muito, temos que atingir 70% a 80% da produção ao dia, ou seja, por dia. Eles calculam quanto temos que produzir e o quanto será pago pela produção. Cada artigo tem um tempo para produção* (M.R) <sup>27</sup>”.

As pessoas que dependem da venda da sua força de trabalho para garantia da sobrevivência passam a viver uma situação estressante que se processa mediante a precarização das condições de trabalho e de vida, conforme ilustra o poema “Limite” de uma trabalhadora da Cia Hering.

Estou no limite. Dia a dia agitado, trabalho dobrado, dinheiro contado. Estou no limite, mas não posso parar. E adianta chorar? Filho doente. Marido ausente. Casa alugada. Patroa estressada. Estou no limite. (J. G., Poema: *Limite*, empregada da Cia Hering).

Além da precarização das condições de trabalho, percebeu-se que a globalização e a reestruturação produtiva não são difundidas de forma homogênea e estão permeadas por tensões. Segundo Antunes (1995, p. 44),

o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza, em 05/01/2006.

Nesse processo fez-se necessário organizar-se uma nova forma de poder e redefinir-se a atuação do Estado. O Estado neoliberal<sup>28</sup> desenvolve-se e prevê a privatização dos serviços públicos e a diminuição da intervenção estatal nas relações econômicas e de produção. O Estado neoliberal procura transferir à sociedade civil a responsabilidade de sanar suas dificuldades e resolver seus problemas, mesmo de cunho social e estrutural, reduzindo então o atendimento das políticas sociais apenas à população considerada “*indigente*” (CASTEL, 1998) ou pertencentes a “*massa sobrando*” (ANTUNES, 1995). Neste caso, intervenções estatais têm resultados paliativos e a ação é fragmentada e frágil frente às demandas que estão postas.

Esses contra-sensos, segundo Dowbor (2001, p.21), demonstram

a fragilidade econômica da imensa massa de pobres do país, que se traduz em fragilidade política e na conseqüente dificuldade de gerar políticas econômicas redistributivas. (...) Geramos um mundo de prosperidade tecnológica acoplada a uma miséria medieval. O atraso das transformações das relações sociais faz com que as dinâmicas modernas de avanço tecnológico e de globalização, que carregam consigo fortes tendências à elitização reforcem a nossa velha herança de opressão e discriminação, gerando uma situação que, além de ser etnicamente vergonhosa, é economicamente burra e politicamente insustentável.

O processo de acumulação capitalista impõe a alguns países a retirada do Estado, sobretudo, de áreas estratégicas da economia. Além disso, devida correlação de forças favoráveis aos capitalistas, cresce a onda de flexibilização que significa para os capitalistas a liberalização de mercados e a retomada de investimentos através dos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial, GATT). Mas, para os trabalhadores, a flexibilização quer dizer exatamente o contrário: aumento crescente de rigidez das relações de produção e aumento das desigualdades sociais, ampliação da instabilidade do emprego e das condições gerais de reprodução da vida.

---

<sup>28</sup> O Estado neoliberal configura-se como o modelo estatal que surge logo após a Segunda Guerra Mundial em contraposição ao modelo de Estado de Bem Estar Social – ‘Welfare State’, com ações estatais voltadas à acumulação capitalista e a liberdade de mercado (TEIXEIRA, 1996). Ainda referendando o autor, “o desdobramento desse processo encontra seu ponto máximo com a mundialização dos circuitos financeiros, que criam um único mercado de dinheiro, virtualmente livre de qualquer ação do governo nacional” (TEIXEIRA, 1996, p.196).

## CAPÍTULO IV – AS EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO

### CARTA AO PRESIDENTE DA EMPRESA

Já faz muito tempo que esse sentimento que carrego quer virar palavra.

Acho que ele nasceu aqui bem no centro dos teares, em meio ao barulho ensurdecedor do overlock e ao cinza das paredes.

Foi se enraizando no peito, ainda que a dor maior seja nas costas – e nem levo o mundo nas costas, senhor presidente -, mas suspeito que a máquina de costura tenha feito grandes estragos na minha coluna.

Então esse sentimento estranho, que não se apega à luz de dias melhores, nem à felicidade do sorriso de meu filho, tomou conta destas linhas.

Senhor presidente, eu estou com medo: medo de perder a paciência com as perdas da vida, medo de não ser o porto seguro da família quando tudo parece piorar, medo de receber o próximo salário que não paga as contas, medo de ficar doente, medo de perder esse jeito que é só meu de arranjar tempo pra tudo.

A pressa da produção abafa esta temeridade. Mas hoje as palavras não a querem calar. Desse seu mundo claro e azul, feito pedaço de céu, sei muito pouco. Vejo, vez por outra, o senhor ou a gente graúda da fábrica saindo do pátio em carrões com ar condicionado e som, acho, deve ser agradável como uma sinfonia.

Aproveito para lhe dizer, senhor presidente, que o seu medo deve ser bem menor que o meu, porque em todas as fotos que os jornais exibem, o seu rosto é sorridente e o seu destino nas férias é o paraíso que só imagino nas preces que faço todas as noites a Deus.

Em nome dessa fé, quero lhe dizer que vou continuar lutando até ganhar mais rugas. Até que pintem estas paredes cinzas de um branquinho que descanse os olhos.

Até que meus olhos possam olhar a história  
suada minha e dos homens e mulheres têxteis e ver  
que a luta valeu a pena, senhor presidente.

Então esse sentimento terá um nome e  
poderei descansar em paz.

(Autor não-divulgado).

#### 4.1 O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA SOB O CAPITAL: O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA FORMA DE PROVER A SOBREVIVÊNCIA

O patrão com seu dilema e o empregado sua razão. Qual será o resultado, no final da discussão? Quero aumento de salário, diz o pobre empregado. Temos dívidas e honorários, se defende o patrão. Meus direitos onde ficam, questiona o funcionário. Qualidade e produção é o que pede o patrão. Passa dia, passa mês, continua a discussão. E o pobre funcionário, nesta mesma situação (M.C. S. *Salário*, Círculo S.A.).

As crises do capital, a instabilidade econômica brasileira e as transformações em curso no mundo do trabalho, difundidas especialmente nas décadas 1980 e 1990 direcionaram os trabalhadores para apropriação do trabalho individual, geração de formas de ocupação não assalariadas e o resgate de possibilidades de trabalho por conta própria. Neste contexto, ressurgiram as organizações coletivas e difundiu-se a economia solidária<sup>29</sup>, ou seja, as experiências pautadas na autogestão. Segundo Singer (1998, p.10), a economia solidária tornou-se

a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exarceba. Mas, para que essa possibilidade se realize, é preciso que o movimento operário e seus aliados concentrem suas forças ainda ponderáveis, no apoio e na promoção as cooperativas de trabalhadores, para que elas possam absorver os milhões que não tem lugar na economia capitalista.

Por economia solidária, Singer (1999, p. 51) afirma:

O conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizados por princípios solidários, espalhados por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas; associações de produtores; empresas autogestionárias; bancos comunitários; clubes de troca; banco do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Essas experiências buscaram a construção de novas relações sociais principiadas por valores autogestionários, prevendo a organização coletiva dos trabalhadores com autogoverno, exercício democrático de poderes, condições de autonomia e independência, possuindo o controle dos meios de produção e dos processos econômico, técnico, político e

---

<sup>29</sup> Destaca-se a inexistência de um consenso terminológico, desta categoria econômica e social, podendo ser denominada como: economia social, economia solidária, economia popular, entre outros. Entretanto, apesar desta indefinição, essas categorias, aproximam-se, pois todas propõem a organização dos trabalhadores de forma autogestionária. Optou-se por utilizar a categoria economia solidária, por estar sendo amplamente difundida na esfera pública, possuindo inclusive no país, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

social. Essas iniciativas foram favorecidas pela troca de conhecimento e experiências, processo de decisão coletivo e das vivências mútuas. A “força” destes empreendimentos solidários estava no reconhecimento de interesses coletivos, na organização da classe trabalhadora e na luta contra as desigualdades sociais.

Outro parâmetro de referência “que se espera ver internalizado na compreensão e na prática das experiências associativas, são os princípios da: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social” (GAIGER, 2004, p.11).

Contudo, as experiências coletivas e a economia solidária expandiram-se permeadas de contradições reflexivas e práticas, na qual existiam cientistas sociais que a vislumbraram como um novo projeto societário, que possibilitaria a transição da sociedade capitalista para uma sociedade socialista (SINGER, 2000) e outros, apenas como alternativas de geração de trabalho e renda (GAIGER; 2002; VAINER; 2000).

Vainer problematiza a atual conotação dada à utilização da categoria economia solidária, identificando-a como uma expressão estritamente ideológica, que

difunde a crença na possibilidade da solidariedade se desenvolver de forma ampla sob a égide do capital; já os termos cooperativa e cooperativismo, [...] evocam uma forma específica de organização da produção e/ou da propriedade que, em algumas circunstâncias e por períodos determinados, pode ser e ter sido, experimentado com ganhos materiais e simbólicos, por grupos de produtores diretos mesmo sob o capitalismo. Uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. Ou, o que é cada vez mais comum entre nós, acenar para os trabalhadores com a possibilidade de se tornarem todos, sem exceção, capitalistas e empresários (2000 p.10).

A economia solidária foi um projeto social que busca dar resposta à eminência de interesses conflituosos na sociedade capitalista e procurou garantir a sobrevivência de trabalhadores autônomos, desempregados e sub-contratados. No entanto, apesar da economia solidária aparecer como uma alternativa de enfrentamento às desigualdades sociais, muitas vezes, os trabalhadores não faziam a escolha de inserir-se nestas experiências por adesão aos valores autogestionários, mas por configurar-se como a única oportunidade de prover sua subsistência. A economia solidária despontou como uma opção aos trabalhadores e em algumas circunstâncias, como uma possibilidade do capital postergar os resultados de suas crises.

Em relação às dificuldades práticas, a forma cooperativista foi utilizada como mais uma estratégia de fuga aos compromissos trabalhistas, caracterizada pela inexistência de

qualquer vínculo legal entre as empresas e empregadores entre cooperativas e seus cooperados. A empresa contratante se exime de qualquer obrigação com a força de trabalho, realizando apenas o pagamento da produção contratada. A cooperativa, por sua vez, assume integralmente a responsabilidade pelo processo de produção e os custos com a força de trabalho.

Nesta relação, existe a desconstrução salarial. O trabalho corresponde à produção ou à prestação de serviços por um coletivo de trabalhadores que, em vez de empregados, são associados, em empreendimentos criados por iniciativas deles próprios e dos quais são proprietários. Ou seja, num processo de auto-patronização.

O trabalhador aparece nessa versão como o arquétipo do “trabalhador por conta própria” ou “autônomo”, definido de uma forma generalizada, “como uma situação em que o trabalhador exerce a ocupação de modo independente, controla seu processo de produção, é proprietário do capital empregado na produção e recebe uma renda (e não salário)”. Essa renda é resultante “da diferença entre gastos (com a produção e com o consumo próprio) e receitas e, que não é determinada anteriormente, pois depende da qualidade e da quantidade do trabalho oferecido e, também, da demanda direta do mercado no período” (KON, 2003, p. 49).

Na esfera do trabalho por conta própria, ganha o trabalhador quando tem encomenda de trabalho, sem nenhuma proteção da legislação trabalhista, fora, portanto, do alcance da CLT. Essa situação, vivenciada em algumas circunstâncias, também pelos trabalhadores vinculados às experiências coletivas, limitando inclusive as vivências autogestionárias. Pode-se problematizar, que por vezes

as cooperativas despontariam muito mais como opções para as empresas, tendo em vista que facilitam a redução nos custos e o aumento da flexibilidade, e não como alternativas para operários confrontados com as adversidades do momento atual. Não é ocioso assinalar que a multiplicação dessas experiências coincidiu, de alguma forma, com a entrada em vigor de uma determinação legal que considera não existirem vínculos de emprego entre as cooperativas e seus integrantes e entre estes e as empresas que recorrem a essa fonte de trabalho (LINS, 2001, p. 52)

De acordo com Singer, a economia solidária foi uma alternativa no combate à precarização das condições de trabalho.

A resposta mais freqüente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e para cada membro. Ao mesmo tempo, empregadores pouco escrupulosos, utilizam falsas cooperativas de trabalho para deixar de pagar encargos trabalhista, aproveitando-se do fato de que esses encargos não são cobrados de quem contrata trabalho autonomia. Além disso, cooperativas autênticas, na ânsia de conseguir contratos, rebaixam seus preços, a ponto de abrir mão de muitos direitos sociais de seus associados.

Em Blumenau, desde a década de 1990, verifica-se o aumento expressivo na constituição de cooperativa, associações e empresas autogestionárias. Entre os 48 empreendimentos mapeados, 09 cooperativas foram registradas até 1990 e, posteriormente foram constituídas 39 cooperativas e associações<sup>30</sup>.

Entre as cooperativas e associações registradas até 1990, tem-se no segmento de: três de consumo (Cooperhering, Cooperteka, Coopebb); uma de crédito (Credihering); uma educacional (Cooperhermann); uma Produção (Abart); duas de saúde (Uniodonto de SC, Unimed Blumenau); uma de trabalho (Coopertaxi).

Posterior a 1990, as cooperativas e associações registradas são: quatro agrícolas (Blumen-Apis, Cooperprove, Vale Germânia, Eco Blu); quatro de crédito (Blusol, Credicor, Unisc, Unicred); três de consumo (Blu Feira, Sábado Feira, Usimed); duas educacionais (Coopeval, Coopermusic); duas habitacionais (Cohavale, Coohesp); cinco de produção (Coopercristal, Estrela Azul, Nutricoper, Cooperativa de Artefatos Têxteis, Fino Toque Têxtil Cooperativa); sete de saúde (Intermed, Coopernutri, Uniodonto-Adm, Unienf, Uniworks, Unisesmet, Fecodonto); doze de trabalho (Cooperblu, Copseg, Coopermec, Reticoper, Cooperviagem, Coopersita, Cootram, A Seletiva, Coopertur, Coopertran, Coopervillas, Unifrete). Em Blumenau, ainda após 1990, muitos destes empreendimentos organizaram-se em uma Rede de Economia Solidária<sup>31</sup>.

Essas informações, sobre a ampliação das experiências autogestionárias, no espaço citadino, oportunizam realizar um comparativo com os dados apresentados na tabela 5 – Inscrições de empresas e autônomos, abertas e encerradas por atividade em Blumenau entre 1998-2002, apresentado no capítulo 3 deste trabalho, que demonstram a ampliação de outros

<sup>30</sup> Estes dados foram sistematizados, a partir de pesquisas distintas: Pedrini & Regensburger (2000) e Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 (MTE-SENAES, 2006).

<sup>31</sup> A Rede de Economia do Vale do Itajaí - RESVI é composta pela universidade, poder público, sindicatos, empreendimentos solidários e pessoas interessadas em discutir as transformações do mundo do trabalho. Esse um espaço de troca, reflexões críticas da relação capital-trabalho, pensar alternativas ao desemprego e de fortalecimento da autogestão. Os empreendimentos solidários que integram a Rede são: Abart, Art'manos, Apri, Blumen-Apis, Bruscor, Coopergip's, Coopertran, Coopertur, Empório Sol e Lua, Fino Toque, Fio Nobre, Gascoor, 4 AS, Nutricoper, Só Faça Arte, Reciblu, Unifrete, Tele Cartofilia e Verbo Tecer.

setores econômicos (saúde e trabalho) e a tendência à organização do trabalho de forma autônoma e cooperativista.

Destas cooperativas, algumas podiam ser consideradas como “o braço estendido do capitalismo” que configurou-se na forma hierarquizada de gestão, reproduzindo ações do modo de produção capitalista, como por exemplo, Cooperhering, Cooperteka, Coopebb, Credihering, Uniodonto e Uniworks. Em outros casos, os empreendimentos nasceram como solidários e acabaram por adaptar-se ao capitalismo, optando por assalariar seus cooperados e administradores, como a Cooperblu e a Fino Toque.

Os motivos da proliferação de cooperativas e associações em nível local não eram diferentes daqueles enfrentados em escala nacional e mundial que tinham como principal vetor às transformações da economia mundial. Ela trouxe consigo um pesado ônus social com o agravamento do desemprego e à exacerbação do caráter precário das relações de trabalho, tendências marcantes nas últimas décadas.

Pode-se supor que tais motivos não diferiram muito em sua essência, das razões que impulsionaram a organização das cooperativas precursoras no século XIX, entre as quais a mais conhecida, Rochdale, na Inglaterra, foi criada em 1844 como estratégias de enfretamento das difíceis condições de trabalho e vida dos operários da indústria têxtil britânica afetado pela Revolução Industrial.

O êxito de Rochdale proporcionou uma grande expansão do cooperativismo, em sua forma moderna, na Grã-Bretanha (SINGER, 2003). Em 1881 o número de associados a cooperativas chegava a 547.000e em 1900, já eram 1.707.000 (SINGER, 2002).

Dos “Pioneiros de Rochdale” foram delineados os princípios cooperativistas. Embora adaptados pelas mudanças nas condições de atuação ao longo do tempo, permaneceram atuais e, isso fez a importância daquela experiência transcender o episódio da sua criação e a trajetória do seu funcionamento. Atualizados no XXX Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, na Inglaterra em 1995, os princípios são: adesão livre e voluntária; controle democrático pelos sócios; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e; interesse pela comunidade. Esses princípios foram utilizados para nortear as práticas solidárias e como parâmetro para análise do processo de autogestão, até a atualidade.

## 4.2 A CONSTITUIÇÃO DA FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA: OUTRA FORMA DE LUTA

A Fino Toque Têxtil Cooperativa constituiu-se como a primeira cooperativa têxtil de Blumenau<sup>32</sup>. Essa Cooperativa foi organizada na crise que assolou o setor têxtil e vestuário no Médio Vale do Itajaí em 2002 e em decorrência da demissão de 390 trabalhadores da Fábrica Maju, integrante do Grupo Marisol. Entre os trabalhadores demitidos, foram dispensados/as: costureiras, revisoras, embaladeiras, líderes das células, supervisores, administradores e capacitadores técnicos.

Segundo relato de uma ex-funcionária da Maju, o fechamento da unidade de produção foi comunicado aos trabalhadores em uma reunião realizada no pátio da empresa, em 26 de abril de 2002, no fim do 1º turno e no início do 2º turno, sem aviso prévio. Neste dia, a empresa comunicou que não possuía condições econômicas de continuar com esta unidade e todos os funcionários seriam demitidos e indenizados conforme preconiza a CLT.

De repente, os trabalhadores do 2º turno chegaram para trabalhar e estava tudo fechado. A turma da manhã trabalhou até as 14h00, limpavam as máquinas e esperaram os funcionários da tarde chegar. Daí, eles anunciaram que iriam fechar e indenizar os funcionários. Depois, daquele anúncio, nem uma peça mais se produziu e nenhum funcionário trabalhou na Empresa (M. R.)<sup>33</sup>.

A decisão de fechamento da unidade fabril, segundo a ótica empresarial ocorreu devido à necessidade de reestruturação interna para se “*adequar a demanda de mercado e preservar sua capacidade competitiva*”. A Marisol, dona da marca e proprietária do parque fabril blumenauense desde 1995, estava adotando o mecanismo de “*racionalização da produção*” distribuindo a confecção do segmento infantil entre suas cinco unidades catarinenses, localizadas em Benedito Novo, Corupá, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Schroeder e transferindo o segmento adulto para a Marisol Nordeste (JSC, 2002),

Logo após o anúncio da demissão dos trabalhadores foi realizada uma Assembléia pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem - SINTRAFITE, juntamente com os ex-funcionários da Maju, com o objetivo de debater a crise do setor e discutir as possibilidades de geração de trabalho e renda. Segundo o depoimento, concedido em entrevista por um ex-cooperado, o “*Sindicato se envolveu no processo de fechamento e*

---

<sup>32</sup> Segundo informações do Jornal de Santa Catarina, de 16 de out. 2002.

<sup>33</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 05/01/2006.

*resolveu negociar juntamente com a rescisão contratual, a doação de máquinas, para iniciar a organização da cooperativa” (E. P.)<sup>34</sup>.*

A atuação do Sindicato foi importante no processo de criação da Fino Toque assumindo a tarefa de preservar os postos de trabalho, pressionando o poder público e a empresa em prol dos trabalhadores. A possibilidade de inserir os trabalhadores desempregados daquela empresa em uma cooperativa apareceu como uma forma de superar a crise em que estava imerso o setor têxtil.

O Sindicato, durante o processo de negociação das demissões dos funcionários da Maju, responsabilizou a empresa por essas demissões. Mediante algumas negociações e a pressão pública exercida, a empresa pagou as indenizações e acordou a doação de 60 máquinas de costura, entre elas: overlocks, coberturas, retas, picuetas, máquinas de abrir peitinho; sua marca secundária – a *Fine Touch*, com a respectiva lista de cliente; 20 carrinhos de transporte para colocação de produtos; mesas para revisão e corte; alguns materiais para início da produção. A doação dos equipamentos e a experiência de produção dos trabalhadores foram o fatores decisivo para a constituição do empreendimento neste setor.

A seguir, a organização da Cooperativa foi idealizada por um grupo de trabalhadores demitidos, apoiada por várias instituições estatais e da sociedade civil, tais como: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda de Blumenau – SETREDE, na gestão do governo popular; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem – SINTRAFITE e Universidade Regional de Blumenau – FURB, através da Rede Unitrabalho<sup>35</sup> e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/FURB<sup>36</sup>. Entre os profissionais que integraram a equipe de assessoria da Fino Toque um advogado, um sociólogo, um economista, um engenheiro de produção, uma psicóloga, duas assistentes sociais, entre outros.

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 23/01/2006.

<sup>35</sup> A Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho – UNITRABALHO foi organizada em 1997, como um programa que emerge na perspectiva de construir propostas e pensar alternativas de combate à exclusão social e às injustiças sociais mantidas nas relações de trabalho. Sua missão central era “integrar a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho”, isso a partir da síntese do saber produzido na academia com o saber dos trabalhadores, a fim de qualificar a organização e ação social (Folder da UNITRABALHO, 2000).

<sup>36</sup> A Incubadora foi constituída em 19 de novembro de 1999, tem com a finalidade estimular a formação de empreendimentos de Economia Solidária, no município de Blumenau e região, como forma de geração de trabalho e renda, desenvolvendo a prática autogestionária e o espírito empreendedor; promover a capacitação de cooperados/ empreendedores através de cursos de qualificação profissional continuada; prestar assessoria e acompanhamento nas áreas: social, educacional, jurídica, administrativa, de mercado, contabilidade, econômica, tecnológica, entre outras.

No processo inicial de constituição da Fino Toque, algumas instituições também incentivaram de forma decisiva a Cooperativa, da seguinte forma: a SETREDE subsidiou o pagamento do aluguel de um galpão para produção, com recurso do Fundo de Desenvolvimento Econômico e subsidiou financeiramente um convênio com a ITCP/Unitrabalho/FURB para realização da assessoria/incubagem da Fino Toque e a ANTEAG contribuiu com o processo de organização cooperativista e de gestão, especialmente, no processo de legalização.

Uma primeira atividade desenvolvida envolvendo os trabalhadores desempregados da MAJU, em parceria com o SINTRAFITE e a SETREDE foi o curso de ‘Cooperativismo e Autogestão em Economia Solidária’, que teve a duração de 120 horas/aula e foi ministrado em 45 dias por professores vinculados a Unitrabalho e a ITCP. Conforme relata uma ex-cooperada “o Sindicato chamou as pessoas que estavam desempregadas e convidaram para realizar o curso” (M. K) <sup>37</sup>. No Curso foram abordadas as seguintes temáticas: autogestão; gestão coletiva; planejamento; comunicação interna; legislação; comercialização; viabilização econômica; relações interpessoais e foi realizada visita a um empreendimento autogestionário, a BRUSCOR – Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda., localizada em Brusque.

Inicialmente, em um momento de manifesta euforia, a experiência cooperativista foi entendida por estes trabalhadores como “(...) *uma forma de trabalho em grupo, de pessoas com objetivos comuns e como uma forma de melhorarem as condições de vida, saírem da opressão e fugirem do autoritarismo das empresas*” (F. M) <sup>38</sup>. Muitas eram as expectativas destes trabalhadores com a organização da Cooperativa, com vista à edificação de relações justas, igualitárias, democráticas e solidárias, sendo uma delas

prestar meu serviço da melhor forma possível, com meus conhecimentos na área e junto com os outros conquistar melhores condições de vida. Pois trabalhando na empresa, em regime fechado, autoritário, era complicado. A Cooperativa te dá uma certa liberdade. Você desenvolve seu trabalho com mais facilidade, sem pressão, com mais prazer, pois trabalha em grupo. [...] Qualidade de vida não é só aquisições financeiras, mas na sociabilidade com outras pessoas, você conhece pessoas diferentes e, também economicamente, você pode ganhar mais (F. M.)<sup>39</sup>.

A Cooperativa foi fundada após o término do Curso em 25 de junho de 2002, com a participação de 25 cooperados, contando com 20 mulheres e cinco homens. No entanto, as atividades produtivas foram iniciadas apenas três meses após a fundação, devido à demora

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 05/01/2006.

<sup>38</sup> Entrevista concedida a ITCP/FURB, s/d.

<sup>39</sup> Entrevista concedida a ITCP/FURB, s/d.

dos tramites legais, aprovação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e a dificuldade de encontrar um espaço físico adequado à produção. Durante este período, alguns cooperados encontraram emprego e desvincularam-se do quadro social da Cooperativa.

A inauguração da ‘Fino Toque’ foi realizada em 17 de outubro de 2002, com a participação de 20 cooperados, que iniciaram as atividades de produção e confecção em sistema de terceirização de serviços (faccão) e, posteriormente, lançaram a linha própria de confecção.

#### 4.3 A AUTOGESTÃO E A EXPERIÊNCIA DA FINO TOQUE

A categoria autogestão possui “*caráter multidimensional*” que abrange aspectos sociais, econômicos, políticos e técnicos, os quais não podem ser restringidos

a um conjunto de ações que sistematizam o controle das atividades de uma organização pelo quadro social ou como modelo de gerenciamento referente à alocação de recursos e designação de responsabilidades, controles de gestão, mas de práticas sociais que se construíram, são localizadas, datadas e legitimadas historicamente (ALBUQUERQUE, 2003, p. 21).

O conceito de autogestão consistiu numa prática social com diversos significados, que vai além da celebração de um contrato mútuo que estabeleceu obrigações visando objetivos comuns para o desenvolvimento do processo de trabalho organizacional. Para Albuquerque (2003, p. 25),

a essência dessa prática social está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social. (...) que busca pela reapropriação da sua força produtiva geral, não só a promoção do desenvolvimento do indivíduo como sujeito social, mas também ressignificar as práticas sociais relacionadas à organização do trabalho associando-as à idéia-força de mudança radical e de transformação da sociedade capitalista.

Outra nuance do processo autogestionário foi a dimensão política do empreendimento. A autogestão pôde desencadear um processo emancipatório, no qual o cooperado passou a reconhecer-se como protagonista de sua história. Esta organização ultrapassou as fronteiras das dimensões econômica e social, características das cooperativas

“tradicionais”, e ainda, como instrumento de reação às desigualdades sociais. De acordo com Singer (2002, p.87),

A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados solidariamente em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento solvável.

Segundo Albuquerque (2000) a autogestão possui quatro dimensões. A primeira refere-se à construção social da autogestão, “percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos que dela dependem” (p. 20). A segunda dimensão remete à questão econômica, que define as ações que privilegiam o trabalho em detrimento ao capital. A terceira faz referência à questão política, que fundamenta-se por meio “de sistemas de representação, cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado” (p. 20-21). A quarta dimensão é técnica, que “insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão do trabalho” (p. 21).

A autogestão pode ser entendida como um conjunto de práticas sociais que caracterizam-se por sua natureza democrática nas tomadas de decisões coletivas, por proporcionar autonomia a um coletivo e relações sociais de cooperação entre os atores, independentemente de sua estrutura e de seu ramo de atividade. Todavia, na realidade atual a autogestão pode ser definida a partir de duas conotações:

uma fortemente econômica, associada a uma necessidade gerencial capaz de salvar empresas da falência e evitar o desemprego em massa e, com outra, ressurge retomando as lutas políticas e ideológicas que deram origem ao conceito, isto é, associada com um ideal utópico, de transformação e de mudança social (ALBUQUERQUE, 2003, p. 22).

Na Fino Toque, a autogestão emergiu associada à primeira conotação, como uma possibilidade de gerar trabalho e renda aos trabalhadores desempregados da Maju e como uma forma de romper com a exploração da força de trabalho e a subordinação vivenciada na relação capital-trabalho.

Inicialmente, a vivência de práticas sociais autogestionárias foi “acalentada” dia-a-dia pelos trabalhadores, por meio do processo de deliberação coletiva, que definiu a forma de funcionamento, organização e gestão da Cooperativa. Muitas foram as reuniões e encontros

utilizados para definição do objetivo geral e específico, sistematização do planejamento, organização do estatuto e do regimento interno, estruturação do espaço físico e das condições objetivas de produção e trabalho, com apoio da equipe de assessoria.

Mediante essas decisões, definiu-se que o objeto principal de trabalho da Fino Toque, seria

a prestação de serviços de confecção industrial, artesanal e de comercialização (facção, confecção própria, reformas, roupas sob medida, encomendas, artes aplicadas e bordados) e, instalar e manter postos de venda de produtos de confecção em geral podendo, também, comercializar produtos terceirizados (ESTATUTO SOCIAL, 2002, p.01).

No Planejamento Estratégico (2002,) definiu-se como objetivo geral da Fino Toque “promover a autogestão e a cooperação entre trabalhadores do setor têxtil que foram excluídos do mundo do trabalho em Blumenau e região, garantindo a geração de trabalho e renda” (p.01). Os objetivos específicos definidos foram os seguintes:

Ampliação da renda e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos associados e de suas famílias; promover a melhoria das condições de trabalho dos cooperados, superando a precarização das relações de trabalho, bem como, do modelo fordista de produção, que é promovedor de exploração social e gerador de doenças bio-psico-sociais; melhorar a qualificação profissional (no âmbito da produção, da gestão e do mercado) dos associados da cooperativa; criar postos de trabalho imediatos, de forma direta e indireta; colocar no mercado produtos com alto padrão de qualidade e com preços acessíveis à população; colaborar para o fortalecimento da economia solidária na região de Blumenau e no Estado de Santa Catarina.

A integração ao quadro social da Cooperativa privilegiou pessoas “com formação profissional na área de confecção industrial, modelagem, artes aplicadas, bordados, entre outros e [...] que concordassem com o estatuto” (ESTATUTO SOCIAL, 2002, p. 02). Para associar-se à Fino Toque, o/a interessado/a deveria preencher a proposta fornecida pela Cooperativa, juntamente com uma carta de indicação de um associado proponente, a qual deverá ser analisado pela Diretoria. A integração ao quadro social era somente efetivada após o pedido ser analisado e aprovado. O número de associados não teria limite quanto ao máximo, mas não poderia, entretanto, no mínimo, ser inferior a 20 cooperados (ESTATUTO SOCIAL, 2002, p. 02).

Com a inclusão ao quadro social da Cooperativa estes associados passaram a ter todos os direitos<sup>40</sup> e deveres<sup>41</sup>, atribuídos pelo Estatuto Social e outros documentos que regulamentam o funcionamento e a gestão do empreendimento. Entretanto, salientava-se que foi constatado por meio de observação participante que os cooperados não possuíam conhecimento sobre seus direitos e responsabilidades com a Cooperativa. Na leitura dos documentos institucionais, verificou-se também que estes eram de difícil entendimento, não deixavam claro os direitos e as responsabilidades dos cooperados, além de serem extremamente burocratizados.

O capital social da Cooperativa era subdividido em quotas-partes no valor unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais). A subscrição mínima por cooperado/a era de 20 (vinte) quotas-partes e o máximo, correspondente a um terço do capital social. Ao capital social da Cooperativa foi agregada à doação realizada pela Maju, no valor aproximado de R\$ 20.000,00.

Em relação à administração da Cooperativa, foi idealizada com a instituição de *Conselho Administrativo*, composto por cinco membros, incluindo presidente, tesoureiro, secretário e dois conselheiros; *Administração executiva*, que poderá ser constituída por técnicos contratados conforme a necessidade profissional, para a prestação de serviços. Porém, segundo o 1º Presidente da Cooperativa, em exercício no período de 2002-2003:

---

<sup>40</sup> De acordo com Estatuto Social os direitos dos associados, são: tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo, votando os assuntos que nela sejam tratados, votar e ser votado para os cargos sociais, salvo se estiver estabelecida relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só adquira tais direitos após a aprovação pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego; participar de todas as atividades em que opere a Cooperativa, com ela operando de acordo com o regimento; solicitar esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa, consultar os livros e peças de demonstração financeira; demitir-se da sociedade quando lhe convier. Referente a demissão do cooperado será voluntária, mediante solicitação; a eliminação a partir do descumprimento dos dispositivos da lei, estatuto e regimento, e a, exclusão por intermédio da proposta dos outros associados a partir da avaliação periódica de desempenho profissional (parecer do comitê de qualidade e ética do trabalho). Cabendo defesa e recurso por parte do cooperado.

<sup>41</sup> Ainda de acordo com o Estatuto, os deveres são: subscrever e integralizar as cotas partes do capital e contribuir com os encargos operacionais; cumprir disposições do estatuto, regimento interno e as deliberações da Assembléia Geral; satisfazer, pontualmente seus compromissos para com, a Cooperativa, dentre os quais de participar ativamente da sua vida societária e empresarial; concorrer com o que couber, para cobertura das despesas da sociedade, na proporção das operações que houver realizado, se a reserva social não for suficiente para cobri-las; prestar os esclarecimentos que forem solicitados sobre os serviços prestados nos contratos firmados em seu nome; executar os serviços que lhe forem concedidos nos contratos assinados em seu nome, conforme as normas estabelecidas.

No estatuto se prevê uma Diretoria ou Conselho de Administração [Presidente, secretário, conselheiros], mas este critério de administração não existe mais. Pois, hoje o sistema está defasado pelo número reduzido de cooperados. Então não administramos desta forma. E sim através de uma coordenação coletiva, que é a mais adequada pelo número de pessoas que estão na Cooperativa<sup>42</sup> (A. C).

Quanto à organização do trabalho, verificou-se que não foi estabelecida uma divisão formal por setores dentro da Cooperativa, porém os trabalhadores descreveram a sua inserção em dois eixos centrais de atuação: *a produção* que compreende a modelagem, o corte, a costura e o acabamento e *as atividades administrativas*, coordenadas pelo Conselho de Administração, formado pelos seguintes setores: de educação e treinamento, de pessoal, de almoxarifado, de vendas e financeiro. Essas atribuições administrativas eram realizadas pelos cooperados e/ou subdivididas pelos integrantes.

As instâncias de gestão e deliberação coletiva passaram a ser as reuniões, as Assembléias Gerais Ordinárias - AGO<sup>43</sup> e Assembléias Gerais Extraordinárias - AGE<sup>44</sup>. De acordo com 1º presidente da Cooperativa, “*todas as atividades são feitas pelo grupo [...] e nos reunimos diariamente, pois estamos em contato direto*” (A. C.)<sup>45</sup>.

#### 4.4 AS DIFICULDADES DE VIABILIZAÇÃO DA FINO TOQUE (O “VELHO DENTRO DO NOVO”)

Desde o início, as tomadas de decisão coletiva, estiveram permeadas por conflitos, divergências de opinião e diferenciações no exercício de poder. Segundo os entrevistados as decisões eram frutos de deliberações coletivas. No entanto, as pessoas possuíam dificuldades de posicionamento, tinham pouco conhecimento sobre os princípios e os valores que regem a

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida a ITCP/FURB, em 17/09/2003.

<sup>43</sup>AGO tem como objetivo discutir a prestação de contas da administração (relatório da gestão, balanço, demonstrativo das sobras ou perdas e o planejamento das atividades para o próximo exercício); destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da Sociedade; eleição da diretoria e do conselho fiscal, quando for o caso; fixação dos honorários, gratificações e do valor da “Cédula de Presença” para os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; e outros assuntos de interesse social.

<sup>44</sup>AGE ocorre quando há necessidade de se deliberar sobre os seguintes assuntos: reforma do Estatuto; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança do objetivo da sociedade; dissolução voluntária da sociedade e nomeação do liquidante; e contas do liquidante. Sendo necessário 2/3 (dois terços) dos votos dos associados presentes.

<sup>45</sup> Entrevista concedida a ITCP/FURB, em 17/09/2003.

economia solidária, especialmente as informações relacionadas à gestão financeira. Havia também dúvida quanto às responsabilidades e, sobretudo, em relação às perdas.

As deliberações coletivas refletiam patamares desiguais de conhecimento e de poder. De acordo com Castoriadis (1983, p. 214), “*o decidir é decidir com conhecimento de causa*”.

Não será mais a coletividade quem decidirá, mesmo se votar formalmente, se alguém ou alguns dipuserem sozinhos das informações e definirem os critérios a partir dos quais uma decisão é tomada. Isto significa que aqueles que decidem devem dispor de todas as informações pertinentes. Mas também que eles mesmos podem definir os critérios a partir dos quais decidi (CASTORIADIS, 1983, p. 214).

Na Fino Toque, as decisões coletivas, por muitas vezes foram tomadas individualmente, regidas por interesses pessoais, causando inúmeras divergências. Conforme ilustra a afirmação de uma cooperada sobre os conflitos que eram ocasionados “*por causa das peças com defeitos, divergências pessoais e por diferença de salários e cargos*” (E. K.)<sup>46</sup>. Outro motivo foi que os cooperados não estavam cumprindo o horário de trabalho e por isso, comprou-se um cartão ponto.

Os conflitos estabelecidos culminaram na elaboração de um Regimento Interno (2002) que determinava que “a falta ao dia de trabalho, mesmo quando comprovada via atestado médico acarretaria a perda do dia, mais descanso semanal” (p. 03). Assim como se definiu “a adoção do Relógio Ponto” para garantir a “produção e prestação de serviços” (04). Entretanto, segundo o mesmo Regimento, a utilização do relógio ponto não “caracteriza cobrança de horas”, pois seria utilizado “única e exclusivamente para melhor distribuir as retiradas de cada cooperado” (2002, p. 04). A cultura do trabalho assalariado e subordinado prevaleceu e várias regras disciplinares no trabalho foram criadas, como: controle de presença, horários e faltas.

Além dos conflitos evidenciados no processo inicial do empreendimento, a Cooperativa vivenciou diversos limites para concretizar seus objetivos e para viabilizar-se economicamente.

Na contramão das pretensões iniciais dos cooperados, a Fino Toque iniciou suas atividades de produção e de confecção prestando serviços terceirizados para facções, devido à falta recursos financeiros para compra de matéria-prima e, pela inexistência de condições para desenvolvimento de uma linha própria de produtos. Esses produtos terceirizados foram basicamente: camisetas pólos, camisetas básicas e roupas infantis.

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida a ITCP/FURB, s/d.

Posteriormente, com apoio da assessoria da ITCP, iniciou-se o processo de confecção de uma linha própria - produtos direcionados ao público feminino, como calça de suplex, corsários, tops, batas e roupas sob medida. A venda de produtos da linha própria passou a ser feita por meio de sacoleiras e do posto de venda, localizado junto ao espaço físico da Cooperativa. Alternativa encontrada foi a comercialização em feiras solidárias, por exemplo, a de Santa Maria e da Amizade. A viabilização de uma linha própria foi prejudicada pelo pouco conhecimento técnico dos cooperados em relação ao desenvolvimento dos produtos, processo de produção e de comercialização.

Algumas das dificuldades de produção podiam ser imputadas à rígida divisão sócio-técnica do trabalho, mas outras, ao domínio do processo produtivo e nas dificuldades de superação da relação hierarquizada vivenciadas entre os cooperados. O estatuto da Cooperativa previa a hierarquização e a diferenciação remunerativa entre quem administra e quem produz. De acordo com Estatuto Social, art.61, “a remuneração mensal do Conselho de Administração e dos demais Cooperados será definida em Assembléia Geral, podendo haver diferença entre a menor e a maior retirada, em até quatro vezes”. Este foi outro motivo de conflito e descontentamento dos cooperados que atuavam na produção.

A divisão sócio-técnica do trabalho na Cooperativa seguia os princípios da produção capitalista e foi sustentada nas relações sociais antagônicas. Esta separação, descrita em Motta (1981), caracteriza-se como um processo de “heterogestão” - um modo de gestão no qual existia a separação entre concepção e execução do trabalho, ou seja, existia hierarquia na organização do trabalho, à medida que um grupo se encarregava de conceber e o outro de realizar.

Em relação à autonomia e à auto-sustentação, a Fino Toque, desde a sua fundação conviveu com dificuldades de efetivá-los na prática, evidenciando limites sociais, econômicos, políticos e técnicos.

Outra questão evidenciada pelos cooperados no processo de entrevista estava ligada ao processo de incubagem pelo qual a Cooperativa passou e passa. O acompanhamento técnico da Incubadora tem mantido como objetivo central auxiliar a cooperativa no caminho da auto-sustentabilidade econômica e da própria autogestão. Entretanto, segundo relatos, no processo de assessoria verificaram-se dois momentos distintos: um que pressupunha o acompanhamento sistemático e de disponibilização de uma gama de técnicos para apoio ao empreendimento, e outro, adverso, após vivenciar as dificuldades de viabilização econômica e de autogestão, um movimento de retração de apoio e ausência de acompanhamento e, principalmente, de instrumentalização para o processo de autogestão.

Outros limites vivenciados foram: perdas salariais; aumento da jornada de trabalho; dificuldades de relacionamento interpessoal e de experimentação da autogestão; obsolescência dos equipamentos; necessidade de custeio (pagamento dos impostos, aluguel, taxas de água, luz e telefone); gastos com compra de matéria-prima e a provisão dos salários das pessoas contratadas. Essas dificuldades resultaram no desencanto de vários cooperados que solicitaram a exclusão do quadro social e do trabalho coletivo. Atualmente, a Fino Toque conta com apenas duas cooperadas que atuam e viabilizam sua renda através da Cooperativa.

#### 4.5 TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS COOPERADOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DESTE GRUPO DE TRABALHADORES

O universo de trabalhadores da Fino Toque que constituíram o quadro social era basicamente formado por pessoas do sexo feminino. Dos 15 entrevistados, 80% (12) da amostra são trabalhadoras, com três exceções (em números absolutos) que representam 20% do total. Em relação ao estado civil, os resultados indicam que 12 dos trabalhadores estão casados e/ou vivem em união de *facto* e três estão solteiras.

Os entrevistados possuem grau de escolaridade variado. Entretanto, 10 possuem ensino fundamental, quatro têm o ensino médio e um possui ensino superior. Destes, todos possuem algum curso de qualificação profissional, sendo citados os seguintes: computação; telefonista e recepcionista; custos; cooperativismo; vendas; técnico em soldas; cronometragem básica; chefia e liderança; contabilidade; costura industrial e gestão de qualidade. Muitos dos cooperados foram capacitados na própria Escola de Costura da Maju, que oferecia cursos de qualificação profissional.

A amostra indicou também que 13 dos entrevistados são migrantes provenientes de outros municípios do Estado de Santa Catarina, entre eles: Armazém, Canoinhas, Dona Emma, Ibirama, Itajaí, Lages, Massaranduba, Mirim Doce, Nova Trento, Pomerode, Otacílio Costa, Rio do Sul e Taió e que dois dos entrevistados são naturais de Blumenau. Esse município constituiu-se numa referência socioeconômica na Região do Vale do Itajaí, tanto no que se refere à geração de empregos como em atendimento sócio-assistencial. As entrevistas (re) afirmam que muitos destes migrantes mudaram-se para Blumenau, com a expectativa de trabalhar nas grandes indústrias, especialmente no setor têxtil. Um depoimento que ilustra a

realidade da migração foi concedido por E.P., ex-cooperado da Fino Toque, que menciona que a vinda para Blumenau

foi uma mudança de vida. No meu caso aconteceu o seguinte: na década de 80, a construção civil caiu muito, por causa de falta de financiamento. O governo cortou os financiamentos para as construtoras. Construtoras que construíam condomínios. E daí o emprego nesta área ficou muito raro. Morava em Itajaí, mudei de cidade. Comecei procurando emprego na minha área, mas como estava difícil! Eu tinha família para sustentar, tinha três filhos. Os filhos tinham que estudar. Então, pensei, vou pegar o primeiro emprego que aparecer na minha frente, a primeira oportunidade que aparecer vou abraçar. Até que fui contratado pela Malwee. Comecei na Malwee, na área de corte, como aprendiz (E.P)<sup>47</sup>.

Referentes à idade, sete das pessoas entrevistadas possuíam entre 31 a 40 anos e quatro entre 41 a 50 anos, três entre 22 e 30 anos e uma possuía 21 anos. Aproximadamente 74% da amostra são trabalhadores com a faixa etária entre 30 e 50 anos, o que evidencia tratar-se de pessoas com qualificação profissional e que haviam trabalhado anteriormente no setor têxtil e vestuário e de forma regular em outras indústrias do município.

O tempo de trabalho no emprego anterior é superior a 10 anos para 60% dos entrevistados, confirmando que são trabalhadores com larga experiência na profissão, desenvolvendo atividades de costura, supervisão de costura e revisão, inspeção de qualidade, manutenção de máquinas, entre outros.

Quanto ao setor de atuação, quatro continuam exercendo atividades no ramo têxtil, seis no setor do vestuário e cinco atuam em outros setores da economia (metalúrgico, financeiro e de serviços). Entre os cooperados, sete retornaram à condição de trabalhadores assalariados em empresas do setor e/ou em facções e um é trabalhador autônomo. Outros cinco ex-cooperados/as deixaram de atuar no setor para trabalhar na área administrativo-financeira de empresas de outros setores (bancário, contábil, segurança, saúde) e uma trabalha como auxiliar de serviços gerais.

Em relação aos cooperados que não atuam mais no setor, destaca-se que não possuíam uma trajetória ocupacional no setor têxtil e vestuário e possuíam entre 21 a 28 anos. Com exceção de um trabalhador, que trabalha no administrativo da Empresa Hering e que desligou-se da cooperativa e deixou de atuar no setor após a conclusão do curso superior em Economia.

Os jovens enfatizaram a rejeição ao trabalho na produção, manifestando um sentimento de “horror ao trabalho na fábrica” e mencionaram que prestaram esse serviço pela

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida a Claudia Sombrio Fronza em 23/01/2006.

necessidade de trabalhar e pela falta de oportunidades no mercado de trabalho. Essa constatação também é afirmada pelo Presidente do SINDIVEST:

O jovem olha para o pai e para mãe, pega a carteira profissional, olha e diz assim: o meu pai e a minha mãe trabalharam 40 anos dentro de uma empresa têxtil. Daí ele olha para o pai, o pai está lá raquítico, doente, sem plano de saúde, está acabado, às vezes, com 55 ou 60 anos, sem perspectiva nenhuma de vida, pedindo para morrer a qualquer hora, porque ele perdeu a vontade de viver. A mãe dele a mesma coisa. Aí ele, jovem, dá uma parada e bota o pé no freio e diz assim: espera aí, porque que eu tenho que seguir o caminho dos meus pais, se eu sei que este é o meu destino? Eu vou fazer outra coisa.

Quanto aos sindicatos da categoria, oito destes afirmaram estarem sindicalizados. Destes, seis estão vinculados ao SINDIVEST; um ao SINTRAFITE e outro ao SIMETAL. Contudo, os trabalhadores que atuam de forma cooperativada não mantêm vínculo com o Sindicato do setor, assim como, as pessoas que trabalham no setor administrativo-financeiro.

Cabe ressaltar, que da mesma forma que os cooperados não são sindicalizados, constata-se que a atuação dos Sindicatos, mantém-se para a manutenção do emprego, não existindo apoio e o reconhecimento às experiências autogestionárias, como uma alternativa de gerar trabalho e renda, pautada na construção de relações mais justas e igualitárias. Os trabalhadores de experiências coletivas não contam com apoio das instituições, acima citadas para sua representação.

O quadro abaixo evidencia aspectos relevantes da condição da precarização de trabalho e as diferenciações internamente ao processo de trabalho citados nos questionários e entrevistas.

<b>QUADRO 1 - CONDIÇÃO DA PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO</b>								
<b>Relação trabalhista</b>	<b>Jornada de trabalho</b>	<b>Horas médias trabalhadas (por dia)</b>	<b>Indicadores para cálculo de salário</b>	<b>Remuneração média</b>	<b>Período de recebimento</b>	<b>Conhecimento sobre o processo de trabalho</b>	<b>Autonomia no trabalho</b>	<b>Gestão</b>
Cooperado	Variável e prolongada	12 horas	Variável, calculado a partir do débito das perdas e da definição das sobras.	½ salário mínimo a um salário mínimo	Variável, após o pagamento de todos os débitos.	Conhecem o processo de gestão administrativa, financeira, comercial e de produção.	São os próprios cooperados que definem a produção, técnicas e o tempo.	Democrática e participativa
Empregado	Fixa	8 horas	Fixo + prêmio de produção e/ou pagamento de horas extras trabalhadas	1 ½ salário mínimo a três salários mínimos <sup>48</sup>	Fixo, pago no 5º dia útil de cada.	Conhecem apenas o processo de produção – desconhecem informações sobre a gestão administrativa, financeira e comercial da empresa.	Não possuem autonomia para definir produção, técnicas e tempo.	Hierarquizada

Fonte: Elaborado por Claudia Sombrio Fronza, a partir das informações disponibilizadas pelos cooperados e ex-cooperados da “Fino Toque”.

<sup>48</sup> Valores calculados e praticados no mercado, após a definição de piso salarial da categoria (têxtil e/ou vestuário).

Conforme o Quadro 1, as pessoas que trabalham por conta própria como cooperado possuem uma jornada de trabalho<sup>49</sup> variável e prolongada, de acordo com as necessidades do mercado, da produção e da comercialização. Há um processo de "auto-exploração", na medida em que os trabalhadores são forçados a ampliar a sua jornada de trabalho e reduzirem sua remuneração para aumentar sua competitividade no mercado, ou mesmo, para manter sua sobrevivência.

A deterioração nas condições de trabalho é visível no plano econômico com a redução da remuneração média. Acentuou-se, também, a precariedade nas condições de trabalho devido à falta de registro em carteira, à supressão dos benefícios que acompanham o salário e a instabilidade no ritmo de trabalho e no recebimento.

A perda dos direitos trabalhistas foi uma das desvantagens visualizada por uma cooperada:

Na grande empresa você tem o seu salário fixo, você não se preocupa com nada, você vai trabalhar, você faz a sua produção, você sabe que vai receber, você tem férias, você tem 13º salário, você tem plano de saúde, você tem ajuda no passe, as refeições são bem em conta, tem bastante vantagem. Só que na empresa você não se sente tão livre pra fazer o que você quer ou não quer(A. R.)<sup>50</sup>.

Segundo Singer (2003b), alguns trabalhadores têm saudades dos tempos do patrão, à medida que precisam preocupar-se com os resultados do trabalho. Paulo Freire (1987) ressalta o “*medo da liberdade*” e das respectivas responsabilidades que advêm desta condição. Desta maneira, alguns trabalhadores poderiam preferir a “*opressão segura à liberdade arriscada*” (FREIRE, 1987). Segundo uma cooperada da Fino Toque, ao ingressar numa cooperativa “*as pessoas devem estar preparadas para serem autônomas, terem iniciativa, diferente de uma empresa em que tudo é determinado (A R)*”<sup>51</sup>. Outra cooperada diz ser uma “*responsabilidade muito maior de trabalhar na cooperativa, porque*

---

<sup>49</sup> A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. Uma das partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário a reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. A jornada de trabalho é, portanto determinável, mas considerada em si mesma indeterminada (um dia de trabalho pode ser longo ou curto). [...] O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário, o qual seu valor de uso lhe pertence durante a jornada (MARX, 1968, p.262).

<sup>50</sup> Entrevista a Cláudia Sombrio Fronza, em 05/01/2006.

<sup>51</sup> Entrevista a Cláudia Sombrio Fronza, em 05/01/2006.

*na empresa você sabe que no fim do mês você terá seu salário e na cooperativa você só recebe se produz” (E.P).*

Um dos motivos do desligamento desses trabalhadores da Cooperativa foi a pressão familiar por retorno financeiro. Os familiares pressionaram os cooperados a entrar “*de qualquer maneira*” num mercado de trabalho assalariado para “*trazer dinheiro para casa*” (E. P).

Entre os cooperados, percebe-se que o risco assumido no engajamento da proposta autogestionária é maior do que o trabalho assalariado e resulta em muita insegurança, por isso, não é raro o trabalhador preferir outro emprego assalariado com remuneração e condições de trabalho inferiores àquelas anteriormente obtidas, em detrimento da responsabilidade que assume como cooperado.

A viabilização da nova cooperativa depende da recuperação da clientela, dos fornecedores e dos créditos da antiga empresa. O fato que muitas vezes não é alcançado levando os trabalhadores a desistirem do empreendimento. Para os que persistem, é um tempo muito duro, “é o chamado período heróico, que pode durar meses, no qual os trabalhadores às vezes não conseguem sequer um rendimento de subsistência” (SINGER, 2002, p. 90).

Portanto, por inúmeras situações e dificuldades, atualmente estão trabalhando na Cooperativa cinco costureiras e uma revisora. Destas uma costureira e a revisora são cooperadas, pertencente ao núcleo fundador e as outras costureiras têm contrato de trabalho regido pela CLT e possui uma jornada de trabalho em média 6 horas/diária. As cooperadas trabalham em média 12 horas.

Outro dado importante a considerar é que para atender as exigências legais cooperativistas, as cooperadas incluíram ao quadro social seus familiares e amigos, os quais segundo A.R. “*não vão trabalhar na Cooperativa, são todas pessoas que já tem o seu serviço e que prestam serviços para nós, por exemplo, tem o meu marido, ele faz compra de tecidos, [...] ele é tipo motorista, [...] tem o meu cunhado que vai entrar e fazer o trabalho de eletricitista, e, outras pessoas [...] que vendem as peças*<sup>52</sup>”.

---

<sup>52</sup> Entrevista a Claudia Sombrio Fronza, em 05/01/2006.

#### 4.6 A MATERIALIDADE DAS DIFICULDADES DE VIABILIZAÇÃO DA FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA E O DESENCANTO COM A PROPOSTA DA AUTOGESTÃO

O capitalismo cria, constantemente, formas de contra-revolução para desenvolver-se e manter-se vigente, inovando os instrumentos de produção e as relações sociais, ou ainda, cooptando as estratégias de enfrentamento dos trabalhadores. Na sociedade capitalista são diversas as dificuldades vivenciadas para viabilização dos valores autogestionários, especialmente de contraposição aos valores socialmente construídos e de rompimento com esse modo de produção.

No contexto da reestruturação produtiva, as experiências de economia solidária emergem e alastram-se como um meio de gerar trabalho e renda aos trabalhadores, mas também, como um meio de amenizar a crise do capital e dar respostas ao desemprego.

Antagônica e contraditória, a Fino Toque tem buscado dar resposta à eminência de interesses conflituosos na sociedade capitalista e ambicionando proporcionar aos trabalhadores a conquista da autonomia, condições de auto-sustentação e a vivência de valores de cooperação e solidariedade.

Entretanto, apesar de tantos impasses, a Fino Toque, igualmente a inúmeras cooperativas existentes no país, constituem-se em especial para Singer (2003) e Boaventura Santos (2002), uma modalidade da economia solidária que tem como base à negação da separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção, contrariando os princípios capitalistas de acúmulo de lucro nas mãos de um reduzido número de proprietários do capital.

No trabalho cooperado os associados são solicitados a desempenharem tarefas variadas. Todavia, enquanto a polivalência assume uma característica importante nos estudos atuais acerca do trabalho, ela se torna “desqualificante” pela intensificação do trabalho por meio do acúmulo de várias tarefas. O padrão flexível de organização do trabalho resulta em trabalho polivalente para um reduzido número de trabalhadores que constitui a ponta final da cadeia produtiva, sobretudo dos setores mais atrasados, como

ocorre na Fino Toque: o trabalho flexível converte-se em trabalho marcado pela insegurança.

A instabilidade é outra marca desta forma de organização, pois a manutenção depende tão somente da intensidade da produção e do trabalho empreendido pelos cooperados. Um fator preponderante para o desencanto dos mesmos é a baixa remuneração, com recebimento de pagamentos inferiores ao salário mínimo estabelecido nacionalmente, desprovido de qualquer benefício e com ampliação da exploração do trabalho.

Na Cooperativa? Eu não achei vantagem nenhuma. No começo, foi uma ilusão. Um queria mandar, outro queria mandar, todo mundo queria mandar e ninguém queria trabalhar. Só queriam ganhar, mas bem no final a gente não ganhou nada (E.K)<sup>53</sup>.

O processo de desencanto não é apenas motivado pelos limites pessoais de gerir a cooperativa ou pelo aumento das responsabilidades assumidas pelos trabalhadores. O desencanto tem bases na materialidade, como pode ser visto no quadro abaixo:

---

<sup>53</sup> Entrevista a Claudia Sombrio Fronza, em 05/01/2006.

**QUADRO 02 - IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Forma Jurídica	Estrutura organizacional	Atividades desenvolvidas	Critérios de contratação e associação	Produção	Processo de Comercialização	Períodos de Sazonalidade
Cooperativa <sup>54</sup>	Não tem definidas atribuições e operações de cada cooperado	Assessoria externa Contabilidade, contas à pagar e receber; modelagem; corte; costura; acabamento; reformas de roupas e comercialização.	Não tem critérios para ser associado, apesar de definido no regimento interno.	Não terceirizam a produção e não tem metas definidas para produzir	Comercializam o produto acabado, por meio do posto de venda na própria Cooperativa e por vendedoras autônomas (saco leiras)	Abril Maio Setembro Outubro
Propriedade coletiva Empresa <sup>55</sup>	Híbrido Modelo de produção Taylor/toyotista	Equipe especializada interna Seleção de pessoal; setor de gerenciamento administrativo, contábil e financeiro; comercialização; marketing; manutenção de maquinários; criação de estilos e modelos.	Conforme necessidade e com pré-definição de competências (funções).	Tem definida a produção de acordo com a comercialização do produto e/ou por encomenda. Terceirizam a produção, de acordo com a demanda.	Comercializam o produto acabado, por meio de representantes comerciais, lojas próprias, clientes fixos e/ou a partir de encomenda de magazines.	Janeiro Fevereiro
Propriedade privada (investimento privado)	Administrativa e Financeira; Produção; Comercial; Desenvolvimento do Produto Tem definido a atribuição de cada empregado					

<sup>54</sup> Segundo Veiga & Fonseca, (2000, p.77) “uma sociedade cooperativa funciona democraticamente, com no mínimo 20 pessoas. Seu objetivo principal é a prestação de serviços aos seus associados. Os sócios são donos e usuários. Cada associado tem direito a um voto nas assembleias e as associações entre sócios cooperados dão-se em cima de propostas. O controle é democrático. As cotas não podem ser transferidas a terceiros. Afasta ou disciplina as ações dos intermediários. Os resultados retornam aos associados de forma proporcional às operações efetuadas com a cooperativa. Aberta à participação de novos associados, defende preços justos e promove a integração entre cooperativa. O compromisso é educativo, social e econômico. Nas assembleias gerais o quorum é baseado no número de integrantes presentes”.

<sup>55</sup> Conforme Veiga & Fonseca, (2000, p.77) “a sociedade de capital/mercantil funciona hierarquicamente, com no mínimo uma pessoa. Seu objetivo principal é o lucro. Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores. Cada ação ou cota corresponde a um voto nas assembleias. As associações dão-se majoritariamente entre os que detêm mais capital na empresa. O controle é financeiro. As ações ou quotas podem ser transferidas a terceiros. Os empresários são, muitas vezes, os próprios intermediários. Os resultados retornam a seus associados proporcionalmente ao número de ações de cada um e podem limitar a quantidade de acionistas. Defende o maior preço possível. Promove a concorrência entre as empresas. Nas assembleias gerais, o quorum é baseado no capital presente”.

No quadro<sup>56</sup> observa-se a divisão das tarefas administrativas e operacionais. Na Cooperativa a estrutura organizacional não pressupõe hierarquia. Não há definição clara de responsabilidades e também não há divisão de áreas como marketing, recursos humanos, planejamento e vendas. Todas essas atividades, quando realizadas, acabam sendo de responsabilidade da própria coordenação ou diretoria administrativa. No caso específico da FinoToque, pelas duas cooperadas que mantêm-se no quadro social.

Na Fino Toque, as decisões sobre a gestão e o processo de trabalho são deliberadas na Assembléia Geral e nas reuniões de cooperados. Essas deliberações são executadas pelo Conselho Administrativo. A fiscalização das ações cabe ao Conselho Fiscal e ao conjunto de cooperado. Porém, a simples definição e o estabelecimento dos órgãos deliberativos e fiscalizatórios de uma cooperativa não garantem que seu funcionamento na prática seja transparente, participativo e democrático. Para que a cooperativa seja efetivamente autogestionária, outras ações e formas de organização e participação podem e devem ser utilizadas para que sua forma jurídica organizacional assuma sua função efetiva de sociedade de pessoas que funciona democraticamente, cujo objetivo principal é a prestação de serviços aos associados. Quanto aos critérios de associação, verifica-se que a organização cooperativa não tem conseguido ampliar o quadro social. Dependendo da demanda de produção realiza contratações de costureiras, o que dificulta o controle democrático e uma gestão coletiva.

Na organização empresarial os empregados têm definido suas atribuições hierarquicamente, não têm autonomia para deliberar sobre o processo de trabalho e não são divididos os lucros igualitariamente. A organização empresarial é uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente, com o objetivo principal de gerar lucro. Na organização empresarial a contratação de profissionais depende da necessidade do capitalista com pré-definição de competências para admissão. O controle financeiro da empresa é realizado pelos donos, ou seja, a apropriação do resultado do trabalho é privada (VEIGA e FONSECA, 2001). O processo de comercialização das empresas citadas pelos ex-cooperados é estável e com mercado consumidor consolidado.

---

<sup>56</sup> Esse quadro foi elaborado tendo como base as empresas: Corti Blu, KLS Têxtil, Sidale, Kako Confecções, Fluace, Garba Uniformes e Confecções, que existem há mais de 10 anos em Blumenau e a experiência da Fino Toque.

Na Fino Toque, os cooperados não possuem canais de comercialização materializado, não têm estratégias de marketing, não possui postos de venda com maior visibilidade e encontram dificuldades em inserir-se neste mercado altamente competitivo. Essa diferenciação é acentuada porque a cooperativa não possui laços de comercialização autogestionários. Segundo Silva, engenheiro de produção, que prestou assessoria à Fino Toque

Os limitadores para viabilização do empreendimento foram a própria competência técnica das pessoas, o canal de distribuição que não existia e que eles estavam alavancando, por isso muitas dúvidas surgiram. Até por serem pessoas que vinham de uma linha de produção e não tinham um conhecimento muito apurado da área mercadológica acabavam imaginando algo, que quando a gente imagina às vezes não é o que acontece na prática. Então tudo isso acabou afetando o trabalho deles. Depois surgiram divergências entre as pessoas que estavam conduzindo o negócio, o perfil e as posturas diferentes, tudo isso contribui negativamente para o sucesso do empreendimento. Se uma empresa quando está totalmente afinada com as pessoas tecnicamente capacitadas, com canal de distribuição bem definido, com um produto definido, também enfrentam dificuldade de se viabilizar. Imagina a Cooperativa que não tinham praticamente nada, eles tinham máquinas e algumas pessoas que tinham boa vontade para querer fazer, mas hoje neste negócio boa vontade não basta. A Fino Toque, não tinha claro em que mercado iria atuar, não sabia se iria trabalhar como faccionista, ou iria investir em sua marca, iria trabalhar com moda masculina, feminina, iria produzir produto de algodão e/ou sintético, ou seja, vivenciavam uma crise de identidade (A.S, engenheiro de produção).<sup>57</sup>

Na Cooperativa justifica-se seu insucesso pela ineficiência na organização do processo produtivo, a indefinição de metas à produção e limites de identificação dos períodos de sazonalidade (fatores estes definidos e conhecidos pelas empresas). De acordo com Silva, a falta de conhecimento e controle pode ser justificada pela pouca experiência das cooperadas na gestão de produção.

---

<sup>57</sup> Entrevista a Claudia Sombrio Fronza, em 16/01/2006.

A Fino Toque ela tinha um modelo empírico que vinham das pessoas que trabalhavam em outras empresas, que imaginavam que esta era a forma e acabavam aplicando. Então, era uma mistura de tudo. Não tinha um formato próprio, era um formato de uma linha tradicional com umas pinceladas de organização para células de manufatura, então eles ouviam falar na época que existiam células que agrupavam as pessoas, mas eles não tinham a técnica de como se fazia e a proposta era justamente esta de organizá-los de uma forma que pudesse ganhar produtividade (A.S, Engenheiro de produção)<sup>58</sup>.

Ainda referendando assessor técnico, as discussões estratégicas na Fino Toque, como a definição de novos produtos, novos mercados, parcerias, definição de preços, entre outros, são fortemente marcadas pelo “amadorismo”, pelo pouco conhecimento técnico do mercado. Visualiza-se que o empreendimento não inova e cria para mercado e sim se adapta a ele. Um exemplo disso é o lançamento das coleções que sempre ocorrem dois meses após as empresas estruturadas lançarem seus produtos, o que comprova que reproduzem as peças já disponíveis no mercado e em comercialização. Porém, cabe perguntar, se existisse uma eficiente formação administrativa a Fino Toque se viabilizaria?

A Cooperativa organizada, não encontra condições equitativamente favoráveis à vivência de um modelo social de reprodução justa e igualitária, pela falsa ilusão de conquista dos meios de produção e de autonomia. A apropriação dos resultados do trabalho dos cooperados e a comercialização e venda de seus produtos estão submetidos às relações estabelecidas no mercado capitalista.

Imbricada, a essa realidade, a Fino Toque, que aparentemente desponta como uma alternativa de superação da precarização das condições de trabalho, pelos ex-funcionários da Maju, no plano prático vivencia a ampliação da exploração da força de trabalho.

A construção de relações autogestionárias se dá permeada por interesses antagônicos, exigindo dos cooperados constante aperfeiçoamento organizacional, a partir de uma aprendizagem permanente que necessita conciliar as questões técnicas e administrativas com a complexidade do processo de produção, como também, o desenvolvimento de novas formas participativas de tomada de decisões. Essas dificuldades vivenciadas pelos cooperados devido à complexa divisão social do trabalho e a identificação da cooperativa como uma empresa.

---

<sup>58</sup> Entrevista a Claudia Sombrio Fronza, em 16/01/2006.

No plano prático, a Cooperativa esteve delimitada ao processo de industrialização e as formas concretas que o trabalho vem assumindo na atualidade, esbarrando nos limites estruturais da produção capitalista e não na pouca qualificação de seus cooperados. Pois, compreende-se que a sociedade capitalista impõe inúmeros limites e obstáculos a viabilização de empreendimentos autogestionários.

As forças do trabalho em seu processo de organização coletiva enfrentam a novidade do início do século XXI, qual seja a destruição do pressuposto do capital (o assalariamento) o que é um problema em especial para aqueles que só podem viver vendendo a sua força de trabalho. Na Cooperativa, esses trabalhadores, ainda necessitam vender sua força de trabalho e manter a relações capital-trabalho estabelecida no capitalismo, sem encontrar as condições favoráveis à vivência da autogestão e o fortalecimento da economia solidária.

Contudo, a vivência da experiência autogestionária, não é só problema, é, no mínimo, um terreno fértil para ampliar as reflexões sobre a transitoriedade, da necessidade imediata de viabilizar alternativas de geração de trabalho e renda, buscar formas de qualificação das condições de vida e viver e principalmente de aglutinação das forças de trabalho. Nesse sentido reafirma-se a importância das reflexões sobre potencialidades das experiências autogestionárias, sobretudo, naquilo que pode fragilizar o controle do hegemônico do capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Blumenau, até a década de 1990, é conhecido como um dos principais pólos fabris brasileiros, por concentrar as maiores indústrias têxteis e vestuaristas, como por exemplo: Hering, Artex, Sul Fabril, Cremer, Teka, Altenburg, Maju, entre outras, geradoras de mais 50% do total de empregos microrregionais. Entretanto, após esse período, vários estudos apontam evidências de crises de desenvolvimento, ocasionados pela concentração monoindustrial, pouca diversificação de atividades produtivas, abertura do mercado mundial, aumento da competitividade e introdução de novas tecnologias.

No setor têxtil e vestuário, essas crises concentram-se especialmente entre 1995 e 2002. Desde então, os trabalhadores blumenauenses vivenciam inúmeras transformações na relação capital-trabalho. Entre essas mudanças percebe-se a redução dos grandes parques produtivos, uma forte tendência a informalização do processo trabalho, a emergência de inúmeras empresas prestadoras de serviço de médio e pequeno porte, bem como, a constante substituição do emprego pela ocupação em tempo parcial ou sem jornada de trabalho definida. Todavia, essa pesquisa demonstrou diferenciações entre a realidade dos trabalhadores de ambos os setores e a existência de duas organizações de representação sindical.

Essas mudanças sentidas pela classe trabalhadora, por meio da redução no número de trabalhadores nas indústrias, o crescente desemprego e a redução salarial. Lembra-se que no setor têxtil entre 1995-2001 a evolução de empregos não ultrapassou 0,8% com perdas salariais de até 24,8%. No setor do vestuário esta evolução foi negativa (-30,05%) e o achatamento salarial atingiu (-42,4%).

A desconstrução salarial e empobrecimento da classe trabalhadora tornam-se problemas sociais. A relação capital-trabalho aparece metamorfoseada em “novas” formas de trabalho. Estas aparentemente representam para os trabalhadores a reconquista da liberdade e da autonomia no processo de trabalho e de produção. Porém, muitas vezes precarizam, a condição de trabalho e vida. Em Blumenau essas “novas” formas de trabalho evidenciam-se na constituição de facções domiciliares, na prestação de trabalho individual

em domicílio, na emergência de cooperativas induzidas de costureiras, entre outros. O trabalho apresenta novo significado e formas de realizá-los. Atividades tidas como ultrapassadas, agora são reinventadas como relações modernas e necessárias.

Neste contexto, no final de 1980, quando essas mudanças processam-se e existe a pulverização dos sindicatos, emerge o SINDIVEST. Para representar os interesses dos trabalhadores do vestuário e organizá-los, com vista ao questionamento da relação exploração e opressão que estão sujeitos no processo de venda da força de trabalho. Para representar os trabalhadores da cadeia produtiva têxtil passam a existir dois Sindicatos: o SINTRAFITE (1941) e o SINDIVEST (1989). A atuação de ambos os Sindicatos esteve e está, apesar dos limites, pautada na crítica na sociedade capitalista da relação capital-trabalho e na luta pelos direitos sociais e pela qualificação das condições de trabalho. Verifica-se que os Sindicatos, neste momento de transição, atuam dentro de suas possibilidades e apoiando as iniciativas e estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, sem saber ao certo se as experiências materializaram ganhos e alternativas de qualificação da vida. Contudo, salienta-se que seus esforços e negociações centram-se na manutenção do trabalho assalariado, apesar de constatar-se a política inversa em curso. As novas formas de trabalho são consideradas câncer a serem combatidos.

Nesse processo, surge a Fino Toque Têxtil Cooperativa, no ano de 2002. Após o fechamento da unidade de produção da Fábrica Maju, integrante do Grupo Marisol, que demitiu 390 trabalhadores. A Maju (re) territorializou a produção e seus investimentos para outras cinco unidades catarinenses e uma unidade no Nordeste do país.

A Fino Toque constitui-se como a primeira cooperativa têxtil, legalizada em Blumenau, organizada para dar resposta à crise do capital, que assolava o setor. A Cooperativa fundada por 26 destes trabalhadores e tendo como objetivo principal gerar trabalho e renda e viver relações autogestionárias. Essa experiência apoiada e incentivada por várias organizações públicas e privadas, entre elas: a ITCP/FURB, o Sindicato Têxtil, ANTEAG, SEBRAE e poder público.

De imediato, a Cooperativa começa suas atividades de produção e confecção terceirizando seus serviços para outras empresas, por não possuir condições econômicas para compra de matéria-prima e para o desenvolvimento de uma linha própria de produtos, apesar de receber um apoio inicial. Sob essas condições o trabalho produtivo nesse ramo do

vestuário é complexo e requer altos investimentos para aquisição de insumos, matéria-prima e tecnologias, que viabilizaram possibilidades de acesso e competitividade no mercado capitalista. Porém, a Fino Toque, não possuía recursos financeiros, assim como, nem todos os cooperados dominavam o processo produtivo, alguns realizavam apenas algumas funções operativas.

Além dessas dificuldades iniciais na formação da Cooperativa, outros limites foram vivenciados por esses cooperados, entre eles: perdas salariais; aumento da jornada de trabalho; dificuldades de relacionamento interpessoal e de experimentação da autogestão. Essas dificuldades fizeram com que vários cooperados solicitassem a exclusão do quadro social, desacreditados no trabalho coletivo e na proposta da autogestão, porém principalmente pela necessidade de prover a subsistência. Atualmente, a “Fino Toque” conta com apenas duas cooperadas e três empregados trabalhando pela Cooperativa.

Algumas potencialidades desta experiência, a ousadia dos trabalhadores pensarem estratégias de trabalho coletivo, não assalariado; o investimento e apoio conquistado, a organização e participação da Rede de Economia Solidária e o desejo inicial de viver a autogestão e pensar formas de resistência e luta.

A Fino Toque, no contexto de complexificação do processo de trabalho e de produção, de precarização das relações de trabalho e das condições de vida, esta delimitada pela expansão industrial e as formas concretas que foi assumindo o trabalho ao longo do século XX e XXI. A experiência da Cooperativa é pleiteada numa região capitalista, que impõe inúmeros limites à viabilização econômica da cooperativa e de fortalecimento às vivências autogestionárias. Finalmente, as dificuldades vivenciadas pelos cooperados não são frutos da “desqualificação” dos sujeitos ou da ausência de assessoria técnica competente, mas sim da sociedade na qual eles estão inseridos. As experiências de transição por sua própria natureza representam o novo dentro do velho, que quer se mostrar, mas não pode se mostrar.

Esse trabalho possibilitou visualizar-se os limites, desafios e potencialidades das experiências autogestionárias na sociedade capitalista, o dimensionamento das forças do trabalho que se tem constituído, espriando o inconformismo e pinceladas de esperança.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Coleção: Primeiros Passos, 171).
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AUED, Bernardete Wrublewski, et al. **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.
- AUED, Bernadete W (Org.), et al. **Cooperativas autogestionárias, processo de trabalho e geração de renda em Santa Catarina**, Não Publicado, mimeo, 2005.
- AUED, Bernardete W. **Histórias de profissões em Santa Catarina**: ondas largas “civilizadoras”. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.
- AUED, Bernardete. **Os significados do Desemprego**. NÃO PUBLICADO, 2005, mimeo.
- BARRETO, Margarida. A indústria do vestuário e a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. In: **Cadernos de Saúde do Trabalhador**. CUT-INST, nov/2000.
- BARROSO, Gustavo. **Brasil – Colônia de Banqueiros**. Porto Alegre; Revisão, 1989.
- BLUMENAU. Prefeitura Municipal de Blumenau. **Dados Sócio-Econômicos da Cidade de Blumenau**. Disponível em: [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br). Acesso em: 10 out. 2003.
- \_\_\_\_\_ **Dados Sócio-Econômicos da Cidade de Blumenau**. Disponível em: [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br). Acesso em: 09 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da fazenda. Movimento Econômico. Disponível em: <<http://www.blumenau.sc.gov.br/MovEcon/2005/Ativ.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

BRASIL. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Disponível em: <[www.mte.gov.br/Trabalhador/CLT/Conteudo/CLT1.zip](http://www.mte.gov.br/Trabalhador/CLT/Conteudo/CLT1.zip)>. Acesso em: 18 fev. 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

CAMPOS, Ginez L. R. BLOIS Henrique D. Reestruturação produtiva e terceirização cooperativista: geração de emprego e renda ou precarização das condições de trabalho? In: TEDESCO João C. CAMPOS, Ginez L.. (Orgs). **Economia solidária e reestruturação produtiva (sobre) vivências no mundo do trabalho atual**. UPF, Passo Fundo: 2001, p. 73-95.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

COLOMBI, Luiz Vendelino. **Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da Gebrüder Hering 1880 a 1915**. Florianópolis, 1979. Dissertação (Mestrado em História). Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução Econômica Industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado Corporativista: o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau 1941-1980**. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em História), Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina.

DIEESE. **Reestruturação produtiva em Santa Catarina: um olhar sobre o setor têxtil.** Estudo Regional, nº 4, Florianópolis, junho de 2003.

DOWBOR, Ladislau. **O mosaico partido.** São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que Acontece com o Trabalho?** (Documento preliminar para discussão). São Paulo, Agosto 2001.

FERREIRA, José Maria. C. Trabalho e sindicalismo no contexto da globalização. In: SHEREER-WARREN, Ilse; FERREIRA, José M. C. (Orgs) **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 211-243.

FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA. **Estatuto social.** Não Publicado, mimeo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Planejamento.** Não Publicado mimeo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Regimento interno.** Não Publicado, mimeo, 2002.

FONTES, Rosa Maria Oliveira; ARBEX, Marcelo A. (Org.) **Desemprego e Mercado de Trabalho: Ensaio Teóricos e Empíricos.** Viçosa: UFV, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Disponível em <[www.ecosol.com.br](http://www.ecosol.com.br)>. Acesso em: 30 de maio de 2002.

GOULARTI Fº, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2001, datilo.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: editora Loyola, 1992.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento.** Blumenau: Edifurb, 1987.

HOBSBAWM, Erich. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Maria N. A. B. de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº. 69, p. 5-29, 2002.

IANNI, Octávio. O Mundo do trabalho. In: Marcos Cezar de FREITAS, et al. **A Reinvenção do futuro**. Trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo: Editora Cortez, 1996, p. 15-54.

IBGE. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: 2001.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **Projeto ITCP/FURB**. Blumenau, 1999, mimeo.

\_\_\_\_\_. Acervo fotográfico histórico. Cooperada da Fino Toque Têxtil Cooperativa no Fórum Mundial, Blumenau, 2003.

\_\_\_\_\_. Acervo fotográfico histórico. Cooperados na produção na Fino Têxtil Cooperativa, Blumenau, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto Rede de Economia Solidária do Médio Vale do Itajaí**. Blumenau, 1999, mimeo.

IPS/FURB. **Relatório de Análise do Mercado de Trabalho na Microrregião de Blumenau, 2002**. Disponível em: <[www.ips.furb.br](http://www.ips.furb.br)>. Acesso em: 10 out. 2003.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Análise do Mercado de Trabalho Sindicato Têxtil, 2003**.  
IPS/FURB. **Relatório de Análise do Mercado de Trabalho Sindicato Vestuário, 2003**.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Primeira cooperativa têxtil entra em operação. Blumenau: Jornal de Santa Catarina, 16 de out. 2002.

\_\_\_\_\_ Têxteis definem pauta de reivindicações. Blumenau: Jornal de Santa Catarina, 05 de ago. 2002.

\_\_\_\_\_ Reestruturação de empresa reduz arrecadação de ICMS. Blumenau: Jornal de Santa Catarina, 30 de abr. 2002.

KRZIZANOWSKI, Moacir. **A greve nas Indústrias Têxteis de Blumenau**. Blumenau, 1992 Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau.

KON, Anita. **As trabalhadoras por conta própria no Brasil: diferenças entre os gêneros**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2003/artigo3.pdf>. Acesso em: 16 de jul. 2006.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. (Orgs). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998. p. 211-229.

LINS, Hoyêdo N. **Cooperativas de trabalhadores: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho?** Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v11n1/hoyedo.pdf>. Acesso em: 04 de fev. 2002.

LOMBARDI, Laci. **Indústria têxtil de Blumenau: consolidação, crise e reestruturação**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial). Coordenadoria de Pós-graduação. Universidade Federal de Santa Catarina.

LUKACS, Györgr. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Revista Temas de Ciências Humanas, nº 04. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_ **O capital: crítica da economia política**. Volume I. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964 –1992**. São Paulo, Ática, 1994.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED**. Lei 4923/65. Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_ **Informações on-line SINE**. Blumenau, 2000.

MINISTÉRIO TRABALHO E EMPREGO. **Atlas de Economia Solidária**. SENAES, 2006.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Moderna, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, Illegal, Injusto**: percepções do mercado de trabalho no Brasil. RCBS, vol. 18, **São Paulo**, n. 53, outubro de 2003.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Negociar la flexibilidad**. Organizado por Muneto Ozaki. Genebra: OIT, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão Dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PEDRINI, Dalila M; REGENSBURGER, Fernanda. **O mapeamento da economia social do município de Blumenau**. Relatório Final de Pesquisa PIBIC. Blumenau: FURB, 2000.  
PETRY, Sueli M. V; FERREIRA, Cristina; WEISS, Ula. **A fibra tece a história**: a contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau. Blumenau: Sintex, 2000.

RAPOSO, Daniela Almeida; MACHADO, Ana Flávia. **Abertura comercial e mercado de trabalho**: uma resenha bibliográfica. CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2002. (Texto para Discussão, 177). Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub\\_pes\\_tex\\_dis.php](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_tex_dis.php). Acesso em: 14 de fev. 2006.

SANTIAGO, Nelson Marcelo. **ACIB – 100 anos Construindo Blumenau**. Editora Expressão, SC, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SEYFERT, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. *Mana*. [on-line]. out. 1999, vol.5, n.º.2, p.61-88. ISSN 0104-9313. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493131999000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131999000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 set. 2005.

SILVA. Adilson. **A organização do trabalho na indústria do vestuário: uma proposta para o setor da costura**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Coordenadoria de Pós-graduação. Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e a globalização, desde de 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SIMÃO, Vilma M. **Desemprego e Sobrevivência: alternativas de trabalho**. Blumenau: Edifurb, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, Cortez, 1995.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal. In: **Mercado de Trabalho**. 24 ago. 2004. Disponível em: [www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_24c.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24c.pdf). Acesso em: 15 jul. 2006.

\_\_\_\_\_ Cooperativas são empresas socialistas. **Unitrabalho Informa**. Ano 3, n.10, janeiro de 2000, p.11.

\_\_\_\_\_ **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana:** Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

\_\_\_\_\_ Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: Autores. **Economia dos setores populares:** Entre a realidade e a Utopia. Rio de Janeiro, Vozes, CESE:UCSAL, 2000.

\_\_\_\_\_ Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**. n.º 72, mar./maio, São Paulo:1997.

\_\_\_\_\_ Economia solidária: possibilidades e desafios. **Proposta:** trabalho e desenvolvimento humano. ano 30, n. 88-89, p.15-23, mar./ago., 2003b.

\_\_\_\_\_ Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

\_\_\_\_\_ **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_ **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINTRAFITE, Acervo fotográfico histórico. Greve de 1989. Blumenau, 1989.

SINTRAFITE, Acervo fotográfico histórico. Reinício das atividades na Sulfabril, Blumenau, 1999.

\_\_\_\_\_. Manifestação dos demitidos da Sulfabril em abril de 1996. Blumenau, 1996.

SPEZIA, Maria. Informações sobre a Hering Cia. Mensagem recebida por [vicfro@ig.com.br](mailto:vicfro@ig.com.br) em 20 jun. 2006.

TAVARES, Maria Augusta. **A terceirização e a nova composição da informalidade.** Temporalis, ABEPSS, ano 2, nº. 4 (jul/dez.2001). Brasília: Graflina, 2001.

TEIXEIRA, Francisco J. S. ALVES, Giovanni, et al. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

TESCH, Walter. Cooperativismo de trabalho: alternativa ao desemprego. **Estudos e Pesquisas IPROS**, São Paulo, CAT/IPROS, n. 2, dez. 1995.

THEIS, Ivo M.; ZENI, Gerson A. Manus manum lavat? Dilemas do desenvolvimento do Médio Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo M. et al. **Novos olhares sobre Blumenau:** Contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Edifurb, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução.** Brasília: Ed. Unb, 1987.

TOMIO, Fabrício R. de Lima. Representação de interesses do empresariado blumenauense: um exame da dinâmica das relações estado/sociedade através da atuação da ACIB e do SINTEX nas décadas de 80 e 90. In: THEIS, Ivo M. et al. **Novos olhares sobre Blumenau:** Contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Edifurb, 2000.

VAINER, Carlos. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? **Unitrabalho Informa.** Ano 3, nº. 10, janeiro de 2000, p.10.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo – Uma revolução pacífica em ação.** DP&A e Fase, 2001. (Série Economia Solidária).